O Município de Ibema/PR dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.pibema.pr.gov.br - Certificado ICP - BRASIL

Município de Ibema
Secretaria Municipal de Administração
Av. Ney Euyrson Napoli, 1426 - CEP: 85478-000
Gestão 2025/2028
http://www.pibema.pr.gov.br

IBEMA CAMARA MUNICIPAL:80882392000107
Assinado de forma digital por IBEMA CAMARA MUNICIPAL:80882392000107
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Certificado Digital PJ A1, ou=Videoconferencia, ou=31904918000199, ou=AC SyngularID Multipla, cn=IBEMA CAMARA MUNICIPAL:80882392000107
Dados: 2026.10.22 13:17:04 -03'00'

Câmara do Município de Ibema
ESTADO DO PARANÁ

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 05/2026

Súmula: Altera, atualiza, reorganiza e consolida dispositivos da Lei Orgânica do Município de Ibema, para modernizar a organização dos Poderes Municipais, o processo legislativo, a fiscalização parlamentar, a administração pública, o regime orçamentário, as políticas públicas municipais, a transparência, o controle, a proteção de dados, o governo digital e as disposições finais.

A Câmara Municipal de Ibema, Estado do Paraná, no exercício de sua competência revisional e constituinte derivada municipal, nos termos da Lei Orgânica Municipal, APROVA, e sua Mesa Executiva promulga, a seguinte:

EMENDA À LEI ORGÂNICA

Art. 1º. O art. 1º da Lei Orgânica do Município de Ibema passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. O Município de Ibema, pessoa jurídica de direito público interno e entidade integrante da República Federativa do Brasil, é dotado de autonomia política, administrativa, financeira e legislativa, nos termos da Constituição Federal, da Constituição do Estado do Paraná e desta Lei Orgânica.

Parágrafo único. A autonomia municipal será exercida com observância dos princípios constitucionais, da responsabilidade fiscal, da transparência, da participação social, da continuidade dos serviços públicos e da prevalência do interesse público local.

Art. 2º. O art. 2º da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. A integridade territorial do Município somente poderá ser alterada na forma da Constituição Federal, da Constituição do Estado do Paraná e da legislação complementar federal e estadual aplicável.

O Município de Ibema/PR dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.pibema.pr.gov.br - Certificado ICP - BRASIL

§ 1º A criação, a incorporação, a fusão, o desmembramento ou a alteração territorial que envolva o Município dependerá de consulta prévia às populações interessadas, mediante plebiscito, quando exigido pela Constituição e pela legislação aplicável.

§ 2º O Município assegurará a preservação de sua identidade histórica, cultural, social, econômica, territorial e administrativa nos processos que possam afetar sua integridade.

Art. 3º. O art. 3º da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º. São símbolos do Município de Ibema o Brasão, a Bandeira e o Hino, instituídos por lei, representativos de sua história, cultura e identidade institucional.

§ 1º Os símbolos municipais terão caráter permanente, impessoal e institucional.

§ 2º É vedada a utilização de nomes, imagens, símbolos, expressões, marcas, slogans, cores ou sinais que caracterizem promoção pessoal de autoridade, agente público, agente político, partido político, coligação, federação partidária, grupo político ou gestão administrativa em bens, documentos, impressos, uniformes, veículos, prédios, portais, redes institucionais, campanhas oficiais e demais meios de comunicação pública.

§ 3º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais terá caráter educativo, informativo ou de orientação social, vedada a promoção pessoal.

Art. 4º. O art. 4º da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º. São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

§ 1º Os Poderes Municipais exercerão suas competências com respeito à separação de funções, à cooperação institucional, à lealdade federativa, à transparência e à prevalência do interesse público.

§ 2º É vedado a qualquer dos Poderes Municipais delegar atribuições próprias, salvo nos casos expressamente admitidos pela Constituição, por esta Lei

O Município de Ibema/PR dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.pibema.pr.gov.br - Certificado ICP - BRASIL

§ 3º A cooperação entre os Poderes não afasta o dever de fiscalização, controle, prestação de contas e responsabilização, na forma da Constituição, desta Lei Orgânica, do Regimento Interno e da legislação aplicável.

Art. 5º. O art. 5º da Lei Orgânica passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos:

Art. 5º. (...)

XXXV – promover políticas de governo digital, simplificação administrativa, interoperabilidade de sistemas, atendimento eletrônico ao cidadão e uso seguro de meios digitais na prestação dos serviços públicos;

XXXVI – assegurar transparência ativa e passiva, acesso à informação, dados abertos, linguagem clara, acessibilidade comunicacional e mecanismos de controle social;

XXXVII – proteger dados pessoais tratados pelos órgãos e entidades municipais, observadas a finalidade pública, a segurança da informação, a necessidade, a adequação, a transparência e os direitos dos titulares;

XXXVIII – instituir medidas de integridade pública, prevenção de conflito de interesses, gestão de riscos, código de conduta, canais de denúncia, auditoria, correição e mecanismos de responsabilização administrativa;

XXXIX – planejar e executar políticas de defesa civil, prevenção de desastres, adaptação às mudanças climáticas, proteção de áreas de risco e continuidade dos serviços essenciais;

XL – promover saneamento básico, gestão integrada de resíduos sólidos, drenagem urbana, arborização, proteção de nascentes, educação ambiental e sustentabilidade;

XLI – desenvolver políticas de mobilidade urbana, acessibilidade universal, regularização fundiária, habitação de interesse social e ordenamento territorial;

XLII – promover ações integradas de proteção à primeira infância, à criança, ao adolescente, à pessoa idosa, à pessoa com deficiência, à mulher e aos grupos em situação de vulnerabilidade;

O Município de Ibema/PR dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.pibema.pr.gov.br - Certificado ICP - BRASIL

XLIII – avaliar periodicamente políticas públicas, programas, metas, indicadores e resultados da administração municipal;

XLIV – instituir ou fortalecer ouvidoria, serviço de informação ao cidadão e canais de participação social nos Poderes Executivo e Legislativo;

XLV – participar de consórcios públicos, convênios de cooperação e instrumentos de gestão associada de serviços públicos, observada a legislação aplicável e o interesse público municipal.

Art. 6º. O art. 6º da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º. É competência comum do Município, juntamente com a União e o Estado, observadas as normas constitucionais e legais aplicáveis:

I – zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II – cuidar da saúde e da assistência pública, bem como da proteção e garantia dos direitos das pessoas com deficiência;

III – proteger documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico, cultural, turístico e paisagístico, bem como monumentos, paisagens naturais notáveis e sítios arqueológicos;

IV – impedir a evasão, destruição e descaracterização de bens de valor histórico, artístico, cultural, turístico e paisagístico;

V – proporcionar meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à inovação e à inclusão digital;

VI – proteger o meio ambiente, combater a poluição em qualquer de suas formas e promover a sustentabilidade;

VII – preservar florestas, fauna, flora, recursos hídricos, nascentes e demais bens ambientais de interesse local;

VIII – fomentar a produção agropecuária, a segurança alimentar, a agricultura familiar e o abastecimento alimentar;

O Município de Ibema/PR dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.pibema.pr.gov.br - Certificado ICP - BRASIL

IX – promover programas de construção de moradias, melhoria das condições habitacionais, saneamento básico, regularização fundiária e urbanização de áreas vulneráveis;

X – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI – registrar, acompanhar e fiscalizar, no âmbito de sua competência, concessões de direito de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

XII – estabelecer e implantar política de educação para segurança no trânsito, mobilidade urbana e acessibilidade;

XIII – atuar em defesa civil, prevenção de desastres, resposta a emergências, proteção de áreas de risco e apoio à população atingida;

XIV – cooperar com os demais entes federativos na execução de políticas públicas, programas, planos e ações de interesse comum.

Parágrafo único. A cooperação do Município com a União, o Estado e outros Municípios será orientada pelo equilíbrio do desenvolvimento, pela eficiência administrativa, pela proteção dos direitos fundamentais, pela responsabilidade fiscal e pela continuidade dos serviços públicos.

Art. 7º. O art. 7º da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º. No exercício da competência suplementar, cabe ao Município editar normas de interesse local e complementar a legislação federal e estadual, especialmente em matéria de:

I – poder de polícia administrativa, posturas municipais, saúde, higiene, segurança, sossego, funcionalidade urbana e proteção do interesse coletivo;

II – prevenção de incêndios, defesa civil, proteção de áreas de risco e segurança de edificações, observadas as normas técnicas e a competência dos órgãos estaduais e federais;

III – ações e serviços públicos de saúde de competência municipal;

IV – assistência social, proteção integral da criança e do adolescente, pessoa idosa, pessoa com deficiência, mulheres e grupos em situação de vulnerabilidade;

V – educação infantil, ensino fundamental, transporte escolar, alimentação escolar, educação especial inclusiva e políticas de alfabetização;

VI – proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, turístico, paisagístico e arqueológico;

VII – meio ambiente, saneamento básico, resíduos sólidos, drenagem urbana, arborização e qualidade de vida;

VIII – mobilidade urbana, trânsito de competência municipal, acessibilidade e ordenamento do uso dos espaços públicos;

IX – turismo, comércio, indústria, serviços, agricultura, inovação, empreendedorismo e desenvolvimento econômico local;

X – governo digital, proteção de dados pessoais, segurança da informação, transparência, ouvidoria, integridade pública e avaliação de políticas públicas.

Parágrafo único. O exercício da competência suplementar observará as normas gerais da União e do Estado, a autonomia municipal, o interesse local e a vedação de conflito com legislação hierarquicamente superior.

Art. 8º. O art. 8º da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º. O patrimônio público municipal é constituído pelo conjunto de bens, direitos, créditos, valores, ações, participações, recursos e demais posições jurídicas de titularidade do Município, de seus órgãos e entidades, afetados ou não à prestação de serviços públicos.

§ 1º Integram o patrimônio municipal os bens móveis, imóveis, semoventes, corpóreos e incorpóreos, bem como os direitos e valores que pertençam ao Município a qualquer título.

§ 2º A gestão do patrimônio municipal observará legalidade, finalidade pública, economicidade, conservação, transparência, controle patrimonial, sustentabilidade, responsabilização e eficiência administrativa.

O Município de Ibema/PR dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.pibema.pr.gov.br - Certificado ICP - BRASIL

§ 3º Cada Poder exercerá a administração, guarda e controle dos bens que estejam sob sua responsabilidade, sem prejuízo do inventário geral do Município e da fiscalização pelos órgãos competentes.

Art. 9º. O art. 9º da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º. Os bens públicos municipais classificam-se em:

I – bens de uso comum do povo, tais como vias públicas, estradas municipais, praças, parques, logradouros e demais espaços destinados ao uso coletivo;

II – bens de uso especial, destinados à execução de serviços públicos, ao funcionamento da administração ou a finalidade pública específica;

III – bens dominicais, que integram o patrimônio disponível do Município e não estejam afetados a uso comum ou especial.

§ 1º É obrigatório o cadastramento e inventário de todos os bens municipais, com descrição, identificação, localização, número de registro, destinação, órgão responsável, data de inclusão, estado de conservação, valor e demais informações necessárias ao controle patrimonial.

§ 2º Os bens móveis, materiais de consumo, estoques e bens fungíveis utilizados pelos órgãos municipais terão entrada, movimentação, armazenamento, distribuição e baixa controlados por sistema próprio ou procedimento formal equivalente.

§ 3º Os bens de uso comum do povo são inalienáveis enquanto conservarem essa destinação.

§ 4º A desafetação de bem de uso comum do povo dependerá de interesse público devidamente justificado, lei específica, avaliação técnica e aprovação por dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 5º Quando a desafetação ou alteração de destinação tiver relevante impacto urbanístico, ambiental, comunitário ou social, poderá ser precedida de audiência pública ou consulta à população interessada, na forma da lei.

Art. 10. O art. 10 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10. A alienação de bens públicos municipais dependerá de interesse público devidamente justificado, avaliação prévia, motivação expressa, transparência, controle patrimonial e observância da legislação nacional de licitações e contratos.

§ 1º A alienação de bens imóveis dependerá de autorização legislativa específica, avaliação prévia e procedimento adequado previsto na legislação aplicável.

§ 2º A alienação de bens móveis dependerá de avaliação prévia, justificativa de interesse público, procedimento adequado previsto na legislação aplicável e baixa patrimonial formal.

§ 3º A dispensa, inexigibilidade ou afastamento de procedimento competitivo somente será admitido nas hipóteses previstas em lei, mediante motivação expressa e publicidade do ato.

§ 4º A doação, permuta, dação em pagamento, concessão de direito real de uso, cessão, permissão, autorização de uso ou qualquer forma de transferência ou disponibilização de bem público observará finalidade pública, encargos definidos quando cabíveis, prazo, controle, reversão quando aplicável e responsabilização por desvio de finalidade.

§ 5º Lei específica poderá disciplinar normas complementares sobre inventário, avaliação, baixa, alienação, cessão, uso, conservação e responsabilização patrimonial.

Art. 11. O art. 11 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11. Compete ao Prefeito Municipal a administração dos bens públicos municipais afetados ao Poder Executivo, ressalvada a competência da Câmara Municipal quanto aos bens sob sua guarda, uso, administração ou responsabilidade.

§ 1º Cada Poder manterá controle, inventário, conservação, responsabilização e registro dos bens sob sua administração, observadas as normas gerais de patrimônio público, controle interno e transparência.

§ 2º A transferência, cessão, compartilhamento ou utilização de bens entre os Poderes Municipais dependerá de instrumento formal, motivação, identificação [illegible] finalidade pública e responsabilidade pela guarda e conservação.

O Município de Ibema/PR dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.pibema.pr.gov.br - Certificado ICP - BRASIL

§ 3º A autonomia administrativa e patrimonial da Câmara Municipal será exercida nos limites de suas competências constitucionais, legais, orçamentárias e fiscais.

Art. 12. O art. 12 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12. O Município poderá conceder, permitir, autorizar, ceder ou outorgar o uso de bens públicos a terceiros, inclusive por concessão de direito real de uso, quando houver interesse público devidamente demonstrado, observadas a avaliação prévia quando cabível, a motivação expressa, a transparência, a autorização legislativa quando exigida e a legislação nacional de licitações e contratos.

§ 1º O instrumento de outorga de uso de bem público deverá indicar, no mínimo, o objeto, a finalidade, o prazo, as condições de uso, os encargos, as responsabilidades do usuário, as hipóteses de fiscalização, rescisão, revogação, reversão e responsabilização por dano ou desvio de finalidade.

§ 2º A outorga de uso a entidades privadas, organizações da sociedade civil, concessionárias, permissionárias, associações, empresas ou particulares dependerá de justificativa específica quanto ao interesse público e à compatibilidade com a destinação do bem.

§ 3º A dispensa, inexigibilidade ou adoção de procedimento simplificado somente será admitida nas hipóteses previstas em lei, mediante decisão motivada e publicidade do ato.

§ 4º A lei poderá estabelecer normas complementares sobre concessão de direito real de uso, cessão, permissão, autorização, compartilhamento e fiscalização de bens públicos.

Art. 13. O art. 13 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13. A alienação de áreas remanescentes, inaproveitáveis isoladamente para edificação ou destinação pública autônoma, resultantes de obras públicas, modificações de alinhamento, retificação de vias, regularização urbanística ou situação equivalente, dependerá de interesse público justificado, avaliação prévia, autorização legislativa quando exigida e procedimento compatível com a legislação aplicável.

§ 1º Quando a área somente puder ser utilizada de modo adequado por proprietário lindeiro, a alienação poderá observar regime jurídico específico previsto em lei, mediante avaliação, motivação e publicidade.

§ 2º A alienação não poderá resultar em favorecimento pessoal, dano urbanístico, prejuízo ao sistema viário, supressão indevida de área pública necessária ou violação à política urbana municipal.

§ 3º A regularização de áreas remanescentes deverá observar o Plano Diretor, a legislação urbanística, a função social da cidade e da propriedade e as normas ambientais aplicáveis.

Art. 14. O art. 14 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14. A aquisição de bens imóveis pelo Município, por compra, permuta, desapropriação amigável, doação com encargos ou outra forma admitida em lei, dependerá de interesse público devidamente justificado, avaliação prévia, disponibilidade orçamentária quando houver despesa, exame da situação jurídica do imóvel e autorização legislativa quando exigida.

§ 1º A permuta de bens imóveis deverá demonstrar equivalência econômica, vantagem pública, avaliação dos bens envolvidos e compatibilidade com a destinação pretendida.

§ 2º A doação ao Município com encargos somente será aceita quando os encargos forem compatíveis com o interesse público, com a capacidade administrativa e financeira do Município e com a legislação aplicável.

§ 3º A aquisição ou recebimento de imóvel deverá ser registrada no cadastro patrimonial e no sistema contábil competente, sem prejuízo do registro imobiliário cabível.

Art. 15. O art. 15 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15. O uso de bens públicos municipais por terceiros poderá ser autorizado, permitido, concedido, cedido ou compartilhado, conforme a natureza do bem, a finalidade pretendida, o prazo de utilização e o interesse público envolvido.

§ 1º O ato ou contrato de uso de bem público deverá observar finalidade pública, [redacted] prazo determinado, identificação do bem, condições de uso, encargos

O Município de Ibema/PR dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.pibema.pr.gov.br - Certificado ICP - BRASIL

quando cabíveis, responsabilidade por conservação, fiscalização, publicidade e hipóteses de revogação, rescisão ou reversão.

§ 2º A utilização de bem público por terceiro não poderá prejudicar a prestação de serviço público, o uso comum do povo, a segurança, a acessibilidade, a preservação ambiental, o patrimônio histórico ou a finalidade institucional do bem.

§ 3º É vedado o uso de bem público para promoção pessoal, partidária ou eleitoral, ressalvadas as hipóteses de uso impessoal, isonômico e regulamentado de espaços públicos, na forma da lei.

§ 4º O uso precário de bem público poderá ser revogado a qualquer tempo por interesse público devidamente motivado, respeitados os direitos regularmente constituídos e as responsabilidades previstas no instrumento de outorga.

Art. 16. O art. 16 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 16. O Poder Legislativo do Município de Ibema é exercido pela Câmara Municipal, composta por Vereadores eleitos pelo sistema proporcional, mediante voto direto e secreto, para mandato de quatro anos, na forma da Constituição Federal, da legislação eleitoral e desta Lei Orgânica.

§ 1º A Câmara Municipal compõe-se de 9 (nove) Vereadores, observado o limite constitucional aplicável à população do Município.

§ 2º A alteração do número de Vereadores somente produzirá efeitos para a legislatura subsequente, quando aprovada no prazo constitucional e legalmente adequado.

§ 3º A Câmara Municipal exercerá funções institucional, legislativa, fiscalizatória, julgadora, administrativa, integrativa e de assessoramento, nos limites da Constituição Federal, da Constituição do Estado do Paraná, desta Lei Orgânica e do Regimento Interno.

§ 4º A função fiscalizatória compreende o controle externo contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial da Administração Pública municipal direta e indireta, com auxílio do Tribunal de Contas, sem prejuízo do controle interno e do controle social.

O Município de Ibema/PR dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.pibema.pr.gov.br - Certificado ICP - BRASIL

§ 5º A função integrativa compreende a interlocução institucional da Câmara com a sociedade e com os órgãos públicos competentes, para encaminhamento de demandas de interesse local.

§ 6º A função de assessoramento compreende a sugestão de medidas de interesse público ao Poder Executivo, formalizada, entre outros instrumentos, por indicação parlamentar.

Art. 17. O art. 17 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 17. Salvo disposição constitucional, legal ou orgânica em contrário, as deliberações da Câmara Municipal e de suas Comissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

§ 1º As deliberações serão públicas, e as votações serão abertas, ressalvadas apenas as hipóteses de sigilo admitidas pela Constituição ou pela legislação aplicável.

§ 2º O Regimento Interno disciplinará o registro de presença, a forma de votação, a proclamação do resultado, o registro nominal dos votos, os impedimentos, as abstenções e os procedimentos de deliberação.

§ 3º As votações nominais serão obrigatórias nas hipóteses previstas nesta Lei Orgânica, no Regimento Interno, por requerimento aprovado pelo Plenário ou quando exigidas pela natureza da matéria.

§ 4º Será nula a deliberação realizada sem observância do quórum constitucional, legal, orgânico ou regimental aplicável, assegurada a possibilidade de convalidação apenas quando admitida em direito e sem prejuízo à publicidade, ao contraditório ou à formação regular da vontade legislativa.

Art. 18. O art. 18 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 18. O Vereador que não tomar posse na sessão de instalação da legislatura deverá fazê-lo no prazo de 10 (dez) dias, salvo motivo justificado aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

§ 1º Decorrido o prazo sem posse e sem justificativa aceita, será convocado o respectivo suplente, na forma da legislação eleitoral e do Regimento Interno.

O Município de Ibema/PR dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.pibema.pr.gov.br - Certificado ICP - BRASIL

§ 2º A posse superveniente poderá ocorrer em sessão ordinária, extraordinária ou, durante o recesso, perante a Mesa Executiva ou o Presidente da Câmara, na forma do Regimento Interno.

§ 3º A posse dependerá da apresentação dos documentos exigidos pela legislação aplicável e pelo Regimento Interno, assegurada a apuração posterior de eventual incompatibilidade, impedimento ou falsidade, mediante procedimento próprio, contraditório e ampla defesa.

Art. 19. O art. 19 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 19. A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente, em sua sede, independentemente de convocação, de 1 de fevereiro a 05 de julho e de 20 de julho a 20 de dezembro.

§ 1º O recesso parlamentar ocorrerá nos períodos de 05 a 20 de julho e de 15 de dezembro a 01 de fevereiro do ano subsequente.

§ 2º As sessões ordinárias que coincidirem com feriado, ponto facultativo ou dia sem expediente legislativo não serão realizadas.

§ 3º É vedado o pagamento de parcela remuneratória ou indenizatória específica em razão de convocação, comparecimento ou participação em sessão extraordinária.

Art. 20. O art. 20 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 20. As sessões da Câmara Municipal serão realizadas, preferencialmente, no recinto oficial destinado às deliberações legislativas.

§ 1º Por motivo de força maior, caso fortuito, reforma, inadequação temporária do espaço, interesse público justificado, sessão solene, audiência pública, sessão itinerante ou outra razão institucional relevante, as sessões poderão ser realizadas em outro local, mediante decisão fundamentada, observadas a publicidade, a acessibilidade, a segurança, a identificação do ato e a regularidade da convocação.

§ 2º As sessões solenes, especiais, itinerantes e audiências públicas poderão ser realizadas fora do recinto oficial, na forma do Regimento Interno.

O Município de Ibema/PR dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.pibema.pr.gov.br - Certificado ICP - BRASIL

§ 3º A Câmara poderá admitir participação, registro, transmissão, consulta, protocolo e tramitação por meio eletrônico oficial, observadas a autenticidade, a integridade, a publicidade, a segurança da informação, a proteção de dados pessoais e as regras do Regimento Interno.

§ 4º A realização da sessão fora do recinto oficial não acarretará nulidade se preservados o quórum, a publicidade, a convocação regular, a identificação dos participantes, a liberdade de deliberação e o registro formal dos atos praticados.

§ 5º O recinto de reuniões da Câmara deverá observar, progressivamente, condições de acessibilidade, segurança, transparência, registro audiovisual e atendimento ao público.

Art. 21. O art. 21 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 21. As sessões da Câmara Municipal serão públicas, transmitidas ao vivo e registradas em meio audiovisual, assegurada a divulgação da pauta, das atas, dos resultados de votação, da presença dos Vereadores e dos documentos legislativos em meio eletrônico oficial.

§ 1º O sigilo somente será admitido em hipóteses excepcionais, quando indispensável à proteção de direito constitucionalmente assegurado, à segurança institucional, à proteção de dados pessoais ou a outra hipótese legalmente justificada.

§ 2º A decisão que restringir a publicidade deverá ser fundamentada, indicar a base legal, delimitar o objeto protegido e preservar, sempre que possível, o acesso parcial às informações não protegidas por sigilo.

§ 3º As votações serão públicas, com registro nominal nas hipóteses previstas nesta Lei Orgânica, no Regimento Interno ou por deliberação do Plenário.

§ 4º A Câmara Municipal assegurará acessibilidade física, comunicacional e digital às sessões, audiências públicas, documentos legislativos e meios oficiais de divulgação, observadas as condições técnicas e orçamentárias.

Art. 22. O art. 22 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

O Município de Ibema/PR dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.pibema.pr.gov.br - Certificado ICP - BRASIL

Art. 22. As sessões da Câmara Municipal serão abertas com a presença mínima de um terço dos membros da Câmara Municipal, salvo exigência superior prevista nesta Lei Orgânica ou no Regimento Interno.

§ 1º As deliberações somente poderão ocorrer com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, ressalvados os quóruns superiores exigidos pela Constituição, por esta Lei Orgânica ou pela legislação aplicável.

§ 2º A presença dos Vereadores será registrada por meio físico, eletrônico ou outro meio oficial adotado pela Câmara, asseguradas autenticidade, integridade, publicidade e rastreabilidade.

§ 3º Considerar-se-á presente à sessão, para fins de deliberação, o Vereador que registrar presença na forma regimental e participar dos atos de votação, ressalvadas as hipóteses de impedimento, abstenção ou ausência justificada.

§ 4º O Regimento Interno disciplinará a verificação de quórum, o registro de presença, as ausências, justificativas, impedimentos, abstenções e efeitos regimentais correspondentes.

Art. 23. O art. 23 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 23. A Câmara Municipal poderá reunir-se extraordinariamente, em caso de urgência ou relevante interesse público, mediante convocação:

I – do Prefeito Municipal;
II – do Presidente da Câmara Municipal;
III – da maioria absoluta dos Vereadores.

§ 1º A convocação será feita com antecedência mínima de 2 (dois) dias, salvo situação de calamidade pública, emergência, grave risco à continuidade dos serviços públicos ou outro motivo excepcional devidamente fundamentado, na forma disciplinada pelo Regimento Interno.

§ 2º Na sessão extraordinária somente poderão ser apreciadas as matérias constantes do ato de convocação.

§ 3º O Presidente da Câmara dará ciência da convocação aos Vereadores por meio oficial escrito ou eletrônico, com registro de envio, recebimento ou disponibilização no Sistema Eletrônico Oficial da Câmara.

O Município de Ibema/PR dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.pibema.pr.gov.br - Certificado ICP - BRASIL

§ 4º A convocação indicará a data, o horário, o local ou meio de realização, a pauta e a justificativa de urgência ou relevante interesse público.

§ 5º É vedado o pagamento de parcela remuneratória ou indenizatória específica pela convocação, comparecimento ou participação em sessão extraordinária.

§ 6º O Regimento Interno disciplinará a forma de convocação, a comunicação aos Vereadores, a inclusão de matérias na pauta, o funcionamento da sessão e as hipóteses excepcionais de urgência.

Art. 24. O art. 24 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 24. A Mesa Executiva da Câmara Municipal será composta por Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário, Segundo Secretário e Terceiro Secretário, eleitos por votação aberta, mediante chapas, na forma do Regimento Interno.

§ 1º A eleição da Mesa Executiva será realizada na sessão de instalação da legislatura, após a posse dos Vereadores, observadas as regras de quórum, registro, votação e proclamação do resultado previstas no Regimento Interno.

§ 2º A votação será pública, com registro nominal dos votos.

§ 3º A composição da Mesa Executiva observará, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos, federações partidárias ou blocos parlamentares com assento na Câmara Municipal.

§ 4º Os eleitos considerar-se-ão empossados na forma e no momento definidos pelo Regimento Interno.

§ 5º Não se realizando a eleição por ausência de quórum ou motivo impeditivo, permanecerá na Presidência interina o Vereador definido pelo Regimento Interno, exclusivamente para conduzir os atos necessários à eleição da Mesa Executiva.

Art. 25. O art. 25 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 25. Na sessão de instalação da legislatura, o Vereador que presidir os trabalhos prestará o seguinte compromisso:

O Município de Ibema/PR dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.pibema.pr.gov.br - Certificado ICP - BRASIL

"Prometo cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Federativa do Brasil, a Constituição do Estado do Paraná e a Lei Orgânica do Município de Ibema, observar as leis, desempenhar com lealdade o mandato que me foi conferido e trabalhar pelo progresso do Município e pelo bem-estar de seu povo."

§ 1º Prestado o compromisso pelo Presidente da sessão, será realizada a chamada nominal dos Vereadores, que declararão: "Assim o prometo."

§ 2º O compromisso poderá ser lavrado em termo próprio, livro de posse ou sistema eletrônico oficial, com assinatura física ou eletrônica admitida em lei e no Regimento Interno.

§ 3º O Regimento Interno disciplinará os atos de posse, documentos necessários, registro, termo, ata, impedimentos, posse superveniente e convocação de suplentes, observada esta Lei Orgânica.

Art. 26. O art. 26 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26. O mandato da Mesa Executiva será de dois anos, permitida a recondução de qualquer de seus integrantes para o mesmo cargo, observados os limites, condições e procedimentos estabelecidos nesta Lei Orgânica e no Regimento Interno.

§ 1º A eleição da Mesa Executiva para o segundo biênio da legislatura ocorrerá na forma e no prazo previstos no Regimento Interno.

§ 2º A vacância de cargo da Mesa Executiva será suprida na forma do Regimento Interno, asseguradas publicidade, votação aberta e registro nominal quando houver eleição suplementar.

§ 3º A renúncia, destituição, perda ou extinção de mandato de membro da Mesa Executiva observará o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa, a motivação e o quórum previsto nesta Lei Orgânica ou no Regimento Interno.

§ 4º A destituição de membro da Mesa Executiva dependerá de procedimento próprio e de decisão motivada do Plenário, assegurada ampla defesa.

Art. 27. O art. 27 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

O Município de Ibema/PR dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.pibema.pr.gov.br - Certificado ICP - BRASIL

Art. 27. Na composição da Mesa Executiva e das Comissões da Câmara Municipal será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos, federações partidárias ou blocos parlamentares com assento na Câmara Municipal.

§ 1º A proporcionalidade será aferida na forma do Regimento Interno, considerada a composição da Câmara no momento da constituição do órgão.

§ 2º A aplicação da proporcionalidade não poderá inviabilizar o funcionamento da Mesa Executiva, das Comissões ou dos demais órgãos internos da Câmara Municipal.

§ 3º O Regimento Interno disciplinará as hipóteses de impedimento, substituição, suplência, perda de vaga em comissão, formação de blocos parlamentares e recomposição proporcional.

Art. 28. O art. 28 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 28. Compete à Mesa Executiva da Câmara Municipal, além de outras atribuições previstas nesta Lei Orgânica e no Regimento Interno:

I – dirigir, sob a orientação do Presidente, os trabalhos legislativos e os serviços administrativos da Câmara Municipal;

II – propor projetos de lei, projetos de resolução e projetos de decreto legislativo nas matérias de competência da Câmara Municipal;

III – propor projetos de lei que disponham sobre a organização administrativa da Câmara, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os limites constitucionais, legais, orçamentários e fiscais;

IV – propor projeto de lei de fixação dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores, observados a Constituição Federal, a legislação aplicável e esta Lei Orgânica;

V – elaborar e encaminhar ao Poder Executivo a proposta orçamentária da Câmara Municipal, no prazo definido nesta Lei Orgânica, na Lei de Diretrizes Orçamentárias ou no Regimento Interno;

O Município de Ibema/PR dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.pibema.pr.gov.br - Certificado ICP - BRASIL

VI – suplementar, mediante ato próprio ou instrumento previsto em lei, as dotações orçamentárias da Câmara Municipal, observadas a autorização legislativa, a Lei Orçamentária Anual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a origem dos recursos;

VII – devolver ao Tesouro Municipal, ao final do exercício, o saldo financeiro disponível, ressalvadas as hipóteses legais de vinculação, inscrição, obrigação assumida ou destinação específica;

VIII – encaminhar as contas anuais da Câmara Municipal aos órgãos competentes, nos prazos legais;

IX – propor ação direta de inconstitucionalidade ou outra medida judicial de defesa institucional da Câmara Municipal, quando lei ou ato normativo afetar sua autonomia, prerrogativas ou funcionamento regular, na forma da Constituição do Estado e da legislação aplicável;

X – elaborar, consolidar, publicar e apresentar relatório anual das atividades legislativas, administrativas, fiscalizatórias, institucionais e financeiras da Câmara Municipal;

XI – adotar medidas de transparência, integridade, controle interno, proteção de dados pessoais, segurança da informação, gestão documental e modernização administrativa no âmbito da Câmara;

XII – determinar a elaboração de estudos técnicos destinados a subsidiar a organização administrativa, o dimensionamento de pessoal, o planejamento institucional, a capacitação e a melhoria dos serviços legislativos;

XIII – autorizar, quando cabível, convênios, termos de cooperação e instrumentos congêneres de interesse institucional da Câmara Municipal;

XIV – exercer as demais competências previstas no Regimento Interno.

§ 1º O relatório anual de que trata o inciso X será disponibilizado em meio eletrônico oficial, em linguagem clara e com informações sobre proposições, sessões, comissões, fiscalização, despesas, transparência, capacitações, contratações e atividades institucionais.

O Município de Ibema/PR dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.pibema.pr.gov.br - Certificado ICP - BRASIL

§ 2º A proposta orçamentária da Câmara será elaborada com observância dos limites constitucionais, da responsabilidade fiscal, da estimativa de despesas, das necessidades institucionais e da compatibilidade com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 3º O detalhamento das competências da Mesa Executiva caberá ao Regimento Interno, respeitada esta Lei Orgânica.

Art. 29. O art. 29 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 29. Compete ao Presidente da Câmara Municipal, além de outras atribuições previstas nesta Lei Orgânica e no Regimento Interno:

I – representar institucionalmente a Câmara Municipal, em juízo ou fora dele;

II – dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara Municipal;

III – cumprir e fazer cumprir a Lei Orgânica e o Regimento Interno;

IV – promulgar as leis não sancionadas ou não promulgadas pelo Prefeito, nos casos e prazos previstos nesta Lei Orgânica;

V – promulgar e fazer publicar resoluções, decretos legislativos e demais atos de competência da Câmara;

VI – determinar a publicação dos atos legislativos e administrativos da Câmara Municipal, no prazo legal ou regimental;

VII – declarar a extinção de mandato de Vereador, Prefeito ou Vice-Prefeito nas hipóteses previstas na Constituição, nesta Lei Orgânica, no Regimento Interno e na legislação aplicável, assegurado o devido processo quando cabível;

VIII – requisitar ao Poder Executivo o numerário correspondente às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os duodécimos, na forma constitucional e legal;

IX – apresentar ou disponibilizar ao Plenário os balancetes, demonstrativos e informações financeiras da Câmara Municipal, na forma do Regimento Interno e da legislação aplicável;

O Município de Ibema/PR dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.pibema.pr.gov.br - Certificado ICP - BRASIL

X – exercer o poder de polícia administrativa no recinto da Câmara e durante as sessões, audiências e eventos institucionais, para garantir a ordem, a segurança, a liberdade de deliberação e o decoro parlamentar;

XI – superintender os serviços administrativos da Câmara Municipal, observada a competência da Mesa Executiva;

XII – praticar atos de gestão de pessoal, patrimônio, contratações, execução orçamentária e administração interna, nos limites da legislação aplicável, desta Lei Orgânica e do Regimento Interno;

XIII – assegurar a transparência ativa dos atos administrativos, financeiros e legislativos da Câmara Municipal;

XIV – responder às requisições judiciais, solicitações de órgãos de controle e pedidos de informação dirigidos à Câmara, observada a legislação aplicável;

XV – exercer as demais atribuições previstas no Regimento Interno.

§ 1º A representação judicial da Câmara observará sua capacidade institucional para defesa de prerrogativas, autonomia, funcionamento e interesses próprios do Poder Legislativo.

§ 2º O Presidente poderá delegar atos administrativos internos, quando admitido em lei ou no Regimento Interno, sem prejuízo da responsabilidade pela supervisão.

§ 3º A omissão do Presidente na promulgação de ato cuja promulgação caiba à Câmara autorizará a atuação sucessiva dos substitutos legais, na forma do Regimento Interno.

Art. 30. O art. 30 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 30. Compete privativamente à Câmara Municipal:

I – eleger sua Mesa Executiva e constituir suas Comissões, na forma do Regimento Interno;

II – elaborar, aprovar, alterar e consolidar seu Regimento Interno;

III – dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia administrativa, segurança institucional, serviços administrativos, gestão documental, sistema eletrônico oficial e transparência;

IV – criar, transformar e extinguir cargos, empregos e funções de seus serviços e fixar a respectiva remuneração, observados os limites constitucionais, legais, orçamentários e fiscais;

V – elaborar sua proposta orçamentária e deliberar sobre créditos adicionais relativos às suas dotações, na forma da legislação aplicável;

VI – fixar, por lei específica, os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores, observados os critérios e limites previstos na Constituição, nesta Lei Orgânica e na legislação fiscal;

VII – dar posse ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores, conhecer de suas renúncias e convocar suplentes, na forma da legislação aplicável;

VIII – conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores, nos casos previstos nesta Lei Orgânica e no Regimento Interno;

IX – autorizar o Prefeito e o Vice-Prefeito a se ausentarem do Município ou do País, nos casos exigidos por esta Lei Orgânica;

X – criar Comissões Parlamentares de Inquérito sobre fato determinado e por prazo certo, observado o requerimento mínimo previsto na Constituição e nesta Lei Orgânica;

XI – solicitar informações, documentos, dados e esclarecimentos ao Prefeito, aos Secretários Municipais, aos dirigentes de órgãos e entidades da Administração Pública municipal e aos responsáveis por recursos públicos municipais, observado o prazo previsto nesta Lei Orgânica;

XII – encaminhar indicações, requerimentos, diligências, relatórios de fiscalização e demais expedientes oficiais aos órgãos competentes, com direito à resposta no prazo previsto nesta Lei Orgânica;

XIII – apreciar os vetos do Prefeito;

O Município de Ibema/PR dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.pibema.pr.gov.br - Certificado ICP - BRASIL

XIV – conceder honrarias a pessoas que, reconhecida e comprovadamente, tenham prestado serviços relevantes ao Município;

XV – julgar as contas do Prefeito, com auxílio do Tribunal de Contas, assegurados o contraditório, a ampla defesa, a publicidade e o quórum constitucional aplicável;

XVI – convocar Secretários Municipais e dirigentes equivalentes para prestar informações sobre assuntos de suas competências;

XVII – processar e julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores nas hipóteses político-administrativas previstas na Constituição, nesta Lei Orgânica, no Regimento Interno e na legislação aplicável;

XVIII – declarar a perda ou suspensão de mandato do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, nas hipóteses e formas previstas na Constituição, nesta Lei Orgânica, no Regimento Interno e na legislação aplicável;

XIX – sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites legais;

XX – fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da Administração indireta, fundacional, concessionária, permissionária, conveniada, parceira ou beneficiária de recursos públicos municipais, nos limites da competência fiscalizatória da Câmara;

XXI – solicitar ou encaminhar pedido de intervenção no Município, nos casos previstos na Constituição;

XXII – exercer controle externo da Administração Pública municipal, com auxílio do Tribunal de Contas;

XXIII – zelar pela preservação de sua autonomia institucional, administrativa, financeira e orçamentária;

XXIV – deliberar sobre matérias de sua competência privativa por decreto legislativo, resolução ou outro instrumento previsto no Regimento Interno.

Parágrafo único. O exercício das competências privativas da Câmara observará a Constituição Federal, a Constituição do Estado do Paraná, esta Lei Orgânica, o

O Município de Ibema/PR dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.pibema.pr.gov.br - Certificado ICP - BRASIL

Regimento Interno, a legislação nacional aplicável e os princípios da publicidade, motivação, impessoalidade, eficiência, responsabilidade fiscal e segurança jurídica.

Art. 31. Fica acrescido o art. 30-A à Lei Orgânica:

Art. 30-A. A fiscalização parlamentar compreenderá o acompanhamento, a verificação e a avaliação da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e transparência dos atos, programas, obras, serviços, contratos, convênios, parcerias, políticas públicas, despesas, receitas e ações da Administração Pública municipal direta e indireta.

§ 1º A fiscalização poderá ser exercida pelo Plenário, pela Mesa Executiva, pelas Comissões e por Vereador, na forma desta Lei Orgânica e do Regimento Interno.

§ 2º São instrumentos de fiscalização, entre outros, os requerimentos de informações, indicações, diligências, inspeções, vistorias, relatórios de fiscalização, audiências públicas, convocações, convites, pedidos de documentos, sustação de atos normativos exorbitantes e acompanhamento da execução orçamentária.

§ 3º A fiscalização parlamentar observará o interesse público, a impessoalidade, a motivação, a proporcionalidade, a proteção de dados pessoais e as hipóteses legais de sigilo.

§ 4º. A Câmara Municipal poderá instituir Plano Anual de Fiscalização — PAF, como instrumento de planejamento, organização, execução, monitoramento, documentação e publicidade das ações fiscalizatórias do Poder Legislativo, na forma do Regimento Interno e de resolução específica.

Art. 32. Fica acrescido o art. 30-B à Lei Orgânica:

Art. 30-B. O Prefeito, os Secretários Municipais, os dirigentes de órgãos e entidades da Administração direta e indireta e os responsáveis por contratos, convênios, parcerias, concessões, permissões, obras, serviços ou programas custeados com recursos públicos municipais deverão responder, no prazo único de **10 (dez) dias úteis**, aos requerimentos de informações, indicações, solicitações de documen

O Município de Ibema/PR dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.pibema.pr.gov.br - Certificado ICP - BRASIL

tos, diligências e demais expedientes oficiais encaminhados pela Câmara Municipal, por sua Mesa, por suas Comissões ou por Vereador, na forma do Regimento Interno.

§ 1º O prazo será contado do recebimento oficial do expediente pelo órgão destinatário.

§ 2º A resposta deverá ser escrita, objetiva, completa, fundamentada, congruente com os quesitos formulados e acompanhada dos documentos solicitados, quando existentes e não protegidos por sigilo legal.

§ 3º A resposta à indicação parlamentar não vincula o mérito administrativo do Poder Executivo, mas constitui dever institucional de consideração, motivação e transparência perante o Poder Legislativo e a população.

§ 4º Na resposta à indicação, o destinatário informará o recebimento, a viabilidade, a providência adotada, a programação administrativa existente ou a justificativa técnica, administrativa, orçamentária, financeira ou jurídica para sua não adoção.

Art. 33. Fica acrescido o art. 30-C à Lei Orgânica:

Art. 30-C. Não será considerada atendida a solicitação parlamentar por resposta genérica, evasiva, incongruente, incompleta ou limitada à indicação de página eletrônica, portal, sistema, link, notícia, relatório amplo ou base pública de dados.

§ 1º A remissão a meio eletrônico somente será admitida como forma complementar de atendimento quando indicar, de modo preciso, o documento, item, processo, arquivo, período, dado solicitado e caminho específico de acesso.

§ 2º Quando o volume documental inviabilizar o envio integral em anexo, o órgão destinatário deverá apresentar justificativa expressa, fornecer síntese objetiva, franquear acesso integral ao Vereador ou à Comissão requerente e disponibilizar cópia digital, física ou consulta assistida.

§ 3º É vedada restrição indevida ao exame fiscalizatório de documentos, processos, contratos, medições, relatórios, notas fiscais, empenhos, liquidações, pagamentos, termos de parceria, convênios, ordens de serviço, diários de obra e demais documentos de interesse público.

§ 4º A alegação de sigilo, proteção de dados pessoais ou restrição de acesso deverá ser fundamentada, com indicação da base legal, do grau de restrição, do prazo de sigilo, da autoridade responsável e da possibilidade de acesso parcial, anonimização, tarjamento ou extração de dados não sigilosos.

Art. 34. Fica acrescido o art. 30-D à Lei Orgânica:

Art. 30-D. O descumprimento injustificado do prazo, a resposta manifestamente insuficiente, a omissão reiterada ou a restrição indevida ao acesso às informações poderá ensejar medidas institucionais, regimentais, administrativas, judiciais e de responsabilização, quando configurada hipótese prevista na Constituição, nesta Lei Orgânica, no Regimento Interno ou na legislação aplicável.

Parágrafo único. A Câmara Municipal poderá reiterar o expediente, convocar autoridade competente, instaurar procedimento fiscalizatório, encaminhar relatório aos órgãos de controle ou adotar outras providências compatíveis com suas atribuições institucionais.

Art. 35. Fica acrescido o art. 30-E à Lei Orgânica:

Art. 30-E. As Comissões da Câmara Municipal exercerão funções técnicas, legislativas, fiscalizatórias, instrutórias e de acompanhamento de políticas públicas.

§ 1º As Comissões poderão solicitar informações, realizar diligências, promover audiências públicas, convocar autoridades, convidar servidores ou particulares, emitir relatórios, encaminhar recomendações e acompanhar a execução de programas, obras, contratos e políticas públicas.

§ 2º Os relatórios de fiscalização aprovados pelas Comissões poderão ser encaminhados à Mesa Executiva, ao Plenário, ao Poder Executivo, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público ou a outros órgãos competentes, conforme a natureza dos achados e das providências sugeridas.

§ 3º Os relatórios de fiscalização serão disponibilizados em meio eletrônico oficial, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo, proteção de dados pessoais ou preservação da apuração.

Art. 36. O art. 31 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

O Município de Ibema/PR dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.pibema.pr.gov.br - Certificado ICP - BRASIL

Art. 31. Compete à Câmara Municipal deliberar, com a sanção do Prefeito, sobre as matérias de competência do Município, especialmente:

I – plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual;

II – abertura de créditos adicionais, na forma da legislação orçamentária e financeira;

III – planos, programas, metas e políticas públicas municipais e setoriais;

IV – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, bem como fixação ou alteração de sua remuneração, observada a iniciativa privativa e os limites constitucionais, legais, orçamentários e fiscais;

V – regime jurídico, plano de cargos, carreiras, remuneração, vantagens, direitos e deveres dos servidores públicos municipais, observada a iniciativa competente;

VI – organização administrativa da Administração direta e indireta do Poder Executivo, criação, estruturação e atribuições de órgãos, secretarias, entidades, fundos e unidades administrativas, observada a iniciativa privativa do Prefeito;

VII – instituição, alteração, arrecadação e fiscalização de tributos municipais, bem como concessão de isenções, anistias, remissões, incentivos, benefícios fiscais e renúncias de receita, observada a legislação de responsabilidade fiscal;

VIII – autorização para operações de crédito, empréstimos, garantias e demais obrigações financeiras do Município, observadas as normas gerais de direito financeiro, a legislação fiscal e os limites fixados pelos órgãos competentes;

IX – concessão, permissão, autorização ou delegação de serviços públicos municipais, na forma da lei;

X – aquisição, alienação, cessão, concessão de direito real de uso, permuta, doação, afetação, desafetação e utilização de bens municipais, quando exigida autorização legislativa;

XI – política de desenvolvimento urbano, Plano Diretor, zoneamento, uso e ocupação do solo, parcelamento do solo, mobilidade urbana, regularização fundiária e instrumentos urbanísticos;

O Município de Ibema/PR dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.pibema.pr.gov.br - Certificado ICP - BRASIL

XII – saneamento básico, resíduos sólidos, drenagem urbana, meio ambiente, defesa civil, proteção de áreas de risco e sustentabilidade;

XIII – saúde, educação, assistência social, cultura, esporte, lazer, primeira infância, pessoa idosa, pessoa com deficiência, mulheres, juventude e demais políticas públicas de interesse local;

XIV – criação, organização, fusão ou supressão de distritos administrativos, observada a legislação aplicável;

XV – participação do Município em consórcios públicos, convênios de cooperação, gestão associada de serviços públicos e instrumentos de cooperação federativa;

XVI – medidas de interesse local e normas suplementares à legislação federal e estadual, no que couber.

§ 1º A deliberação da Câmara não afasta a observância das regras de iniciativa privativa, impacto orçamentário-financeiro, responsabilidade fiscal, planejamento, compatibilidade com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

§ 2º Projetos que impliquem renúncia de receita, criação ou aumento de despesa, obrigação continuada, alteração de pessoal ou benefício financeiro deverão ser instruídos com os documentos exigidos pela legislação fiscal e orçamentária.

§ 3º A disciplina procedimental das matérias previstas neste artigo caberá ao Regimento Interno, respeitada esta Lei Orgânica.

Art. 37. O art. 32 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 32. Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Vereadores e dos Secretários Municipais serão fixados por lei específica de iniciativa da Câmara Municipal, observados a Constituição Federal, a Constituição do Estado do Paraná, esta Lei Orgânica, a legislação de responsabilidade fiscal e os limites orçamentários aplicáveis.

§ 1º Os subsídios serão fixados em parcela única, vedado o acréscimo de gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie

O Município de Ibema/PR dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.pibema.pr.gov.br - Certificado ICP - BRASIL

remuneratória, ressalvadas as parcelas expressamente admitidas pela Constituição Federal e por lei específica.

§ 2º Poderá ser assegurado aos agentes políticos municipais o décimo terceiro subsídio e o terço constitucional de férias, mediante lei específica, observados os limites constitucionais, legais, fiscais e orçamentários.

§ 3º Para os Vereadores, a instituição, majoração ou alteração do décimo terceiro subsídio, do terço constitucional de férias ou de qualquer parcela remuneratória observará a anterioridade da legislatura e somente produzirá efeitos para a legislatura subsequente, salvo orientação vinculante superveniente em sentido diverso.

§ 4º A lei específica que fixar ou alterar subsídios indicará valores nominais, critérios de revisão geral quando cabíveis, vigência, fonte orçamentária e compatibilidade com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

§ 5º A lei de fixação ou alteração de subsídios e parcelas remuneratórias deverá ser instruída com estimativa de impacto orçamentário-financeiro, demonstração de adequação orçamentária e observância dos limites de despesa com pessoal.

§ 6º É vedado o pagamento de parcela remuneratória ou indenizatória específica pela participação em sessão extraordinária.

§ 7º As verbas de natureza indenizatória, quando admitidas, dependerão de lei específica, finalidade pública, prestação de contas, transparência, controle e vedação de incorporação ou utilização como acréscimo remuneratório.

§ 8º A ausência injustificada do Vereador à sessão ordinária importará no desconto automático e irreversível de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do seu subsídio mensal, por cada falta registrada, na forma disciplinada pelo Regimento Interno.

Art. 38. O art. 33 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 33. Os Vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município, nos termos da Constituição Federal.

§ 1º A inviolabilidade parlamentar protege a liberdade de atuação política, legislativa e fiscalizatória do Vereador, quando houver pertinência com o exercício do mandato.

§ 2º A inviolabilidade não afasta o dever de observância do decoro parlamentar, da boa-fé, da finalidade pública, da proteção de dados pessoais, do sigilo legal e das normas regimentais aplicáveis.

§ 3º A Câmara Municipal adotará as medidas institucionais cabíveis para proteger o livre exercício do mandato parlamentar contra ameaça, embaraço ou constrangimento indevido, na forma do Regimento Interno.

Art. 39. O art. 34 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 34. Os Vereadores não poderão:

I – desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com o Município, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, concessionárias, permissionárias ou delegatárias de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive de livre nomeação e exoneração, nas entidades referidas na alínea "a", ressalvadas as hipóteses constitucionalmente admitidas;

II – desde a posse:

a) ser proprietário, controlador, diretor ou exercer função remunerada em empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público municipal ou entidade da Administração indireta municipal;

b) ocupar cargo ou função de livre nomeação e exoneração nas entidades referidas no inciso I, alínea "a", ressalvadas as hipóteses admitidas pela Constituição;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades referidas no inciso I, alínea "a";

O Município de Ibema/PR dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.pibema.pr.gov.br - Certificado ICP - BRASIL

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo, ressalvadas as hipóteses constitucionais;

e) atuar, direta ou indiretamente, em situação de conflito de interesses com o exercício do mandato, na forma da lei e do Regimento Interno.

§ 1º Não se considera vedado, para os fins do inciso I, alínea "a", o contrato de adesão a serviço público, relação de consumo ou instrumento de cláusulas uniformes, impessoalmente disponível ao público em geral.

§ 2º A apuração de incompatibilidade ou impedimento observará procedimento próprio, contraditório, ampla defesa, motivação e decisão do órgão competente.

§ 3º O Regimento Interno e o Código de Ética poderão disciplinar impedimentos, suspeições, conflitos de interesses e deveres de declaração em matérias submetidas à deliberação da Câmara.

Art. 40. O art. 35 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 35. Perderá o mandato o Vereador:

I – que infringir qualquer das proibições estabelecidas nesta Lei Orgânica;

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III – que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo licença, missão autorizada ou justificativa aceita na forma do Regimento Interno;

IV – que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V – quando o decretar a Justiça Eleitoral;

VI – que sofrer condenação criminal com os efeitos previstos na Constituição ou na legislação aplicável;

VII – que deixar de residir no Município, observada apuração em procedimento próprio;

O Município de Ibema/PR dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.pibema.pr.gov.br - Certificado ICP - BRASIL

VIII – que deixar de tomar posse no prazo previsto nesta Lei Orgânica, salvo motivo justificado aceito pela Câmara Municipal.

§ 1º É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos em lei, nesta Lei Orgânica, no Regimento Interno e no Código de Ética, o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador, a percepção de vantagem indevida e a prática de conduta que atente gravemente contra a dignidade do mandato.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pelo Plenário da Câmara Municipal, mediante provocação da Mesa Executiva, de Comissão competente, de partido político com representação na Câmara ou de cidadão legitimado, assegurados contraditório, ampla defesa, instrução regular, decisão motivada e votação aberta.

§ 3º Nos casos dos incisos III, IV, V, VII e VIII, a perda ou extinção do mandato será declarada pela Mesa Executiva ou pelo Presidente da Câmara, conforme o caso, assegurados contraditório e ampla defesa quando houver necessidade de apuração fática.

§ 4º A renúncia de Vereador submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato terá seus efeitos suspensos até a deliberação final, na forma da legislação aplicável.

§ 5º O procedimento de perda de mandato observará esta Lei Orgânica, o Regimento Interno, o Código de Ética e a legislação federal aplicável.

§ 6º O quórum de deliberação será o previsto na Constituição, nesta Lei Orgânica ou na legislação federal aplicável, conforme a natureza da hipótese de perda de mandato.

Art. 41. O art. 36 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 36. O Vereador deverá manter residência no Município durante o exercício do mandato.

§ 1º A perda da residência no Município deverá ser apurada em procedimento próprio, assegurados contraditório, ampla defesa e decisão motivada.

§ 2º A exigência de residência não impede afastamentos temporários, missões oficiais, tratamento de saúde, estudos, compromissos profissionais ou outras

situações transitórias justificadas, desde que preservado o vínculo efetivo com o Município e o regular exercício do mandato.

§ 3º O Regimento Interno poderá disciplinar a forma de comunicação de endereço, atualização cadastral e comprovação de residência quando necessária.

Art. 42. O art. 37 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 37. O Vereador poderá renunciar ao mandato mediante declaração escrita, assinada e dirigida ao Presidente da Câmara Municipal.

§ 1º A renúncia será lida em sessão, registrada em ata e produzirá efeitos na forma do Regimento Interno, independentemente de deliberação do Plenário.

§ 2º A autenticidade da renúncia deverá ser verificada quando houver dúvida razoável sobre sua autoria, integridade ou liberdade de manifestação.

§ 3º A renúncia de Vereador submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato observará o disposto no art. 35, § 4º, desta Lei Orgânica.

§ 4º Efetivada a renúncia, será convocado o respectivo suplente, na forma da legislação eleitoral e do Regimento Interno.

Art. 43. O art. 38 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 38. O Vereador poderá licenciar-se, sem perder o mandato:

I – por motivo de saúde, devidamente comprovado;

II – por licença-maternidade, licença-paternidade ou licença decorrente de adoção, na forma da Constituição, da legislação aplicável e do Regimento Interno;

III – para desempenhar missão temporária de caráter institucional, cultural, técnico ou de interesse do Município, autorizada pela Câmara Municipal;

IV – para tratar de interesse particular, sem direito ao subsídio, pelo prazo e nas condições estabelecidos no Regimento Interno;

O Município de Ibema/PR dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.pibema.pr.gov.br - Certificado ICP - BRASIL

V – quando investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente, hipótese em que poderá optar pela remuneração do mandato ou do cargo.

§ 1º Para fins remuneratórios, considerar-se-á em exercício o Vereador licenciado nas hipóteses dos incisos I, II e III, observadas a Constituição, a legislação aplicável e o Regimento Interno.

§ 2º O afastamento para missão autorizada de interesse do Município não será considerado ausência injustificada.

§ 3º O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura do Vereador em cargo ou função incompatível com o exercício do mandato, nos termos desta Lei Orgânica, ou de licença superior a 120 (cento e vinte) dias, observado o Regimento Interno e a legislação aplicável.

§ 4º O suplente convocado deverá tomar posse no prazo de 10 dias, salvo motivo justificado aceito pela Câmara Municipal.

§ 5º O retorno do titular ao exercício do mandato implicará cessação automática da convocação do suplente, respeitados os atos regularmente praticados.

§ 6º O Regimento Interno disciplinará requerimento, comprovação, deferimento, prazo, prorrogação, efeitos remuneratórios, convocação de suplente e retorno do titular.

Art. 44. O art. 39 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 39. A suspensão, perda ou extinção do mandato de Vereador somente ocorrerá nas hipóteses previstas na Constituição, nesta Lei Orgânica, no Regimento Interno e na legislação aplicável.

§ 1º Nenhuma sanção político-parlamentar será aplicada sem procedimento regular, autoridade competente, imputação definida, contraditório, ampla defesa, produção de provas lícitas e decisão motivada.

§ 2º A decisão que declarar suspensão, perda ou extinção de mandato será formalizada por ato próprio, publicada em meio oficial e comunicada à Justiça Eleitoral quando cabível.

O Município de Ibema/PR dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.pibema.pr.gov.br - Certificado ICP - BRASIL

§ 3º O Regimento Interno e o Código de Ética disciplinarão os procedimentos internos, respeitada a legislação aplicável.

Art. 45. O art. 40 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 40. O Vereador apresentará declaração de bens e valores antes da posse e ao término do mandato, na forma da legislação aplicável e do Regimento Interno.

§ 1º A obrigação poderá ser cumprida mediante apresentação de declaração de bens e valores ou cópia da declaração de imposto de renda, com o respectivo recibo de entrega, quando exigido pelo Regimento Interno ou pela legislação aplicável.

§ 2º A recusa injustificada de apresentação, a apresentação de declaração falsa ou a omissão dolosa de informação relevante sujeitará o responsável às medidas legais cabíveis, assegurados contraditório e ampla defesa.

§ 3º A guarda, o acesso, a publicidade e o tratamento das declarações observarão a legislação de transparência, proteção de dados pessoais, sigilo fiscal e controle público.

§ 4º O Regimento Interno disciplinará o órgão responsável pelo recebimento, guarda, atualização, acesso e controle das declarações.

Art. 46. O art. 41 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 41. A Câmara Municipal terá Comissões Permanentes e Temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas nesta Lei Orgânica e no Regimento Interno.

§ 1º As Comissões são órgãos técnicos, legislativos, fiscalizatórios, instrutórios e de acompanhamento de políticas públicas, competindo-lhes examinar proposições, emitir pareceres, realizar estudos, promover audiências públicas, solicitar informações, acompanhar programas governamentais e exercer as demais atribuições regimentais.

§ 2º Na constituição das Comissões, será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos, federações partidárias ou blocos parlamentares com assento na Câmara Municipal.

§ 3º As Comissões poderão realizar diligências, inspeções, vistorias, reuniões técnicas, convites, oitivas e audiências públicas, observados o interesse público, o devido processo legal, a proteção de dados pessoais e as hipóteses legais de sigilo.

§ 4º Os pareceres, relatórios e demais atos das Comissões serão registrados no Sistema Eletrônico Oficial da Câmara e disponibilizados ao público, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo.

§ 5º O Regimento Interno poderá disciplinar os efeitos dos pareceres das Comissões sobre a tramitação das proposições, inclusive hipóteses de arquivamento, recurso ao Plenário e apreciação conclusiva, preservada a competência deliberativa do Plenário nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Art. 47. O art. 42 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 42. As Comissões Parlamentares de Inquérito serão criadas mediante requerimento de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara Municipal, para apuração de fato determinado e por prazo certo.

§ 1º Preenchidos os requisitos previstos no caput, a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito independerá de deliberação discricionária do Plenário, cabendo à Presidência adotar as providências necessárias à sua instalação, na forma do Regimento Interno.

§ 2º As Comissões Parlamentares de Inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, observados os direitos e garantias fundamentais, a reserva de jurisdição, o devido processo legal, o contraditório quando cabível, a proteção de dados pessoais e as hipóteses legais de sigilo.

§ 3º O requerimento de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito indicará o fato determinado, o prazo de funcionamento, a finalidade da investigação e, quando possível, os elementos mínimos de informação que justifiquem a apuração.

§ 4º O prazo de funcionamento poderá ser prorrogado mediante deliberação da Câmara, desde que a prorrogação seja motivada e não ultrapasse os limites definidos no Regimento Interno.

§ 5º A Comissão Parlamentar de Inquérito apresentará relatório final, com conclusões e encaminhamentos, podendo remetê-lo ao Plenário, ao Poder Executivo, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público ou a outros órgãos competentes, conforme a natureza dos fatos apurados.

§ 6º O funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito será disciplinado pelo Regimento Interno, respeitada esta Lei Orgânica.

Art. 48. O art. 43 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 43. As proposições legislativas serão apreciadas em discussão e votação públicas, observados os turnos, interstícios, quóruns, pareceres, prazos e procedimentos previstos nesta Lei Orgânica e no Regimento Interno.

§ 1º Os projetos de lei, projetos de resolução e projetos de decreto legislativo observarão, como regra, dois turnos de discussão e votação, salvo hipóteses expressamente admitidas nesta Lei Orgânica ou no Regimento Interno para matérias de baixa complexidade ou de competência interna da Câmara.

§ 2º Propostas de emenda à Lei Orgânica, codificações, estatutos, Plano Diretor, leis orçamentárias, projetos de organização administrativa, matérias de pessoal e proposições de relevante impacto fiscal, urbanístico, ambiental ou social terão rito qualificado, com instrução técnica, parecer jurídico, parecer das Comissões competentes e publicidade adequada.

§ 3º O interstício entre turnos será disciplinado pelo Regimento Interno, respeitados os prazos específicos previstos nesta Lei Orgânica.

§ 4º O regime de urgência não dispensará parecer jurídico, análise de constitucionalidade, verificação de impacto orçamentário-financeiro quando cabível, publicidade mínima e deliberação regular pelas Comissões, salvo hipóteses excepcionais devidamente justificadas e admitidas pelo Regimento Interno.

§ 5º A inclusão de matéria em pauta observará publicidade prévia, disponibilização da íntegra da proposição e de seus pareceres no Sistema Eletrônico Oficial, ressalvadas as hipóteses de urgência justificadas na forma regimental.

Art. 49. O art. 44 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 44. As votações da Câmara Municipal serão públicas e abertas, com registro do resultado em ata e no Sistema Eletrônico Oficial.

§ 1º O voto será nominal nas hipóteses previstas nesta Lei Orgânica, no Regimento Interno, por deliberação do Plenário ou quando exigido pela natureza da matéria.

§ 2º Serão obrigatoriamente nominais as votações relativas a:

I – proposta de emenda à Lei Orgânica;
II – eleição, destituição ou recomposição da Mesa Executiva, quando houver deliberação plenária;
III – julgamento das contas do Prefeito;
IV – perda de mandato de Vereador, Prefeito ou Vice-Prefeito;
V – apreciação de veto;
VI – autorização para operações de crédito e matérias de relevante impacto financeiro;
VII – Plano Diretor, leis orçamentárias, criação ou alteração de tributos e matérias urbanísticas estruturantes;
VIII – demais hipóteses previstas no Regimento Interno.

§ 3º É vedado o voto secreto, salvo hipótese expressamente prevista na Constituição Federal ou em norma de observância obrigatória.

§ 4º O Vereador impedido de votar deverá declarar o impedimento antes da deliberação, na forma do Regimento Interno.

§ 5º O Regimento Interno disciplinará votação simbólica, nominal, eletrônica, por chamada, por aplicativo oficial ou por outro meio seguro, assegurados autenticidade, integridade, publicidade e rastreabilidade.

Art. 50. O art. 45 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 45. O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

I – emendas à Lei Orgânica;
II – leis complementares;
III – leis ordinárias;
IV – decretos legislativos;
V – resoluções;

VI – atos da Mesa Executiva, nos casos previstos no Regimento Interno;
VII – demais atos normativos internos de competência da Câmara Municipal.

§ 1º Lei complementar poderá ser exigida para matérias de maior densidade institucional, quando esta Lei Orgânica expressamente assim determinar.

§ 2º Decretos legislativos destinam-se a regular matérias de competência exclusiva da Câmara Municipal que produzam efeitos externos e independam de sanção do Prefeito.

§ 3º Resoluções destinam-se a regular matérias de competência privativa da Câmara Municipal de efeitos predominantemente internos, especialmente organização, funcionamento, Regimento Interno, serviços administrativos e assuntos legislativos próprios.

§ 4º A redação, alteração, consolidação e sistematização dos atos normativos observarão a técnica legislativa aplicável, a clareza, a precisão, a ordem lógica, a compatibilidade normativa e a consolidação periódica da legislação municipal.

Art. 51. Fica acrescido o art. 45-A à Lei Orgânica:

Art. 45-A. As proposições legislativas sujeitas à deliberação da Câmara observarão instrução mínima, publicidade, análise de constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

§ 1º As proposições deverão ser instruídas com parecer jurídico ou manifestação técnica equivalente, ressalvadas as hipóteses de baixa complexidade definidas no Regimento Interno.

§ 2º Proposições que criem, expandam ou aperfeiçoem ação governamental que acarrete aumento de despesa deverão estar acompanhadas de estimativa de impacto orçamentário-financeiro e demonstração de compatibilidade com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

§ 3º A ausência de instrução mínima poderá impedir a tramitação, a inclusão em pauta ou a deliberação, na forma do Regimento Interno.

§ 4º O parecer jurídico não substitui a deliberação política do Plenário, mas constitui elemento técnico de controle preventivo de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Art. 52. O art. 46 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 46. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador, à Mesa Executiva, às Comissões da Câmara Municipal, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

§ 1º A iniciativa popular poderá ser exercida pela apresentação à Câmara Municipal de projeto de lei de interesse específico do Município, da cidade, de bairros ou de distritos, subscrito por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado municipal.

§ 2º A subscrição popular poderá ser realizada por meio físico ou eletrônico, na forma da lei e do Regimento Interno, assegurada a autenticidade das assinaturas, a proteção de dados pessoais e a conferência pela Câmara Municipal.

§ 3º O projeto de iniciativa popular tramitará na forma do Regimento Interno, assegurada sua autuação, publicidade, análise de admissibilidade, acompanhamento pelos subscritores e manifestação nas Comissões quando admitida.

§ 4º A iniciativa popular não poderá versar sobre matéria de iniciativa privativa de outro Poder ou órgão, nem afastará as exigências de constitucionalidade, legalidade, juridicidade, técnica legislativa e impacto orçamentário-financeiro quando cabíveis.

Art. 53. O art. 47 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 47. São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:

I – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo;

II – servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade, aposentadoria, remuneração, vantagens, direitos, deveres e organização de carreiras;

III – criação, estruturação, transformação, extinção e atribuições de Secretarias Municipais, órgãos, entidades, unidades administrativas, fundos e serviços do Poder Executivo;

IV – organização administrativa do Poder Executivo e matérias que impliquem subordinação, gestão, funcionamento interno ou atribuições de seus órgãos e agentes;

V – Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e créditos orçamentários cuja iniciativa seja reservada ao Executivo;

VI – plano de governo, programas administrativos, criação de obrigações diretas para órgãos do Poder Executivo e organização da execução de serviços públicos, ressalvada a competência legislativa da Câmara para normas gerais e abstratas de interesse local.

§ 1º Não se considera matéria de iniciativa privativa do Prefeito a proposição parlamentar que estabeleça norma geral, impessoal e abstrata de interesse local, sem criar órgão, cargo, despesa obrigatória, atribuição administrativa específica ou ingerência direta na estrutura do Poder Executivo.

§ 2º Projetos de iniciativa parlamentar que repercutam sobre políticas públicas deverão preservar a separação de Poderes, a reserva de administração, a iniciativa privativa quando existente e a compatibilidade orçamentária.

§ 3º Havendo dúvida relevante sobre iniciativa, a Comissão de Constituição, Legislação e Redação deverá examinar a matéria antes da inclusão em pauta.

Art. 54. O art. 48 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 48. Não será admitido aumento de despesa por emenda parlamentar em projetos de iniciativa privativa do Prefeito, ressalvadas as emendas aos projetos de lei orçamentária, quando compatíveis com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, com a Lei Orçamentária Anual e com a legislação de responsabilidade fiscal.

§ 1º As emendas parlamentares deverão guardar pertinência temática com a proposição emendada, respeitar a iniciativa privativa, a separação de Poderes, a técnica legislativa e os limites constitucionais, legais, orçamentários e fiscais.

§ 2º Emendas que criem, ampliem ou alterem despesa deverão indicar a estimativa de impacto, a fonte de custeio ou a anulação de despesa compatível, quando exigido pela legislação aplicável.

§ 3º Não serão admitidas emendas que descaracterizem o projeto original, criem estrutura administrativa no Executivo sem iniciativa competente, imponham atribuições específicas a órgãos ou servidores do Executivo em violação à reserva de administração ou comprometam a execução orçamentária sem fonte adequada.

§ 4º As emendas aos projetos de Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual observarão esta Lei Orgânica, a legislação de direito financeiro, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Regimento Interno.

§ 5º As emendas parlamentares impositivas serão disciplinadas nesta Lei Orgânica e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 55. O art. 49 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 49. O Prefeito poderá solicitar regime de urgência para apreciação de projeto de sua iniciativa, mediante justificativa expressa de urgência ou relevante interesse público.

§ 1º O pedido de urgência será apreciado pela Câmara Municipal na forma do Regimento Interno.

§ 2º O regime de urgência não dispensará análise de constitucionalidade, legalidade, juridicidade, técnica legislativa, impacto orçamentário-financeiro quando cabível e manifestação mínima das Comissões competentes.

§ 3º Não será admitido regime de urgência que reduza ou dispense rito, parecer, publicidade mínima, interstício ou exigência de votação própria em:

I – proposta de emenda à Lei Orgânica;
II – codificações;
III – estatutos e regimes jurídicos de servidores públicos;
IV – Plano Diretor, zoneamento, uso e ocupação do solo, parcelamento do solo e política urbana estrutural;
V – Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, salvo hipótese excepcional prevista em norma superior;
VI – matérias de relevante impacto fiscal, urbanístico, ambiental ou social definidas no Regimento Interno.

§ 4º O decurso de prazo em regime de urgência não autoriza deliberações sem os pareceres obrigatórios e a publicidade mínima, salvo nos casos de Urgência Especial aprovada pelo Plenário, cuja deliberação seguirá o rito célere e as restrições de vista previstas no Regimento Interno.

§ 5º O Regimento Interno disciplinará o procedimento, os prazos, os efeitos e os limites do regime de urgência.

Art. 56. O art. 50 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 50. Aprovado o projeto de lei na forma regimental, o Presidente da Câmara Municipal o encaminhará ao Prefeito para sanção ou veto, no prazo previsto no Regimento Interno.

§ 1º O encaminhamento poderá ser realizado por meio físico ou eletrônico oficial, com registro de envio, recebimento, data, íntegra do texto aprovado e documentos de tramitação necessários.

§ 2º Resoluções e decretos legislativos serão promulgados e publicados pela Câmara Municipal, na forma do Regimento Interno, independentemente de sanção do Prefeito.

§ 3º A redação final do projeto aprovado deverá refletir fielmente a deliberação do Plenário, observada a técnica legislativa, a consolidação do texto, a correção gramatical e a vedação de alteração material não deliberada.

§ 4º Havendo erro material evidente na redação final, poderá ser promovida correção formal antes da remessa ou publicação, na forma do Regimento Interno, vedada alteração de mérito.

§ 5º A Câmara manterá registro integral da tramitação, votação, redação final, remessa, sanção, veto, promulgação e publicação do ato no Sistema Eletrônico Oficial.

Art. 57. O art. 51 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 51. Aprovado o projeto de lei, será ele encaminhado pelo Presidente da Câmara Municipal ao Prefeito, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional, ilegal, contrário a esta Lei Orgânica ou ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado do recebimento, comunicando os motivos do veto ao Presidente da Câmara Municipal no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, parágrafo, inciso, alínea ou item.

§ 3º Decorrido o prazo previsto no § 1º sem sanção ou veto, considerar-se-á sancionado o projeto.

§ 4º O veto será apreciado pela Câmara Municipal no prazo de 30 (trinta) dias, contado de seu recebimento, em discussão única e votação aberta.

§ 5º O veto somente será rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, salvo exigência constitucional superveniente diversa.

§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo previsto no § 4º, o veto será incluído na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais deliberações até sua votação, ressalvadas as matérias com prioridade constitucional ou legal.

§ 7º Rejeitado o veto, o projeto será encaminhado ao Prefeito para promulgação.

§ 8º Se o Prefeito não promulgar a lei no prazo previsto nesta Lei Orgânica ou no Regimento Interno, caberá ao Presidente da Câmara promulgá-la e, se este não o fizer, ao seu substituto legal, observada a ordem regimental.

§ 9º O veto e sua respectiva deliberação deverão ser registrados no Sistema Eletrônico Oficial da Câmara, com disponibilização dos motivos, pareceres, votação e resultado.

Art. 58. O art. 52 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 52. As leis, emendas à Lei Orgânica, decretos legislativos, resoluções e demais atos normativos municipais serão promulgados e publicados na forma desta Lei Orgânica, do Regimento Interno e da legislação aplicável.

§ 1º A publicação deverá ocorrer em meio oficial, preferencialmente eletrônico, asseguradas autenticidade, integridade, publicidade, acessibilidade e preservação documental.

§ 2º A lei entrará em vigor na data de sua publicação, salvo disposição expressa em contrário.

§ 3º A Câmara Municipal manterá versão consolidada e atualizada da Lei Orgânica, do Regimento Interno e da legislação de sua competência, disponível em meio eletrônico oficial.

§ 4º A correção de erro material em ato normativo publicado somente poderá ocorrer mediante republicação, retificação formal ou novo ato normativo, conforme a natureza do erro, vedada alteração de mérito sem deliberação competente.

Art. 59. O art. 53 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 53. A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta:

I – de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara Municipal;
II – do Prefeito Municipal;
III – de iniciativa popular, na forma desta Lei Orgânica.

§ 1º A proposta de emenda à Lei Orgânica será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de 10 (dez) dias entre as votações, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos os turnos, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º A votação da proposta de emenda à Lei Orgânica será aberta e nominal.

§ 3º A emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, salvo se subscrita pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

§ 5º Não será admitida proposta de emenda tendente a abolir a autonomia municipal, a separação dos Poderes, o voto direto, secreto, universal e periódico,

os direitos e garantias fundamentais, o controle externo, o devido processo legal ou as garantias essenciais de funcionamento do Poder Legislativo.

§ 6º A proposta de emenda à Lei Orgânica será instruída com justificativa técnica, parecer jurídico, análise de compatibilidade constitucional, legal e regimental e, quando couber, estimativa de impacto orçamentário-financeiro.

§ 7º Não se admitirá regime de urgência, urgência especial, dispensa de parecer obrigatório, supressão de interstício ou votação em turno único de proposta de emenda à Lei Orgânica.

§ 8º Aprovada a emenda, a Mesa Executiva providenciará a atualização da versão consolidada da Lei Orgânica e sua disponibilização em meio eletrônico oficial.

Art. 60. O art. 54 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 54. O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, auxiliado pelos Secretários Municipais e demais dirigentes da Administração Pública municipal, na forma da Constituição, desta Lei Orgânica e das leis.

§ 1º O Prefeito e o Vice-Prefeito serão eleitos simultaneamente, para mandato de quatro anos, por eleição direta, nos termos da Constituição e da legislação eleitoral.

§ 2º A Chefia do Poder Executivo será exercida com observância da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, motivação, transparência, responsabilidade fiscal, integridade, controle interno, participação social e continuidade dos serviços públicos.

§ 3º A organização administrativa do Poder Executivo observará lei específica, respeitadas a iniciativa privativa do Prefeito, a legislação nacional aplicável e os limites orçamentários e fiscais.

Art. 61. O art. 55 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 55. O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse perante a Câmara Municipal, na sessão de instalação da legislatura, prestando o compromisso de cumprir e fazer cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado do Paraná, esta Lei Orgânica e as leis, promover o bem geral do Município e exercer o cargo com lealdade, responsabilidade e observância do interesse público.

§ 1º Se, decorridos 10 (dez) dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou o Vice-Prefeito, salvo motivo justificado aceito pela Câmara Municipal, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

§ 2º No ato da posse, o Prefeito e o Vice-Prefeito apresentarão declaração de bens e valores, declaração de inexistência de incompatibilidade e demais documentos exigidos pela legislação aplicável e pelo Regimento Interno.

§ 3º A posse poderá ser realizada em sessão solene de instalação, sessão ordinária, sessão extraordinária ou, durante o recesso, perante a Mesa Executiva ou o Presidente da Câmara, conforme dispuser o Regimento Interno.

§ 4º O termo de posse será registrado em livro próprio ou sistema eletrônico oficial, com assinatura física ou eletrônica admitida em lei.

Art. 62. O art. 56 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 56. Substituirá o Prefeito, em caso de impedimento, ausência, licença ou afastamento temporário, e suceder-lhe-á, no caso de vacância, o Vice-Prefeito.

§ 1º O Vice-Prefeito, além de outras atribuições conferidas por lei, auxiliará o Prefeito sempre que por ele convocado para missões especiais, funções de articulação institucional, coordenação de programas ou representação do Município.

§ 2º O Vice-Prefeito não poderá recusar a substituição do Prefeito, salvo motivo juridicamente justificado.

§ 3º A posse do Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito, em caso de sucessão, será comunicada à Câmara Municipal e registrada em meio oficial.

Art. 63. O art. 57 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 57. Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância simultânea dos respectivos cargos, assumirá a Chefia do Poder Executivo o Presidente da Câmara Municipal.

§ 1º O Presidente da Câmara, ao assumir o cargo de Prefeito, afastar-se-á das funções legislativas e administrativas da Presidência enquanto perdurar a

substituição ou sucessão, observada a substituição regimental na Câmara Municipal.

§ 2º Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, far-se-á eleição na forma da Constituição e da legislação eleitoral aplicável.

§ 3º Aquele que assumir a Chefia do Poder Executivo em caráter transitório praticará apenas os atos necessários à continuidade administrativa, à preservação dos serviços públicos e à gestão ordinária, salvo urgência ou relevante interesse público devidamente motivado.

§ 4º O Regimento Interno disciplinará a comunicação da vacância, a posse do substituto, o registro dos atos e a substituição da Presidência da Câmara.

Art. 64. O art. 58 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 58. O Prefeito e o Vice-Prefeito não poderão, desde a posse:

I – firmar ou manter contrato com o Município, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, concessionárias, permissionárias ou delegatárias de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

II – aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado na Administração Pública direta ou indireta, ressalvadas as hipóteses admitidas pela Constituição;

III – ser titular de mais de um mandato eletivo;

IV – patrocinar causa contra o Município ou entidade da Administração indireta municipal;

V – ser proprietário, controlador, diretor ou exercer função remunerada em empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público municipal ou entidade da Administração indireta municipal;

VI – atuar em situação de conflito de interesses com o exercício do cargo.

§ 1º Não se considera vedado, para os fins do inciso I, o contrato de adesão a serviço público, relação de consumo ou instrumento de cláusulas uniformes, impessoalmente disponível ao público em geral.

§ 2º A infração ao disposto neste artigo será apurada na forma da Constituição, desta Lei Orgânica, da legislação aplicável e do devido processo legal.

Art. 65. O art. 59 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 59. O Prefeito e o Vice-Prefeito não poderão ausentar-se do Município por período superior a 10 (dez) dias consecutivos, nem do País por qualquer prazo, sem licença da Câmara Municipal, salvo hipóteses excepcionais previstas em lei.

§ 1º O pedido de licença indicará o período de afastamento, o motivo, o local de destino quando cabível e a forma de substituição.

§ 2º O Prefeito poderá licenciar-se:

I – por motivo de saúde, devidamente comprovado;
II – em razão de licença-maternidade, licença-paternidade ou adoção, quando aplicável;
III – a serviço ou em missão de representação do Município;
IV – para tratar de interesse particular, sem remuneração, na forma da lei;
V – em outras hipóteses previstas na Constituição, nesta Lei Orgânica ou na legislação aplicável.

§ 3º Nas licenças por motivo de saúde, maternidade, paternidade, adoção ou missão oficial, observar-se-á o regime remuneratório previsto na legislação aplicável.

§ 4º O afastamento não autorizado, quando exigida licença da Câmara Municipal, poderá ensejar apuração de responsabilidade na forma da legislação aplicável.

§ 5º O Regimento Interno disciplinará o procedimento de apreciação dos pedidos de licença, a convocação de sessão quando necessário e a comunicação da substituição.

Art. 66. O art. 60 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 60. São infrações político-administrativas do Prefeito Municipal, sujeitas ao julgamento pela Câmara Municipal, aquelas previstas na legislação federal aplicável, nesta Lei Orgânica e em normas de observância obrigatória.

§ 1º O processo de apuração de infração político-administrativa observará denúncia escrita, indicação dos fatos, admissibilidade formal, contraditório, ampla defesa, instrução regular, produção de provas lícitas, decisão motivada, votação aberta e quórum previsto na legislação aplicável.

§ 2º O Prefeito poderá ser afastado preventivamente apenas nas hipóteses, forma e limites previstos na legislação aplicável, mediante decisão fundamentada e preservação da continuidade administrativa.

§ 3º A Câmara Municipal não poderá criar, por ato próprio ou regimental, infração político-administrativa não prevista em lei, sem prejuízo de disciplinar o procedimento interno compatível com a legislação aplicável.

§ 4º A renúncia do Prefeito submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato observará os efeitos previstos na legislação aplicável.

§ 5º As conclusões do processo poderão ser comunicadas ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público, à Justiça Eleitoral ou a outros órgãos competentes, quando houver indícios de matéria sujeita à respectiva atuação.

§ 6º O Regimento Interno disciplinará o procedimento interno de processamento e julgamento, em caráter complementar, respeitada a legislação federal aplicável, o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa, a motivação das decisões e o quórum legalmente exigido.

Art. 67. Fica acrescido o art. 60-A à Lei Orgânica:

Art. 60-A. O Poder Executivo manterá práticas de governança pública, integridade, planejamento, gestão de riscos, controle interno, transparência, proteção de dados pessoais, segurança da informação e avaliação de resultados, na forma da lei.

§ 1º As Secretarias Municipais e os órgãos equivalentes deverão manter registros, relatórios, processos administrativos, contratos, informações orçamentárias, dados de execução e documentos de gestão em condições de acesso, controle e fiscalização.

§ 2º A organização administrativa do Executivo deverá favorecer a continuidade dos serviços públicos, a clareza das competências, a segregação de funções, a responsabilização dos agentes e a eficiência administrativa.

O Município de Ibema/PR dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.pibema.pr.gov.br - Certificado ICP - BRASIL

§ 3º Lei específica poderá disciplinar programa municipal de integridade, código de conduta, canal de denúncias, prevenção de conflito de interesses, correição administrativa e proteção contra retaliação ao denunciante de boa-fé.

Art. 68. O art. 61 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 61. A perda, extinção, suspensão ou declaração de vacância do mandato do Prefeito ou do Vice-Prefeito somente ocorrerá nas hipóteses previstas na Constituição Federal, na Constituição do Estado do Paraná, nesta Lei Orgânica e na legislação federal aplicável.

§ 1º Quando depender de apuração de fatos, a medida observará procedimento formal, autoridade competente, imputação definida, contraditório, ampla defesa, produção de provas lícitas, decisão motivada e votação aberta, quando houver deliberação da Câmara Municipal.

§ 2º A declaração de extinção ou vacância decorrente de fato objetivo será formalizada por ato próprio, com indicação da base constitucional, legal ou orgânica aplicável.

§ 3º A decisão será publicada em meio oficial e comunicada aos órgãos competentes, inclusive à Justiça Eleitoral, quando cabível.

§ 4º O Regimento Interno disciplinará o procedimento interno, respeitados esta Lei Orgânica, a legislação federal aplicável e o devido processo legal.

Art. 69. O art. 62 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 62. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da Administração direta e indireta será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno dos Poderes Executivo e Legislativo.

§ 1º A fiscalização abrangerá legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia, efetividade, aplicação de subvenções, renúncia de receitas, gestão patrimonial, execução de contratos, convênios, parcerias, programas e políticas públicas.

§ 2º Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie, administre ou responda por dinheiro, bens e valores públicos municipais, ou que assuma obrigações em nome do Município.

§ 3º A fiscalização observará a transparência, a responsabilidade fiscal, a proteção de dados pessoais, o sigilo legal quando cabível e o acesso efetivo da Câmara às informações necessárias ao controle externo.

§ 4º O controle exercido pela Câmara Municipal não exclui a atuação do Tribunal de Contas, do controle interno, do Ministério Público, da sociedade e dos demais órgãos competentes.

Art. 70. O art. 63 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 63. O controle externo da Administração Pública municipal será exercido pela Câmara Municipal, com auxílio do Tribunal de Contas competente.

§ 1º Compete ao controle externo apreciar as contas anuais do Prefeito, examinar a execução orçamentária, financeira e patrimonial, acompanhar contratos, obras, serviços, atos de pessoal, renúncias de receita, convênios, parcerias, transferências e demais atos sujeitos à fiscalização.

§ 2º O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas do Prefeito somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal, assegurados contraditório, ampla defesa e motivação.

§ 3º A Câmara Municipal poderá solicitar ao Tribunal de Contas inspeções, auditorias, informações, orientações técnicas ou outros elementos de apoio ao exercício do controle externo.

§ 4º As deliberações da Câmara sobre contas, relatórios de fiscalização e atos de controle externo serão públicas, motivadas e registradas no Sistema Eletrônico Oficial.

Art. 71. O art. 64 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 64. Os Poderes Executivo e Legislativo manterão sistemas de controle interno, com atuação técnica, preventiva, orientadora, avaliativa e corretiva, na forma da lei.

§ 1º O controle interno terá por finalidade:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual e nos planos setoriais;

II – verificar a legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e de pessoal;

III – acompanhar licitações, contratações diretas, contratos, convênios, parcerias, obras, serviços, almoxarifado, patrimônio, frota, folha de pagamento e atos de pessoal;

IV – avaliar resultados de programas e políticas públicas;

V – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

VI – orientar agentes públicos quanto à prevenção de falhas, irregularidades, riscos fiscais, conflitos de interesses e danos ao erário;

VII – contribuir para integridade pública, gestão de riscos, transparência, proteção de dados pessoais e melhoria dos processos administrativos.

§ 2º Os responsáveis pelo controle interno comunicarão às autoridades competentes as irregularidades ou ilegalidades de que tenham conhecimento, observadas as garantias funcionais, o sigilo legal, a proteção de dados pessoais e o devido processo legal.

§ 3º A omissão injustificada do controle interno diante de irregularidade relevante poderá ensejar apuração de responsabilidade, quando configurada hipótese prevista em lei.

§ 4º Os relatórios do controle interno terão publicidade, ressalvadas informações protegidas por sigilo legal, dados pessoais ou necessidade de preservação de apuração.

Art. 72. O art. 65 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 65. As contas anuais do Prefeito serão encaminhadas ao Tribunal de Contas competente e, após emissão de parecer prévio, serão julgadas pela Câmara Municipal, na forma da Constituição, desta Lei Orgânica e do Regimento Interno.

§ 1º Recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas, a Câmara Municipal instaurará o processo de julgamento das contas, com autuação, publicidade, distribuição à Comissão competente e notificação do responsável.

§ 2º O responsável pelas contas terá acesso integral aos autos, prazo para manifestação, direito à juntada de documentos e possibilidade de sustentação oral perante a Comissão e o Plenário, na forma do Regimento Interno.

§ 3º A deliberação do Plenário será pública, motivada e em votação nominal.

§ 4º O parecer prévio do Tribunal de Contas somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 5º A decisão da Câmara será formalizada por decreto legislativo e comunicada ao Tribunal de Contas, ao Poder Executivo, à Justiça Eleitoral e aos demais órgãos competentes, quando cabível.

§ 6º O Regimento Interno disciplinará o rito, prazos, pareceres, defesa, diligências, sustentação oral, votação e publicação do julgamento das contas.

Art. 73. O art. 66 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 66. As contas do Município ficarão disponíveis, durante todo o exercício, para consulta, exame e apreciação por qualquer cidadão, instituição da sociedade civil, partido político, associação ou sindicato, na forma da Constituição, da legislação aplicável e desta Lei Orgânica.

§ 1º A disponibilização ocorrerá em meio físico ou eletrônico oficial, com acesso às peças essenciais de prestação de contas, relatórios de gestão fiscal, relatórios resumidos da execução orçamentária, balanços, demonstrativos, pareceres, atos de julgamento e demais documentos de interesse público.

§ 2º A consulta pública observará transparência, linguagem clara, acessibilidade, proteção de dados pessoais e preservação de informações protegidas por sigilo legal.

§ 3º Qualquer cidadão poderá questionar a legitimidade das contas, mediante petição fundamentada, na forma da lei e do Regimento Interno.

§ 4º A Câmara Municipal e o Poder Executivo deverão manter meios de orientação ao cidadão sobre acesso, consulta, extração de cópias e apresentação de questionamentos.

Art. 74. O art. 67 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 67. Qualquer cidadão, partido político, associação, sindicato ou entidade regularmente constituída poderá denunciar irregularidade ou ilegalidade perante a Câmara Municipal, o controle interno, o Tribunal de Contas ou outro órgão competente.

§ 1º A denúncia deverá conter a identificação do denunciante, salvo hipóteses de canal protegido admitidas em lei, descrição mínima dos fatos, indicação dos órgãos ou agentes envolvidos, elementos de informação disponíveis e pedido de providência.

§ 2º A Câmara Municipal dará tratamento institucional às denúncias recebidas, podendo encaminhá-las à Comissão competente, ao controle interno, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público ou ao Poder Executivo, conforme a matéria.

§ 3º O denunciante de boa-fé não sofrerá retaliação administrativa ou institucional em razão da comunicação de irregularidade, na forma da lei.

§ 4º Denúncias manifestamente falsas, abusivas ou utilizadas com finalidade de perseguição pessoal, partidária ou eleitoral poderão ensejar as medidas legais cabíveis, assegurado o devido processo legal.

§ 5º O tratamento de denúncias observará sigilo quando necessário à proteção do denunciante, da apuração, dos dados pessoais ou de interesse público juridicamente protegido.

Art. 75. O art. 68 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 68. A gestão fiscal do Município observará planejamento, transparência, responsabilidade, equilíbrio das contas públicas, controle de despesas, prevenção de riscos, correção de desvios e cumprimento das metas fiscais.

§ 1º O Poder Executivo demonstrará e avaliará periodicamente o cumprimento das metas fiscais em audiência pública perante a Câmara Municipal, na forma da legislação de responsabilidade fiscal.

§ 2º A Câmara Municipal poderá solicitar esclarecimentos, documentos, relatórios e informações complementares sobre receitas, despesas, dívida, restos a pagar, renúncias de receita, despesas de pessoal, obras, contratos, convênios, emendas parlamentares e execução orçamentária.

§ 3º Os relatórios fiscais, demonstrativos e documentos de execução orçamentária serão publicados em meio eletrônico oficial, em linguagem acessível, sem prejuízo da observância dos modelos e prazos legais.

§ 4º A omissão, inconsistência relevante ou atraso injustificado na publicação de informações fiscais poderá ensejar medidas institucionais, de controle e de responsabilização, quando configurada hipótese prevista em lei.

Art. 76. O art. 69 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 69. Os ordenadores de despesa, gestores de contratos, fiscais de contratos, responsáveis por convênios, parcerias, bens, almoxarifado, frota, folha de pagamento, arrecadação, tesouraria e demais agentes que administrem recursos públicos responderão, na forma da lei, por seus atos de gestão.

§ 1º A responsabilidade do agente público será apurada mediante procedimento próprio, com observância do contraditório, da ampla defesa, da individualização da conduta e da motivação.

§ 2º A responsabilização observará a natureza da atribuição exercida, as competências formais do agente, a existência de dolo ou culpa quando exigida em lei, o nexo causal e os elementos técnicos disponíveis no momento da decisão administrativa.

§ 3º A Administração Municipal manterá registros formais de designação de gestores e fiscais de contratos, responsáveis por bens, ordenadores de despesa e agentes encarregados de funções críticas de controle.

§ 4º A designação de agente para função de gestão ou fiscalização deverá considerar capacitação, segregação de funções, ausência de conflito de interesses e compatibilidade com as atribuições do cargo ou função.

Art. 77. O art. 70 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 70. Os sistemas de controle interno, controle externo, transparência, ouvidoria, acesso à informação, proteção de dados pessoais, integridade e gestão de riscos atuarão de forma coordenada, respeitadas as competências próprias de cada órgão e Poder.

§ 1º A coordenação entre os sistemas de controle terá por finalidade prevenir irregularidades, corrigir falhas, aperfeiçoar processos, proteger o patrimônio público, melhorar os serviços e fortalecer a confiança da população nas instituições municipais.

§ 2º O compartilhamento de informações entre órgãos de controle observará finalidade pública, segurança da informação, proteção de dados pessoais, sigilo legal e rastreabilidade do acesso.

§ 3º A Câmara Municipal poderá instituir rotinas próprias de acompanhamento de recomendações do Tribunal de Contas, relatórios do controle interno, achados de fiscalização e medidas de correção adotadas pelo Poder Executivo.

§ 4º O Poder Executivo prestará informações periódicas à Câmara Municipal sobre providências adotadas em razão de recomendações, alertas, determinações ou apontamentos dos órgãos de controle, na forma do Regimento Interno, da lei ou de solicitação específica.

Art. 78. O art. 71 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 71. A Administração Pública municipal direta e indireta, de qualquer dos Poderes do Município, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, transparência, planejamento, responsabilidade fiscal, integridade, segurança jurídica, proteção de dados pessoais, sustentabilidade, controle e participação social.

§ 1º A atuação administrativa deverá observar finalidade pública, interesse local, continuidade dos serviços, acessibilidade, linguagem clara, gestão de riscos, segregação de funções, controle interno e avaliação de resultados.

§ 2º Os atos administrativos deverão ser motivados, especialmente quando negarem, limitarem ou afetarem direitos; impuserem deveres, sanções ou restrições; decidirem processos administrativos; autorizarem despesas;

celebrarem contratos; concederem benefícios; ou responderem a órgãos de controle e fiscalização.

§ 3º A publicidade dos atos administrativos observará transparência ativa e passiva, proteção de dados pessoais, sigilo legal, acessibilidade e preservação documental.

§ 4º O Município adotará, progressivamente, meios eletrônicos oficiais para gestão de processos, documentos, comunicações, protocolos, serviços públicos, transparência, controle e participação social.

Art. 79. O art. 72 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 72. Os cargos, empregos e funções públicas municipais serão criados por lei, com denominação, atribuições, requisitos de investidura, jornada, forma de provimento, remuneração e vinculação administrativa definidos de modo claro e compatível com o interesse público.

§ 1º A criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções dependerá de justificativa de interesse público, estudo de necessidade administrativa, estimativa de impacto orçamentário-financeiro e compatibilidade com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

§ 2º A investidura em cargo ou emprego público dependerá de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

§ 3º O concurso público terá validade de até dois anos, prorrogável uma vez por igual período, na forma do edital e da legislação aplicável.

§ 4º Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, o aprovado em concurso público será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego na carreira.

§ 5º É vedado o provimento de cargo, emprego ou função sem prévia criação legal, sem atribuições definidas ou sem compatibilidade com a estrutura administrativa do respectivo Poder.

Art. 80. O art. 73 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 73. As funções de confiança serão exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

§ 1º Os cargos em comissão destinam-se exclusivamente às atribuições de direção, chefia e assessoramento, vedada sua utilização para atividades técnicas, burocráticas, operacionais, permanentes ou próprias de cargo efetivo.

§ 2º Lei específica estabelecerá percentual mínimo de cargos em comissão a serem ocupados por servidores efetivos, observados a natureza das atribuições, a estrutura administrativa, a proporcionalidade e os limites legais e fiscais.

§ 3º A nomeação para cargo em comissão ou função de confiança deverá observar qualificação mínima, idoneidade, inexistência de impedimento legal, compatibilidade com as atribuições e vedação de conflito de interesses.

§ 4º A designação, nomeação, exoneração e dispensa de ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança serão publicadas em meio oficial, com indicação do cargo ou função, unidade de lotação e fundamento legal.

§ 5º É vedada a manutenção de cargo em comissão ou função de confiança sem atribuições reais de direção, chefia ou assessoramento.

Art. 81. O art. 74 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 74. É vedada, no âmbito da Administração Pública municipal direta e indireta, de qualquer dos Poderes, a prática de nepotismo, inclusive mediante nomeações recíprocas ou cruzadas.

§ 1º A vedação abrange a nomeação, contratação ou designação de cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o grau definido em súmula vinculante, jurisprudência obrigatória ou legislação aplicável, da autoridade nomeante ou de agente público investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.

§ 2º Também é vedada a designação de pessoa em situação de subordinação direta a parente nas hipóteses alcançadas pela vedação constitucional, jurisprudencial ou legal.

§ 3º A autoridade nomeante deverá observar, antes da posse ou designação, declaração de inexistência de nepotismo, impedimento, incompatibilidade ou conflito de interesses.

§ 4º A apuração de nepotismo observará procedimento próprio, contraditório, ampla defesa quando cabível, motivação e adoção das medidas corretivas exigidas pela ordem jurídica.

§ 5º Lei ou regulamento poderá disciplinar procedimentos de declaração, controle, prevenção e correção de nepotismo, observada a Súmula Vinculante 13 e a jurisprudência aplicável.

Art. 82. O art. 75 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 75. A contratação por tempo determinado somente será admitida para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, nas hipóteses previstas em lei municipal específica.

§ 1º A lei disciplinará as hipóteses de contratação, prazo máximo, forma de seleção, remuneração, direitos, deveres, vedações, rescisão, controle e responsabilidade dos contratados temporariamente.

§ 2º A contratação temporária deverá ser precedida de justificativa formal da necessidade, demonstração de excepcionalidade, estimativa de custo, dotação orçamentária e processo seletivo simplificado, salvo situação emergencial devidamente motivada.

§ 3º É vedada a contratação temporária para suprir necessidade permanente da Administração, substituir indevidamente concurso público ou manter pessoal em atividade continuada sem excepcionalidade.

§ 4º A prorrogação de contrato temporário somente será admitida nas hipóteses e limites previstos em lei, mediante motivação expressa.

§ 5º O órgão responsável deverá manter registro público das contratações temporárias, com indicação da função, fundamento legal, prazo, remuneração e justificativa, observada a proteção de dados pessoais.

Art. 83. O art. 76 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 76. A remuneração dos servidores públicos municipais e o subsídio dos agentes políticos somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, a Constituição, a legislação de responsabilidade fiscal e os limites orçamentários.

§ 1º A revisão geral anual da remuneração dos servidores e dos subsídios, quando concedida, observará lei específica, índice definido, mesma data, ausência de distinção arbitrária e compatibilidade com os limites fiscais e orçamentários.

§ 2º A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da Administração direta e indireta observarão o teto constitucional aplicável.

§ 3º É vedada a vinculação ou equiparação remuneratória para efeito de remuneração de pessoal do serviço público municipal, ressalvadas as hipóteses constitucionais.

§ 4º Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para concessão de acréscimos ulteriores, na forma da Constituição.

§ 5º É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo, aos proventos de aposentadoria ou às pensões, observada a Constituição Federal e a legislação previdenciária aplicável.

§ 6º Ficam preservadas as situações definitivamente constituídas e os direitos adquiridos reconhecidos na forma da Constituição e da legislação aplicável.

Art. 84. O art. 77 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 77. O regime jurídico dos servidores públicos municipais será estabelecido por lei, observados a Constituição Federal, a Constituição do Estado do Paraná, esta Lei Orgânica, as normas gerais aplicáveis, a responsabilidade fiscal e os direitos fundamentais.

§ 1º A lei disciplinará provimento, posse, exercício, estágio probatório, estabilidade, avaliação de desempenho, jornada, remuneração, vantagens, férias, licenças, afastamentos, deveres, proibições, responsabilidades, processo administrativo disciplinar e demais matérias estatutárias.

§ 2º O servidor público municipal somente perderá o cargo nas hipóteses previstas na Constituição e na legislação aplicável, assegurados contraditório, ampla defesa e decisão motivada quando depender de apuração.

§ 3º O estágio probatório e a aquisição de estabilidade serão acompanhados por avaliação especial de desempenho, realizada por comissão ou autoridade competente, com critérios objetivos e registro formal.

§ 4º A Administração Municipal poderá instituir políticas de capacitação, desenvolvimento funcional, saúde ocupacional, segurança do trabalho, prevenção de assédio, gestão de desempenho e valorização do servidor público.

§ 5º O exercício de direitos funcionais observará a legislação municipal, a compatibilidade com o serviço público, a responsabilidade fiscal e a continuidade administrativa.

Art. 85. O art. 78 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 78. É assegurado aos servidores públicos municipais o direito à livre associação sindical, à representação coletiva e à negociação administrativa, na forma da Constituição, da legislação aplicável e do regime jurídico municipal.

§ 1º O direito de greve será exercido nos termos e limites definidos pela Constituição e pela legislação aplicável, assegurada a manutenção dos serviços essenciais.

§ 2º A Administração Municipal poderá manter canais permanentes de diálogo com entidades representativas dos servidores, sem prejuízo da competência legislativa e da responsabilidade fiscal.

§ 3º A concessão de reajustes, revisões, vantagens, benefícios ou alterações de carreira dependerá de lei específica, estimativa de impacto orçamentário-financeiro, compatibilidade com PPA, LDO e LOA e observância dos limites de despesa com pessoal.

§ 4º A participação em entidade representativa não afastará o cumprimento dos deveres funcionais, ressalvadas as hipóteses de licença ou afastamento previstas em lei.

Art. 86. O art. 79 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 79. A acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas somente será admitida nas hipóteses previstas na Constituição Federal, desde que haja compatibilidade de horários e ausência de conflito de interesses.

§ 1º A Administração Municipal deverá verificar, antes da posse, contratação ou designação, a existência de acumulação, compatibilidade de horários, teto remuneratório e eventual conflito de interesses.

§ 2º A acumulação irregular será apurada mediante procedimento próprio, assegurados contraditório, ampla defesa e possibilidade de opção quando admitida em lei.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, a cargos efetivos, empregos públicos, cargos em comissão, funções de confiança, contratos temporários, aposentadorias e pensões custeadas pelo regime previdenciário aplicável.

§ 4º A Administração poderá exigir declaração periódica de não acumulação indevida, observada a proteção de dados pessoais.

Art. 87. O art. 80 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 80. Os dados funcionais, cadastrais, remuneratórios, previdenciários, disciplinares e de saúde dos servidores e agentes públicos municipais serão tratados pelos Poderes Municipais com observância da finalidade pública, necessidade, adequação, segurança, transparência, proteção de dados pessoais e sigilo legal quando cabível.

§ 1º A publicidade da remuneração, cargos, lotação, vínculos, diárias, verbas indenizatórias, gratificações e demais informações de interesse coletivo observará a legislação de transparência e acesso à informação.

§ 2º Informações protegidas por sigilo fiscal, médico, funcional, disciplinar ou por proteção de dados pessoais terão acesso restrito, assegurado o compartilhamento com órgãos de controle e fiscalização quando houver fundamento legal e finalidade pública.

§ 3º A Administração Municipal manterá registros funcionais íntegros, atualizados e rastreáveis, preferencialmente em meio eletrônico oficial.

§ 4º O tratamento de dados pessoais de servidores, agentes públicos, candidatos a concurso, contratados temporários, estagiários e terceirizados observará a legislação de proteção de dados pessoais.

§ 5º A proteção de dados pessoais não poderá ser invocada genericamente para impedir fiscalização parlamentar, controle interno, controle externo, auditoria, investigação regular ou atendimento a requisição de órgão competente, devendo ser adotadas, quando cabíveis, medidas de anonimização, tarjamento, acesso controlado ou extração parcial.

Art. 88. Fica acrescido o art. 80-A à Lei Orgânica:

Art. 80-A. Os Poderes Executivo e Legislativo deverão manter planejamento de gestão de pessoas compatível com suas atribuições institucionais, estrutura administrativa, limites fiscais, volume de trabalho, tecnologia disponível e qualidade dos serviços prestados à população.

§ 1º O planejamento de gestão de pessoas poderá envolver dimensionamento da força de trabalho, estudo de cargos, capacitação, avaliação de desempenho, saúde ocupacional, prevenção de assédio, segurança do trabalho, modernização administrativa e reorganização de processos.

§ 2º A criação de cargos, reestruturação de carreiras, realização de concurso público, contratação temporária ou ampliação de despesa com pessoal deverá ser precedida de motivação, estudo técnico e estimativa de impacto orçamentário-financeiro.

§ 3º O Município poderá instituir política permanente de capacitação dos servidores e agentes públicos, voltada à melhoria da gestão, da fiscalização, da transparência, do atendimento ao cidadão, da proteção de dados, das contratações públicas, do orçamento, do controle interno e da técnica legislativa.

Art. 89. O art. 81 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 81. A organização administrativa do Município será estruturada por lei, observadas a Constituição Federal, a Constituição do Estado do Paraná, esta Lei Orgânica, a legislação nacional aplicável, a responsabilidade fiscal e o interesse público local.

§ 1º A criação, transformação, extinção, fusão, desmembramento ou alteração de atribuições de Secretarias Municipais, órgãos, entidades, fundos, unidades administrativas ou estruturas equivalentes do Poder Executivo dependerá de lei de iniciativa privativa do Prefeito Municipal.

§ 2º A organização administrativa deverá observar clareza de competências, finalidade pública, segregação de funções, economicidade, eficiência, governança, controle interno, gestão de riscos, continuidade dos serviços públicos e vedação de sobreposição injustificada de atribuições.

§ 3º A criação ou reorganização administrativa que implique aumento de despesa deverá ser instruída com estimativa de impacto orçamentário-financeiro, demonstração de compatibilidade com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual e observância dos limites fiscais.

§ 4º A Câmara Municipal disciplinará sua organização administrativa por lei ou resolução, conforme a natureza da matéria, observadas sua autonomia institucional, os limites constitucionais, orçamentários e fiscais e o seu Regimento Interno.

Art. 90. O art. 82 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 82. Os atos administrativos municipais observarão legalidade, finalidade pública, competência, forma, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, publicidade, segurança jurídica, proteção da confiança legítima, transparência e controle.

§ 1º Serão motivados, com indicação dos fatos e fundamentos jurídicos, os atos administrativos que:

I – neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;
II – imponham deveres, encargos, sanções ou restrições;
III – decidam processos administrativos;
IV – dispensem, inexijam ou afastem procedimento competitivo;
V – autorizem despesa, contratação, pagamento, renúncia de receita, alienação, cessão ou uso de bem público;
VI – respondam a requerimentos, indicações, diligências, órgãos de controle ou pedidos de acesso à informação;

VII – adotem interpretação administrativa relevante ou alterem orientação anteriormente observada.

§ 2º A publicação dos atos administrativos ocorrerá em meio oficial, preferencialmente eletrônico, asseguradas autenticidade, integridade, acessibilidade, preservação documental e consulta pública.

§ 3º A falta de publicação não prejudicará direitos de terceiros de boa-fé, mas impedirá a produção de efeitos externos quando a publicidade for requisito de eficácia do ato.

§ 4º Os atos normativos administrativos serão redigidos com clareza, precisão, ordem lógica, fundamento de competência, indicação de vigência e compatibilidade com a legislação superior.

Art. 91. O art. 83 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 83. O processo administrativo municipal observará, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, os princípios do devido processo legal, contraditório, ampla defesa, verdade material, motivação, razoável duração, publicidade, eficiência, informalismo moderado, segurança jurídica, proteção de dados pessoais e interesse público.

§ 1º Os processos administrativos deverão ser autuados, numerados, instruídos, movimentados, decididos e arquivados por meio físico ou eletrônico oficial, com preservação de histórico, juntadas, comunicações, decisões e responsáveis pela tramitação.

§ 2º O interessado terá direito de conhecer a tramitação do processo, apresentar documentos, requerer diligências, obter decisão motivada e interpor recurso administrativo quando cabível.

§ 3º A Administração deverá decidir os processos administrativos em prazo razoável, admitida fixação de prazos específicos em lei, regulamento ou ato normativo próprio.

§ 4º O uso de meio eletrônico no processo administrativo deverá assegurar autenticidade, integridade, acessibilidade, segurança da informação, identificação dos usuários, preservação documental e proteção de dados pessoais.

§ 5º Lei ou regulamento disciplinará o processo administrativo municipal, inclusive prazos, comunicações, recursos, revisão, nulidades, saneamento, impedimentos, suspeições e tramitação eletrônica.

Art. 92. O art. 84 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 84. Os serviços públicos municipais serão prestados diretamente ou sob regime de delegação, observados adequação, regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, modicidade quando cabível, acessibilidade, cortesia, transparência, sustentabilidade e controle social.

§ 1º O usuário de serviço público municipal terá direito a atendimento adequado, informação clara, tratamento urbano, acessibilidade, proteção de seus dados pessoais, resposta às manifestações, avaliação do serviço e meios de reclamação, denúncia, solicitação, sugestão e elogio.

§ 2º O Município poderá instituir Carta de Serviços ao Usuário, com informações sobre serviços oferecidos, requisitos de acesso, etapas, prazos, canais de atendimento, formas de acompanhamento e padrões mínimos de qualidade.

§ 3º A interrupção de serviço público essencial somente será admitida nas hipóteses legais, mediante motivação, aviso quando cabível, medidas de contingência e proteção dos usuários vulneráveis.

§ 4º A prestação de serviços públicos observará, sempre que possível, indicadores de desempenho, metas de qualidade, avaliação periódica e divulgação de resultados.

Art. 93. O art. 85 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 85. A concessão, permissão, autorização, parceria público-privada, gestão associada ou outra forma de delegação de serviço público municipal dependerá de lei, licitação ou procedimento legalmente adequado quando exigido, contrato ou instrumento formal, regulação, fiscalização e controle de resultados.

§ 1º A delegação de serviço público deverá indicar objeto, prazo, obrigações, metas, direitos dos usuários, critérios de qualidade, política tarifária quando houver, mecanismos de fiscalização, hipóteses de intervenção, extinção, reversão de bens e responsabilização.

§ 2º A tarifa, preço público ou contraprestação associada à prestação de serviço público deverá observar modicidade, transparência, equilíbrio econômico-financeiro quando cabível, matriz de riscos, controle social e normas setoriais.

§ 3º O Município fiscalizará permanentemente a execução dos serviços delegados, inclusive por meio de relatórios, indicadores, vistorias, auditorias, ouvidoria, canais de reclamação e avaliação dos usuários.

§ 4º A delegação não afastará a titularidade municipal do serviço público nem o dever do Município de planejar, regular, fiscalizar e proteger os direitos dos usuários.

§ 5º As parcerias público-privadas, quando cabíveis, observarão a legislação nacional, planejamento, estudos de viabilidade, responsabilidade fiscal, transparência, matriz de riscos e controle externo.

Art. 94. O art. 86 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 86. O Município promoverá governo digital, simplificação administrativa, transformação digital, interoperabilidade de sistemas, atendimento multicanal, linguagem clara, acessibilidade digital, segurança da informação e melhoria contínua dos serviços públicos.

§ 1º Os serviços públicos municipais deverão, sempre que possível, ser oferecidos também por meio digital, sem excluir atendimento presencial às pessoas sem acesso adequado à tecnologia, com deficiência, idosas ou em situação de vulnerabilidade.

§ 2º O uso de plataformas digitais deverá assegurar identificação segura do usuário, proteção de dados pessoais, rastreabilidade, transparência, integridade das informações e preservação documental.

§ 3º O Município poderá integrar-se a redes, plataformas e sistemas estaduais, federais, intermunicipais ou consorciados, quando houver interesse público, segurança jurídica e compatibilidade técnica.

§ 4º A digitalização de processos e serviços deverá buscar redução de custos, simplificação de exigências, eliminação de duplicidade documental, aumento de eficiência e melhoria da experiência do cidadão.

O Município de Ibema/PR dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.pibema.pr.gov.br - Certificado ICP - BRASIL

Art. 95. O art. 87 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 87. Os Poderes Executivo e Legislativo assegurarão transparência ativa e passiva, acesso à informação, dados abertos, publicidade dos atos administrativos e legislativos, linguagem clara, acessibilidade e controle social.

§ 1º A transparência ativa compreenderá, no mínimo, informações sobre estrutura administrativa, competências, agentes públicos, receitas, despesas, licitações, contratos, convênios, parcerias, obras, pessoal, diárias, emendas parlamentares, relatórios fiscais, legislação, pautas, atas, votações e respostas a instrumentos de fiscalização.

§ 2º Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso à informação aos órgãos e entidades municipais, independentemente de justificativa, observadas as hipóteses legais de sigilo e proteção de dados pessoais.

§ 3º A negativa de acesso à informação deverá ser motivada, indicar a base legal, informar a possibilidade de recurso e, sempre que possível, franquear acesso parcial, tarjamento, anonimização ou extração de dados não sigilosos.

§ 4º Os Poderes Municipais manterão Serviço de Informação ao Cidadão ou canal equivalente, físico ou eletrônico, com registro, acompanhamento, resposta e controle de prazos.

§ 5º A transparência não poderá ser utilizada para promoção pessoal, partidária ou eleitoral.

Art. 96. O art. 88 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 88. Os Poderes Executivo e Legislativo manterão ouvidoria, canal de atendimento ao cidadão ou estrutura equivalente para receber, registrar, encaminhar e responder manifestações dos usuários de serviços públicos e da população.

§ 1º As manifestações poderão consistir em reclamações, denúncias, solicitações, sugestões, elogios, pedidos de providência e comunicações de irregularidade.

§ 2º A resposta ao cidadão deverá ser clara, objetiva, fundamentada e compatível com a natureza da manifestação, observado o prazo previsto em lei ou regulamento.

§ 3º A ouvidoria deverá encaminhar as manifestações aos órgãos competentes, acompanhar providências, preservar a identidade do manifestante quando cabível, produzir relatórios periódicos e sugerir melhorias nos serviços públicos.

§ 4º O canal de ouvidoria não substitui os instrumentos de fiscalização parlamentar, o Serviço de Informação ao Cidadão, os recursos administrativos, os processos disciplinares ou a atuação dos órgãos de controle.

§ 5º Lei ou regulamento disciplinará organização, prazos, relatórios, classificação das manifestações, proteção ao usuário, tratamento de denúncias e integração com os demais sistemas de controle.

Art. 97. O art. 89 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 89. O tratamento de dados pessoais pelos Poderes Executivo e Legislativo observará finalidade pública, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

§ 1º Os Poderes Municipais poderão instituir política de proteção de dados pessoais e segurança da informação, com definição de responsabilidades, inventário de dados, hipóteses de tratamento, controles de acesso, gestão de riscos, resposta a incidentes e atendimento aos titulares.

§ 2º Informações protegidas por sigilo legal ou dados pessoais sensíveis terão tratamento restrito, sem prejuízo do acesso por órgãos de controle, fiscalização parlamentar, auditoria ou autoridade competente, quando houver fundamento legal e finalidade pública.

§ 3º A proteção de dados pessoais não poderá ser invocada genericamente para impedir transparência pública, acesso parlamentar a documentos necessários à fiscalização ou apuração regular de fatos de interesse público.

§ 4º Quando cabível, o acesso a documentos ou dados poderá ocorrer com anonimização, tarjamento, extração parcial, termo de responsabilidade, ambiente controlado ou outra medida de segurança proporcional.

§ 5º Os agentes públicos que tratarem dados pessoais deverão observar sigilo funcional, finalidade pública, segurança da informação e responsabilidade pelo uso indevido.

Art. 98. O art. 90 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 90. O Município instituirá práticas de integridade pública, gestão de riscos, prevenção de conflito de interesses, controles internos proporcionais, avaliação de políticas públicas e melhoria contínua da Administração.

§ 1º As práticas de integridade poderão compreender código de conduta, canal de denúncias, capacitação, mapeamento de riscos, prevenção de fraudes, transparência, correição, responsabilização administrativa e proteção contra retaliação ao denunciante de boa-fé.

§ 2º A avaliação de políticas públicas observará objetivos, metas, indicadores, custos, resultados, participação social, transparência, impacto orçamentário e aderência ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual.

§ 3º Os órgãos municipais deverão manter registros, relatórios, processos administrativos, contratos, informações orçamentárias, dados de execução e documentos de gestão em condições de acesso, controle, fiscalização e preservação.

§ 4º O Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, quando solicitado, informações sobre programas, metas, indicadores, execução orçamentária, resultados e providências corretivas adotadas.

§ 5º Lei ou regulamento disciplinará programa municipal de integridade, gestão de riscos, avaliação de políticas públicas, canais de denúncia e mecanismos de monitoramento.

Art. 99. Fica acrescido o art. 90-A à Lei Orgânica:

Art. 90-A. O Prefeito em final de mandato assegurará transição administrativa republicana, impessoal, documentada e cooperativa, destinada à continuidade dos serviços públicos e à preservação do interesse público.

§ 1º A transição administrativa compreenderá, no mínimo, informações sobre orçamento, finanças, contratos, convênios, parcerias, obras, frota, bens, almoxarifado, folha de pagamento, cargos, dívidas, restos a pagar, programas em execução, processos judiciais, dados previdenciários, sistemas, senhas institucionais, certidões, prazos críticos e obrigações pendentes.

§ 1º O IPTU poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel, da localização, do uso, da função social da propriedade e das hipóteses constitucionais e legais aplicáveis.

§ 2º A progressividade no tempo, como instrumento de política urbana, dependerá de previsão no Plano Diretor e observará o procedimento constitucional e legal aplicável ao adequado aproveitamento do solo urbano.

§ 3º A base cadastral e a planta genérica de valores deverão ser periodicamente avaliadas, revisadas e atualizadas, mediante critérios técnicos, transparência, publicidade, motivação e observância da legislação tributária.

§ 4º A lei poderá prever isenções, reduções, remissões ou benefícios fiscais de IPTU, desde que fundamentados em interesse público, capacidade contributiva, política urbana, proteção social, preservação ambiental, patrimônio histórico ou outra finalidade constitucionalmente legítima, observada a responsabilidade fiscal.

§ 5º A cobrança do IPTU deverá observar devido processo administrativo, notificação regular, possibilidade de impugnação, transparência dos critérios de cálculo e meios acessíveis de atendimento ao contribuinte.

Art. 103. O art. 94 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 94. O Município poderá celebrar convênios, acordos de cooperação, termos de colaboração fiscal, instrumentos de compartilhamento de dados, integração cadastral e delegação de atribuições com a União, o Estado, outros Municípios, consórcios públicos, Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços e demais órgãos competentes, para fins de administração, arrecadação, fiscalização, cobrança, planejamento e repartição de receitas tributárias.

§ 1º Os instrumentos de cooperação tributária observarão a Constituição, a legislação complementar nacional, a proteção de dados pessoais e fiscais, o sigilo legal, a segurança da informação, a finalidade pública e a reciprocidade quando cabível.

§ 2º O Município poderá exercer, mediante convênio ou instrumento próprio, atribuições de fiscalização, lançamento e cobrança do Imposto sobre a

Propriedade Territorial Rural ou de outros tributos, receitas ou competências delegáveis, nos limites constitucionais e legais.

§ 3º A cooperação fiscal poderá envolver integração de cadastros imobiliários, rurais, ambientais, econômicos, empresariais, fiscais, territoriais e urbanísticos, com finalidade pública e controle de acesso.

§ 4º Os convênios e instrumentos de cooperação tributária deverão ser publicados em meio oficial, ressalvadas informações protegidas por sigilo fiscal, dados pessoais ou segurança institucional.

Art. 104. O art. 95 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 95. A contribuição de melhoria poderá ser instituída e cobrada dos proprietários de imóveis beneficiados por obra pública municipal da qual decorra valorização imobiliária, na forma da Constituição, da legislação nacional e da lei municipal.

§ 1º A instituição da contribuição de melhoria dependerá de lei ou ato normativo legalmente adequado, publicação prévia dos elementos técnicos da obra, delimitação da área beneficiada, orçamento do custo, critérios de rateio, estimativa de valorização e identificação dos imóveis alcançados.

§ 2º A cobrança observará o limite total da despesa realizada e o limite individual da valorização imobiliária acrescida a cada imóvel.

§ 3º O contribuinte terá direito à informação, impugnação administrativa, contraditório, ampla defesa e revisão dos elementos de cálculo, na forma da lei.

§ 4º Não será admitida cobrança de contribuição de melhoria sem demonstração técnica da valorização imobiliária decorrente da obra pública.

§ 5º Obras de mera conservação, manutenção ordinária ou recomposição de pavimento anteriormente existente não autorizarão, por si sós, a cobrança de contribuição de melhoria, salvo quando houver melhoramento novo, ampliação objetiva da infraestrutura ou valorização imobiliária tecnicamente demonstrada.

Art. 105. O art. 96 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 96. Sem prejuízo de outras limitações previstas na Constituição e na legislação aplicável, é vedado ao Município:

I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida distinção arbitrária em razão de ocupação profissional, função, denominação de rendimentos, títulos, direitos ou qualquer outro critério incompatível com a isonomia tributária;

III – cobrar tributo em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que o houver instituído ou aumentado;

IV – cobrar tributo no mesmo exercício financeiro em que publicada a lei que o instituiu ou aumentou, ressalvadas as hipóteses constitucionais;

V – cobrar tributo antes de decorridos 90 (noventa) dias da data de publicação da lei que o instituiu ou aumentou, ressalvadas as hipóteses constitucionais;

VI – utilizar tributo com efeito de confisco;

VII – estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens por meio de tributos, ressalvada cobrança constitucional ou legalmente admitida pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

VIII – instituir imposto em hipóteses alcançadas por imunidade constitucional;

IX – conceder isenção, anistia, remissão, benefício ou incentivo fiscal sem lei específica, interesse público demonstrado e observância da legislação de responsabilidade fiscal.

Art. 106. O art. 97 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 97. A concessão, ampliação, prorrogação ou renovação de isenção, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, benefício de natureza tributária ou financeira e qualquer forma de renúncia de receita dependerá de lei específica, estimativa de impacto orçamentário-financeiro, demonstração de interesse público, compatibilidade com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, e observância da legislação de responsabilidade fiscal.

§ 1º A lei que conceder benefício fiscal indicará sua finalidade, prazo de vigência, condições, beneficiários ou critérios objetivos de enquadramento, órgão responsável pelo controle e estimativa de renúncia.

§ 2º O Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal informações necessárias à avaliação dos benefícios fiscais vigentes, inclusive impacto estimado, resultados, beneficiários quando publicáveis, critérios de controle e recomendação de manutenção, revisão ou extinção.

§ 3º Benefícios fiscais deverão ser periodicamente avaliados quanto à efetividade, economicidade, justiça fiscal, impacto social, desenvolvimento econômico e conformidade com a responsabilidade fiscal.

§ 4º É vedada a concessão de benefício fiscal personalíssimo, sem critério objetivo, com finalidade eleitoral, promocional ou incompatível com o interesse público.

Art. 107. O art. 98 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 98. O Município promoverá justiça fiscal, conformidade tributária, educação fiscal, atendimento qualificado ao contribuinte e cobrança responsável dos créditos públicos.

§ 1º A cobrança administrativa ou judicial dos créditos municipais observará legalidade, eficiência, economicidade, proporcionalidade, transparência, prescrição, prioridade de cobrança, possibilidade de composição e tratamento isonômico dos contribuintes.

§ 2º Lei municipal poderá disciplinar parcelamento, transação, protesto, conciliação, mediação, cobrança administrativa, cobrança extrajudicial, critérios de ajuizamento, não ajuizamento ou desistência de execuções fiscais de baixo valor ou baixa recuperabilidade, observada a legislação nacional aplicável.

§ 3º A inscrição em dívida ativa dependerá de controle de legalidade, identificação do devedor, origem, natureza, valor atualizado, fundamento legal, exercícios correspondentes e demais requisitos previstos em lei.

§ 4º A Administração Tributária deverá manter mecanismos de orientação, autorregularização, atendimento presencial e digital, sem prejuízo da fiscalização e da cobrança dos créditos devidos.

§ 5º A cobrança de créditos públicos não poderá ser utilizada com finalidade persecutória, discriminatória, eleitoral ou estranha ao interesse público.

Art. 108. O art. 99 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 99. O Município não instituirá impostos sobre patrimônio, renda ou serviços alcançados por imunidade constitucional, observadas as condições, limites e requisitos previstos na Constituição Federal e na legislação complementar nacional.

§ 1º A imunidade recíproca alcançará patrimônio, renda e serviços dos entes federativos, autarquias e fundações públicas, nos termos da Constituição.

§ 2º A imunidade dos templos de qualquer culto observará a Constituição Federal, inclusive quanto ao patrimônio, renda e serviços relacionados às suas finalidades essenciais ou às entidades religiosas, conforme o regime constitucional aplicável.

§ 3º A imunidade de partidos políticos, entidades sindicais de trabalhadores, instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos observará os requisitos constitucionais e legais.

§ 4º A imunidade de livros, jornais, periódicos e papel destinado à sua impressão observará a Constituição e a legislação aplicável, inclusive quanto a suportes e meios reconhecidos pela ordem jurídica.

§ 5º O reconhecimento administrativo de imunidade, isenção ou não incidência poderá depender de requerimento, documentação, comprovação dos requisitos legais e revisão periódica, vedada exigência que inviabilize direito constitucionalmente assegurado.

Art. 109. O art. 100 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 100. Pertencem ao Município as receitas tributárias próprias, as receitas patrimoniais, de serviços, contribuições, multas, juros, dívida ativa, transferências constitucionais, transferências legais, transferências voluntárias e demais ingressos previstos na Constituição, na legislação nacional, na legislação estadual e na legislação municipal.

§ 1º Pertencem ao Município, nos termos da Constituição Federal, entre outras receitas:

I – o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo Município, suas autarquias e fundações;

II – a parcela constitucional do imposto da União sobre a propriedade territorial rural relativa aos imóveis situados no Município, inclusive a totalidade quando houver opção constitucionalmente admitida pela fiscalização e cobrança municipal;

III – a parcela constitucional do imposto estadual sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território municipal;

IV – a parcela constitucional da arrecadação estadual relativa à circulação de mercadorias, prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e comunicação, enquanto vigente o regime constitucional correspondente;

V – as parcelas que lhe couberem em fundos de participação, compensações, repartições, transferências e regimes de transição tributária previstos na Constituição e na legislação complementar nacional;

VI – as receitas que lhe couberem em razão do Imposto sobre Bens e Serviços ou de outros tributos compartilhados, na forma da Constituição e da legislação complementar nacional.

§ 2º O Poder Executivo acompanhará, controlará e divulgará periodicamente a arrecadação das receitas próprias, transferidas e compartilhadas, inclusive as decorrentes da Reforma Tributária do Consumo.

§ 3º A Câmara Municipal poderá solicitar informações, documentos, demonstrativos, projeções e relatórios sobre arrecadação, repartição de receitas, perdas, compensações, transição tributária, dívida ativa e renúncias fiscais.

§ 4º A legislação orçamentária deverá refletir, com transparência e prudência, as projeções de receitas próprias, transferidas e compartilhadas, inclusive impactos decorrentes de alterações constitucionais, legais ou econômicas.

Art. 110. Fica acrescido o art. 100-A à Lei Orgânica:

Art. 100-A. O Município adotará política permanente de fortalecimento da receita própria, sem aumento arbitrário da carga tributária, orientada por cadastro atualizado, justiça fiscal, combate à evasão, simplificação de obrigações, educação fiscal, modernização tecnológica, cobrança eficiente e respeito aos direitos do contribuinte.

§ 1º A política de fortalecimento da receita própria deverá priorizar atualização cadastral, integração de dados, fiscalização orientadora, recuperação de créditos, revisão de benefícios fiscais, melhoria de atendimento e redução da inadimplência.

§ 2º A Administração Tributária poderá adotar programas de conformidade cooperativa, autorregularização, parcelamento, transação tributária e cobrança administrativa racional, na forma da lei.

§ 3º A Câmara Municipal poderá acompanhar a política de receita própria por meio de audiências públicas, relatórios fiscais, requerimentos de informações e análise das leis orçamentárias.

Art. 111. Fica acrescido o art. 100-B à Lei Orgânica:

Art. 100-B. Os direitos do contribuinte municipal serão observados em todos os procedimentos de lançamento, fiscalização, cobrança, inscrição em dívida ativa, parcelamento, compensação, restituição e julgamento administrativo.

§ 1º São assegurados ao contribuinte, na forma da lei:

I – atendimento adequado, urbano e acessível;
II – informação clara sobre tributos, prazos, obrigações, débitos, benefícios, impugnações e recursos;
III – acesso aos processos administrativos tributários de seu interesse;
IV – contraditório, ampla defesa e decisão motivada;
V – revisão de erro material ou lançamento indevido;
VI – proteção de dados fiscais e sigilo legal;
VII – meios presenciais e digitais de atendimento;
VIII – certidão, regularidade fiscal e parcelamento, quando preenchidos os requisitos legais.

§ 2º O exercício dos direitos do contribuinte não afasta o dever de pagar tributos, cumprir obrigações acessórias, prestar informações verdadeiras e colaborar com a fiscalização, na forma da lei.

Art. 112. O art. 101 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 101. O Município acompanhará, controlará, registrará e divulgará as transferências constitucionais, legais, voluntárias, compensatórias e compartilhadas que lhe couberem da União, do Estado, de fundos públicos, de regimes de repartição de receitas e de instrumentos de cooperação federativa.

§ 1º O Poder Executivo manterá demonstrativos atualizados das receitas recebidas, a receber, estimadas, retidas, compensadas ou controvertidas, com indicação da origem, base legal, periodicidade, finalidade, vinculação e impacto orçamentário.

§ 2º A Câmara Municipal poderá solicitar informações, projeções, demonstrativos, memórias de cálculo, extratos e justificativas sobre transferências, retenções, compensações, perdas de arrecadação, dívidas, convênios, fundos e receitas compartilhadas.

§ 3º As receitas vinculadas serão aplicadas nas finalidades legalmente previstas, vedada sua utilização em desacordo com a Constituição, a legislação nacional, a legislação estadual ou o instrumento jurídico que instituiu a vinculação.

§ 4º O acompanhamento das transferências deverá subsidiar o planejamento orçamentário, a avaliação de riscos fiscais, a programação financeira e a execução das políticas públicas municipais.

Art. 113. O art. 102 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 102. O Município observará, em matéria de receitas compartilhadas, transferências e repartição de arrecadação, o regime previsto na Constituição Federal, na Constituição do Estado do Paraná, na legislação complementar nacional, na legislação estadual e nos atos dos órgãos competentes.

§ 1º O Poder Executivo acompanhará os efeitos financeiros decorrentes de reformas constitucionais, alterações tributárias, criação ou extinção de tributos, regimes de transição, compensações, fundos, repartições, coeficientes e critérios de distribuição.

§ 2º Durante períodos de transição tributária, o Município adotará providências cadastrais, tecnológicas, contábeis, fiscais, normativas e administrativas necessárias à preservação da arrecadação, à adequação dos sistemas e à continuidade da execução orçamentária.

§ 3º O Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, quando solicitado ou quando houver impacto relevante, relatório sobre alterações nas receitas compartilhadas e seus efeitos sobre programas, metas fiscais, investimentos, despesas obrigatórias e equilíbrio orçamentário.

§ 4º A legislação orçamentária deverá refletir, com prudência, transparência e memória de cálculo, os impactos estimados de mudanças na repartição de receitas.

Art. 114. O art. 103 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 103. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o Plano Plurianual;
II – a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
III – a Lei Orçamentária Anual.

§ 1º O Plano Plurianual estabelecerá, de forma regionalizada quando cabível, diretrizes, objetivos, programas, metas, indicadores, prioridades, estimativas de custos e resultados esperados da Administração Pública municipal.

§ 2º A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da Administração, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre alterações na legislação tributária, equilíbrio fiscal, riscos fiscais, execução orçamentária, emendas parlamentares e demais matérias exigidas pela legislação aplicável.

§ 3º A Lei Orçamentária Anual estimará a receita e fixará a despesa do Município, compreendendo o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e os demais demonstrativos exigidos pela legislação.

§ 4º O planejamento orçamentário observará responsabilidade fiscal, transparência, participação social, compatibilidade entre receitas e despesas, avaliação de resultados, sustentabilidade da dívida, riscos fiscais e continuidade dos serviços públicos.

§ 5º O processo de elaboração, discussão e execução do PPA, da LDO e da LOA assegurará publicidade, acesso aos documentos, linguagem clara, audiência pública quando cabível e disponibilização em meio eletrônico oficial.

Art. 115. O art. 104 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 104. A receita orçamentária municipal será constituída pelas receitas tributárias, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, contribuições, transferências correntes e de capital, operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, multas, juros, dívida ativa e demais ingressos previstos em lei.

§ 1º A estimativa da receita observará critérios técnicos, memória de cálculo, série histórica, alterações legislativas, conjuntura econômica, transferências constitucionais, receitas vinculadas, renúncias fiscais, inadimplência, dívida ativa e riscos fiscais.

§ 2º A receita vinculada será identificada por fonte ou destinação de recursos, com controle contábil, orçamentário e financeiro próprio.

§ 3º A frustração de receita, a insuficiência financeira, a alteração relevante de arrecadação ou a ocorrência de risco fiscal relevante deverá ensejar avaliação de medidas de limitação de empenho, reprogramação financeira ou correção de desvios, na forma da legislação fiscal.

§ 4º A realização de operações de crédito dependerá de autorização legislativa quando exigida, observância dos limites legais, capacidade de pagamento, finalidade pública, transparência e compatibilidade com o planejamento orçamentário.

Art. 116. O art. 105 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 105. A despesa pública municipal será realizada para atendimento das necessidades administrativas, prestação de serviços públicos, execução de políticas públicas, investimentos, manutenção da Administração, cumprimento de obrigações legais e realização do interesse público.

§ 1º Nenhuma despesa será ordenada, empenhada, liquidada ou paga sem autorização orçamentária, disponibilidade de dotação, regularidade do processo,

fundamento legal, finalidade pública e observância da legislação fiscal, contábil, orçamentária e de contratações públicas.

§ 2º A execução da despesa observará empenho prévio, liquidação regular, comprovação da entrega do bem, execução do serviço ou cumprimento da obrigação, ordem cronológica de pagamentos quando aplicável, transparência e controle interno.

§ 3º As despesas obrigatórias de caráter continuado, despesas com pessoal, renúncias de receita, contratos plurianuais, convênios, parcerias, obras e programas permanentes deverão ser compatíveis com o PPA, a LDO, a LOA e a legislação de responsabilidade fiscal.

§ 4º A Administração manterá registros eletrônicos ou formais que permitam rastrear a despesa desde o planejamento até o pagamento, incluindo solicitação, autorização, contratação, empenho, liquidação, pagamento e fiscalização.

Art. 117. O art. 106 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 106. Os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias, à Lei Orçamentária Anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma desta Lei Orgânica e do Regimento Interno.

§ 1º Caberá à Comissão competente examinar e emitir parecer sobre os projetos orçamentários, emendas, créditos adicionais, contas anuais, planos, programas e demais matérias de natureza orçamentária, financeira ou fiscal.

§ 2º A Câmara Municipal exercerá acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária, podendo solicitar informações, relatórios, demonstrativos, audiências públicas, diligências e documentos ao Poder Executivo.

§ 3º As emendas aos projetos orçamentários serão apresentadas na forma do Regimento Interno e somente poderão ser aprovadas se:

I – forem compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
II – indicarem os recursos necessários, admitidos os provenientes de anulação de despesa, ressalvadas as vedações constitucionais e legais;
III – preservarem dotações indispensáveis a pessoal, encargos sociais, serviço da

dívida, obrigações constitucionais, despesas obrigatórias e vinculações legais;
IV – forem relacionadas com correção de erro ou omissão, ajuste de programação, aperfeiçoamento de ação governamental ou dispositivo do texto do projeto;
V – observarem responsabilidade fiscal, técnica legislativa, pertinência temática, transparência e finalidade pública.

§ 4º O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara para propor modificações nos projetos orçamentários enquanto não iniciada a votação da parte cuja alteração se pretenda.

§ 5º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

§ 6º Aplicam-se aos projetos orçamentários, no que não contrariar esta seção, as demais normas do processo legislativo.

Art. 118. Fica acrescido o art. 106-A à Lei Orgânica:

Art. 106-A. As emendas individuais dos Vereadores ao projeto de lei orçamentária anual serão aprovadas no limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

§ 1º O limite de que trata o caput será distribuído de forma igualitária entre os Vereadores em exercício, salvo regra mais específica estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, respeitada a isonomia parlamentar.

§ 2º A execução orçamentária e financeira das programações decorrentes das emendas individuais será obrigatória, salvo impedimento de ordem técnica, insuficiência de arrecadação, incompatibilidade com a legislação fiscal, eleitoral ou orçamentária, ou desconformidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 3º As emendas individuais deverão indicar objeto, valor, finalidade pública, unidade orçamentária, programa ou ação compatível, localidade ou público

beneficiado quando cabível, e demais elementos exigidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 4º As emendas individuais destinadas à saúde observarão a legislação do Sistema Único de Saúde, o plano municipal de saúde, a programação anual de saúde, as normas de financiamento, a vedação de despesas incompatíveis e os critérios técnicos do setor.

§ 5º É vedada a execução de emenda parlamentar com finalidade de promoção pessoal, partidária, eleitoral, favorecimento privado indevido, fragmentação artificial de despesa ou objeto incompatível com o interesse público.

Art. 119. Fica acrescido o art. 106-B à Lei Orgânica:

Art. 106-B. No primeiro ano de mandato, os Vereadores que não foram eleitos no pleito anterior e que, por conseguinte, não participaram da elaboração e aprovação da Lei Orçamentária Anual em vigor, herdarão a execução das programações orçamentárias vigentes.

§ 1º Constatado qualquer tipo de impedimento técnico ou legal para a execução das emendas de que trata o caput, caberá exclusivamente à Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal promover a readequação e o remanejamento das dotações necessárias.

§ 2º A readequação promovida pela Comissão de Finanças e Orçamento observará os critérios de isonomia parlamentar, equidade e as destinações setoriais obrigatórias, visando garantir a efetiva aplicação dos recursos públicos.

Art. 120. Fica acrescido o art. 106-C à Lei Orgânica:

Art. 106-C. A execução das emendas parlamentares observará critérios de equidade, impessoalidade, transparência, rastreabilidade, eficiência, responsabilidade fiscal e compatibilidade com o planejamento municipal.

§ 1º Considera-se execução equitativa a execução das programações de forma impessoal e igualitária, sem discriminação por autoria, partido, bloco, posição política, relação com o governo ou apoio parlamentar.

§ 2º O Poder Executivo publicará, em meio eletrônico oficial, relatório periódico de execução das emendas parlamentares, contendo, no mínimo:

I – autoria;
II – objeto;
III – valor aprovado;
IV – unidade orçamentária;
V – função, subfunção, programa e ação;
VI – beneficiário ou localidade, quando houver;
VII – estágio de execução;
VIII – empenhos, liquidações e pagamentos;
IX – impedimentos técnicos apontados;
X – providências de saneamento;
XI – justificativa de eventual inexecução.

§ 3º A Câmara Municipal poderá acompanhar a execução das emendas por meio de requerimentos, relatórios, audiência pública, sistema eletrônico, Comissão competente e demais instrumentos de fiscalização.

Art. 121. Fica acrescido o art. 106-D à Lei Orgânica:

Art. 106-D. O impedimento técnico à execução de emenda parlamentar deverá ser formal, específico, motivado e comunicado à Câmara Municipal, com indicação objetiva da causa impeditiva e das providências necessárias ao saneamento, substituição, remanejamento ou adequação da programação.

§ 1º Constituem impedimentos técnicos, entre outros:

I – incompatibilidade do objeto com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual ou plano setorial obrigatório;
II – ausência de competência municipal para execução do objeto;
III – insuficiência de valor para execução mínima útil;
IV – impossibilidade técnica, jurídica, ambiental, sanitária, urbanística ou operacional;
V – ausência de documentação, licença, projeto, plano de trabalho ou requisito legal indispensável;
VI – vedação eleitoral, fiscal, orçamentária, contratual ou de transferência de recursos;
VII – duplicidade de objeto, sobreposição de programação ou incompatibilidade com política pública em execução;
VIII – risco de promoção pessoal, favorecimento indevido ou desvio de finalidade.

§ 2º A Lei de Diretrizes Orçamentárias disciplinará prazos e procedimento para comunicação do impedimento, saneamento, substituição, remanejamento e deliberação pela Câmara Municipal.

§ 3º A alegação genérica de conveniência administrativa não constitui, por si só, impedimento técnico.

§ 4º Superado o impedimento, a execução da programação retomará seu caráter obrigatório, observadas as disponibilidades financeiras e legais.

Art. 122. Fica acrescido o art. 106-E à Lei Orgânica:

Art. 106-E. A obrigatoriedade de execução das emendas parlamentares não afasta o cumprimento da Constituição, da legislação eleitoral, da Lei de Responsabilidade Fiscal, das normas de direito financeiro, das regras de licitações, contratos, convênios, parcerias, transferências, saúde, educação, assistência social, meio ambiente, urbanismo e demais normas setoriais aplicáveis.

Parágrafo único. É vedada a execução de emenda que, embora formalmente aprovada, viole norma constitucional, legal, fiscal, orçamentária, eleitoral, técnica ou setorial.

Art. 123. O art. 107 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 107. São vedados:

I – o início de programas, projetos ou atividades não incluídos na Lei Orçamentária Anual;

II – a realização de despesa ou a assunção de obrigação direta que exceda os créditos orçamentários ou adicionais;

III – a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as hipóteses constitucionais e legais;

IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas as hipóteses previstas na Constituição;

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI – a transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro sem autorização legislativa, ressalvadas as hipóteses admitidas pela Constituição ou por lei;

VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII – a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos do orçamento fiscal ou da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações, fundos ou entidades;

IX – a instituição de fundos de qualquer natureza sem autorização legislativa;

X – o início de investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro sem prévia inclusão no Plano Plurianual ou sem lei que autorize sua inclusão;

XI – a realização de despesa sem estimativa de impacto, sem adequação orçamentária ou sem compatibilidade fiscal quando exigidas pela legislação;

XII – a execução de despesa com finalidade diversa da autorizada no orçamento, no crédito adicional, no convênio, na parceria, no contrato ou no instrumento legal correspondente.

§ 1º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo quando o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses do exercício, hipótese em que poderão ser reabertos nos limites de seus saldos, na forma da legislação aplicável.

§ 2º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de calamidade pública, emergência ou situação equivalente prevista em lei.

§ 3º A inobservância das vedações orçamentárias poderá ensejar apuração de responsabilidade, quando configurada hipótese prevista em lei.

Art. 124. O art. 108 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 108. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, compreendidos os créditos adicionais regularmente autorizados, serão entregues pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da Constituição, da legislação aplicável e da Lei Orçamentária Anual.

§ 1º É vedado ao Poder Executivo reter, reduzir, atrasar, condicionar ou fracionar indevidamente o repasse dos duodécimos devidos à Câmara Municipal.

§ 2º O repasse observará os limites constitucionais de despesa do Poder Legislativo Municipal, a receita efetivamente considerada para cálculo, as dotações aprovadas e as normas de responsabilidade fiscal.

§ 3º Eventual ajuste decorrente de erro material, excesso de repasse, insuficiência de base de cálculo, alteração orçamentária ou determinação legal deverá ser motivado, formalizado e comunicado à Mesa Executiva da Câmara Municipal.

§ 4º A Câmara Municipal devolverá ao Tesouro Municipal, ao final do exercício, o saldo financeiro não comprometido, ressalvadas as obrigações assumidas, restos a pagar, vinculações legais e hipóteses admitidas pela legislação.

§ 5º A execução orçamentária e financeira da Câmara observará autonomia administrativa, responsabilidade fiscal, transparência, controle interno e prestação de contas.

Art. 125. O art. 109 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 109. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observará os limites, critérios de apuração, alertas, vedações, medidas corretivas e prazos previstos na legislação complementar nacional de responsabilidade fiscal.

§ 1º A concessão de vantagem, aumento de remuneração, revisão geral, criação de cargo, emprego ou função, alteração de estrutura de carreira, contratação de pessoal, admissão temporária ou qualquer ato que implique aumento de despesa com pessoal dependerá de:

I – estimativa de impacto orçamentário-financeiro;
II – demonstração de adequação à Lei Orçamentária Anual;
III – compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV – prévia dotação orçamentária suficiente;
V – autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, quando exigida;
VI – observância dos limites de despesa com pessoal e das vedações de final de mandato;
VII – motivação do interesse público.

§ 2º Os atos de pessoal deverão ser planejados, instruídos, publicados e submetidos ao controle interno, sem prejuízo da fiscalização pela Câmara Municipal, pelo Tribunal de Contas e pelos demais órgãos competentes.

§ 3º A ultrapassagem de limites, a aproximação de limites prudenciais ou a ocorrência de risco fiscal relevante deverá ensejar adoção de medidas corretivas na forma da legislação de responsabilidade fiscal.

§ 4º A criação ou ampliação de despesa de pessoal sem observância dos requisitos deste artigo poderá ensejar nulidade do ato e apuração de responsabilidade, quando configurada hipótese prevista em lei.

Art. 126. O art. 110 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 110. A Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária, observados os limites constitucionais, a legislação de responsabilidade fiscal, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a estimativa da receita municipal e suas necessidades institucionais.

§ 1º A proposta orçamentária do Poder Legislativo será elaborada pela Mesa Executiva, com apoio dos setores técnicos competentes, e encaminhada ao Poder Executivo para consolidação no projeto de Lei Orçamentária Anual, no prazo definido na legislação aplicável.

§ 2º A proposta deverá conter estimativa das despesas com pessoal, encargos, custeio, tecnologia, capacitação, transparência, controle interno, comunicação institucional, manutenção, investimentos, modernização legislativa e demais necessidades do Poder Legislativo.

§ 3º O Poder Executivo não poderá reduzir unilateralmente a proposta orçamentária da Câmara Municipal quando apresentada dentro dos limites constitucionais e legais, ressalvada a necessidade de adequação técnica, fiscal ou orçamentária devidamente motivada e comunicada à Mesa Executiva.

O Município de Ibema/PR dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.pibema.pr.gov.br - Certificado ICP - BRASIL

§ 4º Eventual divergência entre os Poderes sobre a proposta orçamentária da Câmara deverá ser tratada por meio de diálogo institucional, preservados a autonomia do Legislativo, o equilíbrio fiscal, os limites constitucionais e a competência deliberativa da Câmara Municipal sobre a Lei Orçamentária.

§ 5º A execução do orçamento da Câmara Municipal observará transparência ativa, controle interno, gestão de riscos, planejamento de contratações, prestação de contas e publicação em meio eletrônico oficial.

Art. 127. Fica acrescido o art. 110-A à Lei Orgânica:

Art. 110-A. A execução orçamentária e financeira do Município será acompanhada por instrumentos de transparência, controle interno, controle externo, participação social e avaliação de resultados.

§ 1º O Poder Executivo publicará, em meio eletrônico oficial, informações atualizadas sobre receitas, despesas, empenhos, liquidações, pagamentos, restos a pagar, dívida, contratos, convênios, obras, emendas parlamentares, renúncias fiscais e metas fiscais.

§ 2º A Câmara Municipal poderá convocar audiências públicas, solicitar relatórios, promover diligências, requisitar documentos e acompanhar a execução das leis orçamentárias.

§ 3º A execução orçamentária deverá observar metas fiscais, cronograma de desembolso, programação financeira, vinculações legais, prioridades da LDO, compatibilidade com o PPA e equilíbrio das contas públicas.

§ 4º A avaliação de resultados deverá considerar eficiência, economicidade, efetividade, qualidade dos serviços, atendimento à população, execução das metas e impacto das políticas públicas.

Art. 128. O art. 111 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 111. O Município observará, em matéria de finanças públicas, orçamento, contabilidade, dívida pública, operações de crédito, concessão de garantias, restos a pagar, riscos fiscais, transparência e responsabilidade na gestão fiscal, a Constituição Federal, a legislação complementar nacional, as normas gerais de direito financeiro e esta Lei Orgânica.

§ 1º A contratação de operação de crédito, concessão de garantia, assunção de obrigação financeira, emissão ou resgate de títulos, quando admitidos, dependerá de autorização legislativa quando exigida, finalidade pública, demonstração de capacidade de pagamento, compatibilidade orçamentária, observância dos limites legais e manifestação técnica.

§ 2º O Município manterá controle da dívida consolidada, dívida mobiliária quando existente, garantias concedidas, contragarantias, obrigações de longo prazo, precatórios, restos a pagar, passivos contingentes e riscos fiscais.

§ 3º A gestão financeira observará planejamento, equilíbrio fiscal, prudência, transparência, controle interno, controle externo, segregação de funções, rastreabilidade das operações e prevenção de endividamento irregular.

§ 4º Os demonstrativos fiscais, contábeis e financeiros serão elaborados e publicados na forma da legislação aplicável, assegurada sua disponibilização em meio eletrônico oficial.

Art. 129. O art. 112 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 112. As disponibilidades de caixa do Município, de seus órgãos, fundos, autarquias, fundações e entidades da Administração indireta serão depositadas em instituições financeiras oficiais, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

§ 1º A movimentação financeira observará legalidade, segurança, economicidade, rastreabilidade, segregação de funções, conciliação bancária, controle interno, transparência e responsabilidade fiscal.

§ 2º As aplicações financeiras de recursos públicos deverão observar a legislação aplicável, a preservação do capital, a liquidez necessária à execução orçamentária, a segurança, a compatibilidade com a finalidade dos recursos e a vedação de operações especulativas.

§ 3º Recursos vinculados, transferências voluntárias, convênios, parcerias, fundos e receitas com destinação específica serão movimentados e controlados de forma individualizada, quando exigido pela legislação ou pelo instrumento jurídico correspondente.

§ 4º O Poder Executivo e o Poder Legislativo manterão registros formais das contas bancárias, responsáveis pela movimentação, conciliações, saldos, aplicações e rendimentos.

Art. 130. O art. 113 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 113. A remuneração pela utilização de bens públicos, pela prestação de serviços públicos, pelo uso de equipamentos municipais ou pela fruição de utilidades municipais será disciplinada por lei, contrato, regulamento ou ato administrativo competente, conforme sua natureza jurídica.

§ 1º Taxas somente poderão ser instituídas ou majoradas por lei, observadas as limitações constitucionais ao poder de tributar.

§ 2º Preços públicos, tarifas, valores de uso, inscrições, permissões, autorizações, cessões onerosas e remunerações de serviços facultativos poderão ser fixados ou atualizados por ato do Poder Executivo, quando houver autorização legal, critério objetivo, motivação, publicidade e compatibilidade com o custo, a natureza do serviço ou a política pública correspondente.

§ 3º A política tarifária dos serviços públicos delegados observará contrato, edital, regulação, modicidade quando cabível, equilíbrio econômico-financeiro, transparência, controle social e direitos dos usuários.

§ 4º A revisão, reajuste, isenção, gratuidade, desconto ou subsídio relativos a preços públicos ou tarifas deverão observar interesse público, motivação, impacto financeiro, isonomia e legislação aplicável.

§ 5º O Município publicará tabela atualizada de preços públicos, tarifas e valores cobrados pela utilização de bens ou serviços municipais.

Art. 131. O art. 114 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 114. A ordem econômica municipal, fundada na valorização do trabalho humano, na livre iniciativa, na função social da propriedade, na defesa do consumidor, na proteção do meio ambiente, na redução das desigualdades e no desenvolvimento sustentável, tem por finalidade assegurar existência digna, justiça social, geração de emprego e renda e melhoria da qualidade de vida da população.

§ 1º O Município atuará como agente normativo, indutor, planejador, fiscalizador e fomentador do desenvolvimento local, respeitada a livre iniciativa e a competência dos demais entes federativos.

§ 2º A atuação municipal poderá envolver simplificação administrativa, regularização de atividades econômicas, inovação, capacitação, economia criativa, agricultura familiar, turismo, comércio local, indústria, serviços, cooperativismo, associativismo e inclusão produtiva.

§ 3º O desenvolvimento econômico municipal observará sustentabilidade ambiental, planejamento urbano, mobilidade, infraestrutura, acessibilidade, segurança, proteção do patrimônio cultural e uso racional dos recursos públicos.

§ 4º O Município poderá instituir programas de desenvolvimento econômico local, mediante lei ou ato normativo próprio, observadas a responsabilidade fiscal, a transparência, a impessoalidade e a vedação de favorecimento indevido.

Art. 132. O art. 115 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 115. Nas contratações públicas, o Município observará a legislação nacional de licitações e contratos, assegurado o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, na forma da legislação aplicável.

§ 1º O tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte poderá envolver, nos termos da lei, regularização fiscal tardia, critérios de desempate, licitações exclusivas, cotas reservadas, subcontratação, simplificação de exigências e demais instrumentos juridicamente admitidos.

§ 2º As contratações públicas poderão considerar o desenvolvimento local e regional sustentável, desde que observados planejamento, competitividade, isonomia, vantajosidade, transparência, motivação e legislação aplicável.

§ 3º É vedada preferência incompatível com a Constituição, com a legislação nacional de contratações públicas ou com os princípios da isonomia, impessoalidade e competitividade.

§ 4º O Município poderá promover capacitação de fornecedores locais, divulgação de oportunidades de contratação, compras compartilhadas, planejamento anual de contratações e orientação às microempresas e empresas de pequeno porte.

Art. 133. O art. 116 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 116. As microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais, empreendimentos econômicos solidários e pequenos negócios locais receberão, na forma da lei, tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido, visando à criação, formalização, preservação, desenvolvimento e competitividade.

§ 1º O tratamento diferenciado poderá abranger simplificação de registro, licenciamento, alvarás, cadastro, atendimento, obrigações administrativas, tributárias e acessórias, observada a legislação nacional aplicável.

§ 2º O Município poderá instituir Sala do Empreendedor, balcão único, atendimento digital, orientação técnica, educação empreendedora, capacitação, integração cadastral e apoio à formalização de atividades econômicas.

§ 3º As políticas municipais de desenvolvimento econômico deverão buscar a redução da informalidade, o fortalecimento do comércio local, a inovação, a geração de trabalho e renda, a inclusão produtiva e a melhoria do ambiente de negócios.

§ 4º Benefícios, incentivos, subvenções, cessões, isenções ou apoios econômicos dependerão de lei, interesse público, critérios objetivos, transparência, controle, avaliação de resultados e observância da responsabilidade fiscal.

§ 5º A simplificação administrativa não dispensará o cumprimento das normas de segurança, saúde, meio ambiente, urbanismo, acessibilidade, defesa do consumidor e proteção de dados pessoais.

Art. 134. O art. 117 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 117. O Município promoverá e incentivará o turismo, o artesanato, a cultura local, os eventos de interesse público, o patrimônio histórico, cultural, natural e paisagístico, como fatores de desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental.

§ 1º A política municipal de turismo poderá contemplar planejamento, inventário turístico, calendário de eventos, sinalização, qualificação de serviços, apoio ao artesanato, turismo rural, turismo cultural, turismo religioso, turismo ecológico, gastronomia, economia criativa e integração regional.

§ 2º O incentivo ao turismo e ao artesanato observará sustentabilidade, proteção ambiental, valorização da identidade local, acessibilidade, segurança dos visitantes, participação da comunidade e respeito ao patrimônio público e privado.

§ 3º O Município poderá celebrar convênios, parcerias, consórcios, termos de cooperação e instrumentos congêneres para promoção turística, capacitação, divulgação, infraestrutura e integração de roteiros regionais.

§ 4º Apoios financeiros, cessões, patrocínios, premiações ou incentivos a eventos, artesãos, entidades ou empreendimentos turísticos dependerão de previsão legal ou orçamentária, critérios objetivos, prestação de contas, transparência e finalidade pública.

Art. 135. O art. 118 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 118. O Município promoverá, no âmbito de sua competência e em cooperação com a União, o Estado, órgãos de defesa do consumidor e a sociedade, a proteção e defesa dos direitos do consumidor.

§ 1º A atuação municipal poderá envolver educação para o consumo, orientação ao consumidor, recebimento de reclamações, mediação de conflitos, fiscalização de posturas e serviços locais, encaminhamento a órgãos competentes e divulgação de informações de interesse público.

§ 2º O Município poderá instituir ou manter órgão, serviço, convênio, núcleo, canal de atendimento ou cooperação com entidade integrante do sistema de defesa do consumidor, conforme sua capacidade administrativa e financeira.

§ 3º A defesa do consumidor observará vulnerabilidade do consumidor, boa-fé, transparência, informação adequada, prevenção de danos, repressão a práticas abusivas, proteção de dados pessoais e acessibilidade dos canais de atendimento.

§ 4º A atuação municipal não afastará a competência dos demais órgãos de defesa do consumidor, fiscalização sanitária, vigilância, Ministério Público, Defensoria Pública, agências reguladoras ou órgãos setoriais competentes.

Art. 136. O art. 119 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 119. O Município apoiará e estimulará, na forma da lei, o cooperativismo, o associativismo, a economia solidária, as organizações comunitárias, as redes locais de produção e outras formas lícitas de organização econômica e social.

§ 1º O apoio municipal poderá compreender capacitação, orientação técnica, cessão ou uso de espaços públicos, feiras, compras públicas, parcerias, divulgação institucional, assistência ao empreendedorismo coletivo e integração com políticas de desenvolvimento local.

§ 2º O fomento ao cooperativismo e ao associativismo observará impessoalidade, critérios objetivos, transparência, prestação de contas, finalidade pública, controle e vedação de favorecimento pessoal, partidário ou eleitoral.

§ 3º O Município poderá priorizar cooperativas, associações e empreendimentos locais em programas de agricultura familiar, reciclagem, artesanato, economia criativa, turismo, alimentação escolar, desenvolvimento rural, inclusão produtiva e geração de renda, quando admitido pela legislação aplicável.

§ 4º O apoio público não afastará a autonomia das entidades privadas nem transformará o Município em responsável por suas obrigações civis, trabalhistas, fiscais ou comerciais, salvo previsão legal ou contratual específica.

Art. 137. O art. 120 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 120. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, observará a Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor, esta Lei Orgânica e a legislação municipal, tendo por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, garantir o bem-estar de seus habitantes e promover desenvolvimento sustentável.

§ 1º O Plano Diretor, aprovado por lei, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, devendo orientar o uso e ocupação do solo, a mobilidade, a habitação, o saneamento, o meio ambiente, a infraestrutura, os equipamentos públicos, a expansão urbana e a regularização fundiária.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor e na legislação urbanística.

§ 3º A política urbana municipal observará gestão democrática, participação popular, audiências públicas, transparência, acessibilidade, sustentabilidade ambiental, proteção do patrimônio cultural, prevenção de riscos e integração com políticas de habitação, saneamento, mobilidade, meio ambiente, saúde, educação, assistência social e desenvolvimento econômico.

§ 4º As desapropriações de imóveis urbanos observarão necessidade ou utilidade pública, interesse social, justa indenização e procedimento legal, vedado o uso do instrumento para finalidade estranha ao interesse público.

§ 5º O Município poderá exigir, mediante lei específica para área incluída no Plano Diretor, nos termos da Constituição e do Estatuto da Cidade, o adequado aproveitamento do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, aplicando sucessivamente:

I – parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
II – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;
III – desapropriação com pagamento em títulos, observados os requisitos constitucionais e legais.

§ 6º A política urbana deverá considerar a prevenção de ocupações em áreas de risco, a regularização fundiária urbana, a drenagem, a arborização, a proteção de áreas ambientalmente sensíveis, a acessibilidade universal e a adaptação do Município a eventos climáticos extremos.

Art. 138. Fica acrescido o art. 120-A à Lei Orgânica:

Art. 120-A. A política urbana municipal será orientada pela gestão democrática da cidade, assegurada a participação da população e de associações representativas na formulação, execução, acompanhamento e revisão dos planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

§ 1º A participação poderá ocorrer por audiências públicas, consultas públicas, conferências, conselhos, reuniões comunitárias, plataformas digitais, divulgação de estudos técnicos e outros meios adequados.

§ 2º A elaboração ou revisão do Plano Diretor, da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, do zoneamento, dos instrumentos urbanísticos e de projetos

urbanos estruturantes observará publicidade prévia, linguagem acessível, estudos técnicos e participação social.

§ 3º A ausência de participação social adequada em matérias urbanísticas estruturantes poderá comprometer a legitimidade do processo legislativo ou administrativo, na forma da legislação aplicável.

§ 4º O Município manterá, sempre que possível, base pública de mapas, cadastros, zoneamento, áreas de risco, equipamentos públicos, obras, infraestrutura e dados territoriais de interesse urbanístico, observada a proteção de dados pessoais e informações legalmente restritas.

Art. 139. Fica acrescido o art. 120-B à Lei Orgânica:

Art. 120-B. O Município poderá instituir e aplicar instrumentos de política urbana previstos na Constituição, no Estatuto da Cidade, no Plano Diretor e na legislação municipal, observados finalidade pública, motivação, estudos técnicos, participação social e controle.

§ 1º São instrumentos de política urbana, entre outros admitidos em lei:

I – Plano Diretor;
II – zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo;
III – parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
IV – IPTU progressivo no tempo;
V – desapropriação com pagamento em títulos, quando admitida;
VI – direito de preempção;
VII – outorga onerosa do direito de construir;
VIII – transferência do direito de construir;
IX – estudo de impacto de vizinhança;
X – regularização fundiária urbana;
XI – operações urbanas consorciadas, quando cabíveis;
XII – instrumentos de proteção ambiental, cultural, paisagística e de áreas de risco.

§ 2º A aplicação de instrumento urbanístico deverá observar o Plano Diretor, a legislação específica, a proporcionalidade, a função social da propriedade, a segurança jurídica, a publicidade e os direitos dos interessados.

§ 3º A adoção de instrumentos com impacto econômico, territorial, ambiental ou social relevante deverá ser precedida de avaliação técnica e participação pública adequada.

Art. 140. O art. 121 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 121. O planejamento urbano municipal observará o Plano Diretor, a legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, o zoneamento, a mobilidade urbana, o saneamento básico, a habitação, o meio ambiente, a proteção do patrimônio cultural, a acessibilidade, a segurança urbana, a prevenção de riscos e a sustentabilidade.

§ 1º O planejamento urbano disporá, entre outros temas, sobre:

I – normas relativas ao desenvolvimento urbano e à expansão ordenada da cidade;
II – planos setoriais de mobilidade, habitação, saneamento, drenagem, arborização, resíduos sólidos, regularização fundiária e proteção ambiental;
III – áreas destinadas à moradia de interesse social, com acesso a serviços públicos, equipamentos comunitários, transporte, trabalho, lazer e infraestrutura;
IV – proteção ambiental, paisagística, histórica, cultural e urbanística;
V – ordenação dos usos, atividades e funções urbanas;
VI – segurança, acessibilidade, salubridade, conservação, alinhamento, ventilação, iluminação, recuos, altura, circulação e condições urbanísticas das edificações;
VII – delimitação da zona urbana, de expansão urbana, áreas rurais, áreas de interesse ambiental, áreas de risco e áreas de interesse social;
VIII – sistema viário, circulação, transporte, passeios públicos, acessibilidade, segurança de pedestres e integração entre áreas urbanas e rurais.

§ 2º O controle do uso e ocupação do solo urbano compreenderá zoneamento, licenciamento, aprovação de parcelamentos, controle de edificações, proteção estética e paisagística, preservação histórica e cultural, controle da poluição, prevenção de riscos e regularização fundiária urbana.

§ 3º A elaboração e a revisão de leis urbanísticas estruturantes dependerão de estudos técnicos, publicidade prévia, participação popular, audiências públicas quando cabíveis e compatibilidade com o Estatuto da Cidade.

§ 4º O planejamento urbano será aprovado por lei municipal específica, observados o quórum e o procedimento previstos nesta Lei Orgânica e no Regimento Interno, asseguradas as audiências públicas e a gestão democrática da cidade.

§ 5º Alterações pontuais na legislação urbanística não poderão descaracterizar o Plano Diretor, fragilizar áreas protegidas, suprimir participação social obrigatória ou produzir favorecimento individual incompatível com a função social da cidade.

Art. 141. O art. 122 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 122. A política agrícola, agrária e de desenvolvimento rural sustentável será planejada e executada pelo Município em cooperação com a União, o Estado, produtores rurais, trabalhadores rurais, entidades representativas, cooperativas, associações, setor de comercialização, armazenamento, transporte, assistência técnica e demais segmentos envolvidos.

§ 1º Incluem-se no planejamento rural as atividades agropecuárias, agroindustriais, florestais, aquícolas, de agricultura familiar, turismo rural, conservação do solo, proteção de nascentes, estradas rurais, abastecimento alimentar e uso sustentável dos recursos naturais.

§ 2º O Município compatibilizará suas ações de política agrícola, desenvolvimento rural, regularização fundiária, proteção ambiental, segurança alimentar e infraestrutura rural com a Constituição, a legislação federal e estadual e os planos setoriais aplicáveis.

§ 3º O Município poderá cooperar com a União, o Estado, consórcios públicos, entidades de assistência técnica e extensão rural e organizações da sociedade civil para prestar orientação prioritária aos pequenos produtores, agricultores familiares e empreendimentos rurais de interesse local.

§ 4º As políticas rurais municipais poderão envolver conservação e manutenção de estradas rurais, manejo e conservação do solo, proteção de recursos hídricos, incentivo à diversificação produtiva, sanidade agropecuária, comercialização, compras públicas, associativismo, cooperativismo e educação ambiental.

§ 5º O apoio municipal ao setor rural observará critérios objetivos, transparência, impessoalidade, finalidade pública, sustentabilidade ambiental, prestação de contas quando houver transferência de recursos e vedação de favorecimento pessoal ou eleitoral.

Art. 142. O art. 123 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 123. A ordem social do Município tem como base o primado do trabalho, a dignidade da pessoa humana, a justiça social, a solidariedade, a proteção da família, a redução das desigualdades, a inclusão social e a garantia dos direitos fundamentais.

§ 1º O Município, em ação integrada com a União, o Estado, a sociedade e as entidades legalmente constituídas, atuará para assegurar, no âmbito de sua competência, direitos relativos à saúde, alimentação, educação, assistência social, cultura, esporte, lazer, profissionalização, trabalho, moradia, proteção ambiental e segurança comunitária.

§ 2º As políticas sociais municipais observarão planejamento, intersetorialidade, territorialização, participação social, transparência, controle, prioridade preventiva, proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade e avaliação de resultados.

§ 3º Terão atenção prioritária, na forma da Constituição e da legislação aplicável, crianças, adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, mulheres, gestantes, famílias em situação de vulnerabilidade, pessoas em situação de rua, vítimas de violência, pessoas em insegurança alimentar e demais grupos que demandem proteção especial.

§ 4º A atuação municipal deverá evitar duplicidade de ações, fragmentação de programas e descontinuidade de serviços essenciais, buscando integração entre saúde, assistência social, educação, habitação, segurança alimentar, cultura, esporte e desenvolvimento econômico.

Art. 143. Fica acrescido o art. 123-A à Lei Orgânica:

Art. 123-A. O Município poderá instituir política de segurança alimentar e nutricional, voltada à garantia do direito humano à alimentação adequada, à promoção da saúde, ao abastecimento alimentar, à agricultura familiar, à

educação alimentar, à redução do desperdício e ao enfrentamento da insegurança alimentar.

§ 1º A política municipal poderá envolver compras públicas da agricultura familiar, apoio a bancos de alimentos, hortas comunitárias, feiras, educação alimentar, alimentação escolar, programas de transferência ou distribuição de alimentos e ações integradas com saúde, assistência social, educação e agricultura.

§ 2º A execução de programas de segurança alimentar observará critérios objetivos, cadastro ou diagnóstico social quando cabível, transparência, controle, proteção de dados pessoais, vedação de promoção pessoal e prioridade às famílias em situação de vulnerabilidade.

§ 3º O Município poderá aderir a sistemas, planos, programas, conselhos, consórcios e instrumentos de cooperação voltados à segurança alimentar e nutricional.

Art. 144. O art. 124 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 124. A saúde é direito de todos e dever do Poder Público, assegurada mediante políticas sociais, econômicas, ambientais, sanitárias, preventivas, assistenciais e de promoção da qualidade de vida.

§ 1º O Município prestará, diretamente e em cooperação técnica e financeira com a União e o Estado, ações e serviços públicos de saúde, integrados ao Sistema Único de Saúde.

§ 2º A atuação municipal em saúde observará universalidade, integralidade, equidade, descentralização, regionalização, hierarquização, participação da comunidade, planejamento, transparência, controle social e responsabilidade sanitária.

§ 3º A política municipal de saúde será orientada pelo Plano Municipal de Saúde, pela Programação Anual de Saúde, pelos relatórios de gestão, pelas deliberações do Conselho Municipal de Saúde e pelas normas do Sistema Único de Saúde.

§ 4º O Município priorizará a atenção primária à saúde, a vigilância em saúde, a promoção da saúde, a prevenção de doenças e agravos, a assistência

farmacêutica, a saúde bucal, a saúde mental, a regulação do acesso, a imunização, a urgência e emergência e a integração regional dos serviços.

Art. 145. O art. 125 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 125. As ações e serviços públicos de saúde são de relevância pública, cabendo ao Poder Público Municipal, nos limites de sua competência, regulamentar, planejar, executar, fiscalizar, controlar e avaliar sua prestação.

§ 1º A execução das ações e serviços públicos de saúde será realizada preferencialmente pela rede pública municipal, de forma integrada à rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Único de Saúde.

§ 2º A participação de instituições privadas no Sistema Único de Saúde ocorrerá apenas de forma complementar, quando necessária à suficiência da rede pública, mediante contrato, convênio ou instrumento jurídico adequado, observadas as normas do SUS, a legislação de contratações públicas, a regulação, a fiscalização e a transparência.

§ 3º Terão preferência, na participação complementar ao SUS, as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos, observadas a legislação aplicável, a capacidade técnica, a regularidade jurídica e a necessidade pública demonstrada.

§ 4º O Município manterá mecanismos de regulação, controle, auditoria, avaliação de qualidade, ouvidoria, fiscalização contratual e transparência sobre os serviços públicos de saúde prestados diretamente ou de forma complementar.

§ 5º É vedado transferir a terceiros a responsabilidade municipal de planejamento, controle, regulação, fiscalização e garantia do acesso às ações e serviços públicos de saúde.

Art. 146. O art. 126 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 126. As ações e serviços públicos de saúde integram rede regionalizada e hierarquizada e constituem, no âmbito municipal, o Sistema Único de Saúde, organizado segundo as seguintes diretrizes:

I – universalidade de acesso;
II – integralidade da atenção;
III – equidade;

IV – descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
V – regionalização e hierarquização da rede de serviços;
VI – participação da comunidade e controle social;
VII – prioridade às ações preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
VIII – transparência, planejamento, avaliação, auditoria e responsabilidade sanitária;
IX – articulação com saneamento, meio ambiente, assistência social, educação, segurança alimentar e demais políticas públicas.

§ 1º O Município integrará redes de atenção à saúde, pactuações interfederativas, consórcios, referências e contrarreferências, observadas as normas do SUS e os instrumentos regionais de planejamento.

§ 2º A participação da comunidade será assegurada por meio do Conselho Municipal de Saúde, conferências de saúde, audiências públicas, ouvidoria, transparência e outros instrumentos legalmente admitidos.

§ 3º A organização dos serviços deverá considerar territorialização, cadastro da população, vigilância em saúde, atenção primária, continuidade do cuidado, acesso regulado e prioridade às pessoas em maior vulnerabilidade.

Art. 147. O art. 127 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 127. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, observadas a legislação sanitária, a fiscalização do Poder Público e as normas aplicáveis.

§ 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, mediante contrato, convênio ou instrumento jurídico adequado, segundo as diretrizes do SUS.

§ 2º A contratação complementar de serviços privados dependerá de necessidade pública demonstrada, insuficiência ou conveniência técnica da rede própria, processo regular, metas, fiscalização, controle de qualidade, transparência e prestação de contas.

§ 3º É vedada a destinação de recursos públicos a entidades privadas de saúde com finalidade lucrativa a título de auxílio ou subvenção, ressalvados os pagamentos decorrentes de contratos regularmente celebrados para prestação complementar de serviços ao SUS.

§ 4º O Município fiscalizará os serviços privados de saúde no âmbito de sua competência sanitária, sem prejuízo da atuação dos demais órgãos competentes.

Art. 148. O art. 128 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 128. O Município promoverá atenção integral à saúde da mulher, observadas as diretrizes do Sistema Único de Saúde, a legislação aplicável e as necessidades locais.

§ 1º A atenção integral à saúde da mulher poderá compreender ações de promoção, prevenção, atendimento, acompanhamento, pré-natal, parto, puerpério, saúde mental, prevenção de violências, rastreamento de doenças, planejamento familiar nos termos da lei, saúde da mulher trabalhadora, climatério e atenção às mulheres em situação de vulnerabilidade.

§ 2º O Município adotará medidas para garantir acolhimento, acesso, orientação, privacidade, proteção de dados pessoais, humanização do atendimento e encaminhamento adequado na rede de saúde e proteção social.

§ 3º As ações de saúde da mulher serão articuladas, quando necessário, com assistência social, educação, segurança pública, Conselho Tutelar, rede de proteção, entidades especializadas e órgãos competentes.

§ 4º O Município poderá desenvolver campanhas educativas e preventivas, observadas a impessoalidade, a evidência técnica, a linguagem clara e a vedação de promoção pessoal.

Art. 149. O art. 129 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 129. O Município aplicará anualmente em ações e serviços públicos de saúde os recursos mínimos exigidos pela Constituição Federal, pela legislação complementar nacional e pelas normas do Sistema Único de Saúde.

§ 1º Os recursos destinados à saúde serão previstos na lei orçamentária, movimentados preferencialmente por fundo municipal específico, executados conforme o Plano Municipal de Saúde e fiscalizados pelo Conselho Municipal de Saúde, pela Câmara Municipal, pelo controle interno e pelos órgãos de controle externo.

§ 2º O Poder Executivo dará ampla divulgação, inclusive em meio eletrônico oficial, aos instrumentos de planejamento, execução, prestação de contas e avaliação da saúde, observadas as normas aplicáveis.

§ 3º É vedada a destinação de recursos públicos para auxílio ou subvenção a instituições privadas com fins lucrativos, ressalvados os pagamentos decorrentes de contratos regularmente celebrados para prestação complementar de serviços de saúde.

§ 4º A aplicação de recursos em saúde deverá observar finalidade pública, regionalização, programação pactuada, metas, indicadores, controle de qualidade, economicidade, transparência e participação social.

§ 5º A Câmara Municipal poderá solicitar relatórios, documentos, informações, audiências públicas e esclarecimentos sobre a execução orçamentária e financeira da saúde.

Art. 150. O art. 130 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 130. A assistência social é política de seguridade social não contributiva, direito do cidadão e dever do Poder Público, destinada a prover proteção social a quem dela necessitar, independentemente de contribuição.

§ 1º No âmbito de sua competência, o Município assegurará proteção social à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à juventude, à velhice, à pessoa com deficiência, às pessoas em situação de vulnerabilidade ou risco social e às vítimas de violência, negligência, abandono, discriminação ou violação de direitos.

§ 2º A política municipal de assistência social será organizada de forma descentralizada, participativa, intersetorial e territorializada, integrada ao Sistema Único de Assistência Social, observadas a legislação nacional, o plano municipal, o conselho municipal, o fundo municipal e as deliberações competentes.

§ 3º A assistência social compreenderá proteção social básica, proteção social especial, benefícios eventuais, serviços, programas, projetos, ações de vigilância socioassistencial, defesa de direitos e articulação com saúde, educação, habitação, trabalho, segurança alimentar e demais políticas públicas.

§ 4º O atendimento a pessoas com deficiência, pessoas idosas, crianças e adolescentes, famílias em situação de vulnerabilidade e pessoas com sofrimento decorrente do uso problemático de álcool e outras drogas observará dignidade, acolhimento, não discriminação, proteção integral, encaminhamento adequado e atuação em rede.

§ 5º A concessão de benefícios eventuais, auxílios, programas ou ações assistenciais observará critérios legais, diagnóstico social, transparência, impessoalidade, proteção de dados pessoais, controle e vedação de uso político, partidário ou eleitoral.

Art. 151. Fica acrescido o art. 130-A à Lei Orgânica:

Art. 130-A. A política municipal de assistência social será financiada com recursos previstos no orçamento municipal, transferências da União e do Estado, fundos públicos, convênios, parcerias e outras fontes legalmente admitidas.

§ 1º Os recursos da assistência social serão aplicados conforme plano municipal, deliberações do conselho competente, legislação aplicável, critérios técnicos, diagnóstico territorial, transparência e controle social.

§ 2º O Município manterá cadastro, registros, prontuários, relatórios e sistemas de informação necessários à gestão socioassistencial, observadas a proteção de dados pessoais, o sigilo profissional, a finalidade pública e o acesso dos órgãos de controle.

§ 3º A execução de programas, benefícios, serviços e projetos socioassistenciais deverá ser acompanhada por indicadores, metas, relatórios de gestão, prestação de contas e avaliação de resultados.

§ 4º Parcerias com entidades privadas de assistência social dependerão de interesse público, regularidade jurídica, capacidade técnica, plano de trabalho, metas, prestação de contas, fiscalização e observância do marco legal aplicável.

Art. 152. O art. 131 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 131. As ações governamentais de assistência social serão descentralizadas, participativas, intersetoriais e integradas ao Sistema Único de Assistência Social, observadas a legislação nacional, a política municipal, o plano municipal, o

conselho competente, o fundo municipal e os instrumentos de pactuação federativa.

§ 1º Compete ao Município, no âmbito de sua responsabilidade, planejar, gerir, executar, cofinanciar, monitorar e avaliar serviços, programas, projetos, benefícios e ações socioassistenciais.

§ 2º A participação de entidades e organizações de assistência social ocorrerá de forma complementar e cooperativa, mediante inscrição, regularidade jurídica, capacidade técnica, plano de trabalho, metas, fiscalização, prestação de contas e observância da legislação aplicável.

§ 3º A comunidade participará da formulação, acompanhamento, fiscalização e avaliação da política de assistência social por meio dos conselhos, conferências, audiências, ouvidorias e demais instrumentos previstos em lei.

§ 4º A execução da política municipal de assistência social observará diagnóstico territorial, vigilância socioassistencial, proteção de dados pessoais, sigilo profissional, controle social, transparência e prioridade às pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social.

Art. 153. O art. 132 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 132. Os recursos recebidos pelo Município para assistência social, esporte, lazer, cultura, educação ou outras políticas públicas serão aplicados de acordo com sua finalidade constitucional, legal, orçamentária ou pactuada, observadas as vinculações, planos, programas, fundos, conselhos, instrumentos de transferência e normas de prestação de contas.

§ 1º Recursos destinados à assistência social serão aplicados conforme o plano municipal, as deliberações do conselho competente, os critérios do Sistema Único de Assistência Social, o orçamento municipal e a legislação aplicável.

§ 2º Recursos destinados ao esporte amador, educacional, comunitário, de participação, rendimento ou lazer serão aplicados conforme plano, programa, conselho ou instrumento próprio, quando existente, assegurados critérios objetivos, transparência, impessoalidade e prestação de contas.

§ 3º É vedada a utilização de recursos vinculados em finalidade diversa daquela prevista na Constituição, na lei, no convênio, no termo, no fundo ou no instrumento de transferência.

§ 4º O Poder Executivo publicará informações sobre recebimento, aplicação e prestação de contas dos recursos vinculados, assegurado acesso da Câmara Municipal aos documentos necessários à fiscalização.

Art. 154. O art. 133 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 133. A educação, direito de todos e dever do Poder Público e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania, à qualificação para o trabalho, à inclusão social e à formação ética, democrática e humanística.

§ 1º O ensino municipal observará os seguintes princípios:

I – igualdade de condições para acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da etapa escolar;
II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
V – valorização dos profissionais da educação escolar, com planos de carreira, formação continuada, ingresso por concurso público quando exigido e observância do piso profissional nacional;
VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
VII – garantia de padrão de qualidade, equidade, segurança escolar, acessibilidade e ambiente adequado de aprendizagem;
VIII – atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, na forma da lei;
IX – respeito à diversidade, vedada qualquer forma de discriminação, violência, negligência, intimidação sistemática ou exclusão escolar;
X – integração entre educação, cultura, esporte, saúde, assistência social, tecnologia, proteção integral e desenvolvimento local.

§ 2º A lei municipal disciplinará a organização do sistema ou rede municipal de ensino, as categorias de profissionais da educação, o plano de carreira, a gestão democrática, a avaliação, a formação continuada e demais matérias educacionais de competência local.

§ 3º O Município poderá adotar recursos pedagógicos, tecnológicos e digitais para ampliar o acesso, melhorar a aprendizagem, registrar a vida escolar e qualificar a gestão, asseguradas acessibilidade, proteção de dados pessoais e inclusão dos estudantes sem acesso adequado à tecnologia.

Art. 155. O art. 134 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 134. O Município atuará prioritariamente na educação infantil e no ensino fundamental, em regime de colaboração com a União e o Estado, observadas a Constituição, a legislação nacional, os planos educacionais vigentes e as necessidades locais.

§ 1º A atuação municipal compreenderá creches, pré-escolas, ensino fundamental, educação especial inclusiva, educação de jovens e adultos quando cabível, transporte escolar, alimentação escolar, material didático, infraestrutura, formação de profissionais, tecnologia educacional e apoio à permanência dos estudantes.

§ 2º A educação especial será ofertada preferencialmente na rede regular de ensino, com atendimento educacional especializado, recursos de acessibilidade, profissionais de apoio quando necessários e articulação com saúde, assistência social e família.

§ 3º O Município poderá cooperar com a União, o Estado, consórcios públicos e instituições educacionais para ampliar vagas, melhorar a qualidade do ensino, combater o analfabetismo, reduzir a evasão escolar e elevar os indicadores educacionais.

§ 4º A criação, ampliação, reorganização ou fechamento de unidades escolares observará estudo técnico, diagnóstico de demanda, impacto territorial, transporte escolar, acessibilidade, participação da comunidade escolar e interesse público.

§ 5º O Município manterá planejamento educacional de médio e longo prazo, compatível com o Plano Municipal de Educação e com os demais instrumentos de planejamento público.

Art. 156. O art. 135 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 135. O Município, em colaboração com o Estado, deverá recensear os educandos da educação básica obrigatória, realizar a chamada escolar, zelar pela frequência e adotar medidas de busca ativa, prevenção da evasão, abandono escolar e distorção idade-série.

§ 1º A atuação municipal observará cooperação entre escola, família, Conselho Tutelar, assistência social, saúde, Ministério Público quando cabível e demais órgãos da rede de proteção.

§ 2º A ausência injustificada, evasão, abandono ou situação de risco educacional deverá ser acompanhada por procedimento próprio de orientação, registro, encaminhamento e acompanhamento, preservada a proteção integral da criança e do adolescente.

§ 3º O tratamento de dados escolares, frequência, cadastro familiar, saúde, assistência social e vulnerabilidade observará finalidade pública, proteção de dados pessoais, sigilo legal e compartilhamento responsável entre órgãos competentes.

§ 4º O Município manterá registros atualizados de matrícula, frequência, transporte, alimentação, atendimento especializado e permanência escolar, preferencialmente em meio eletrônico oficial.

Art. 157. O art. 136 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 136. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as normas gerais da educação nacional, as normas estaduais e municipais aplicáveis, a autorização de funcionamento, a avaliação de qualidade pelo Poder Público competente e a proteção integral dos estudantes.

§ 1º As instituições privadas de ensino sujeitam-se à fiscalização, supervisão e avaliação dos órgãos competentes, sem prejuízo da autonomia pedagógica nos limites da legislação educacional.

§ 2º O funcionamento de instituição privada de ensino no Município dependerá do cumprimento das exigências legais relativas à segurança, acessibilidade, saúde, vigilância sanitária quando cabível, alvará, proteção de dados pessoais, proteção integral e regularidade perante os órgãos educacionais competentes.

§ 3º A liberdade de ensino não afasta o dever de observância dos direitos da criança e do adolescente, da legislação educacional, da inclusão escolar e das normas de segurança e acessibilidade.

Art. 158. O art. 137 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 137. O Município aplicará, anualmente, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, observada a Constituição Federal, a legislação nacional, as normas do Fundeb e os critérios de controle e prestação de contas.

§ 1º A aplicação dos recursos observará as despesas consideradas de manutenção e desenvolvimento do ensino pela legislação nacional, vedada a inclusão de despesas estranhas à finalidade educacional.

§ 2º Os recursos vinculados à educação serão identificados, contabilizados, executados e fiscalizados por fonte ou destinação específica, assegurados transparência, controle interno, controle externo e controle social.

§ 3º O Poder Executivo publicará, em meio eletrônico oficial, relatórios sobre receitas, despesas, programas, investimentos, transporte, alimentação escolar, Fundeb, aplicação mínima constitucional, restos a pagar e resultados educacionais.

§ 4º A Câmara Municipal poderá solicitar documentos, relatórios, demonstrativos, pareceres dos conselhos, informações de execução orçamentária e esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos da educação.

Art. 159. O art. 138 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 138. Os recursos públicos municipais destinados à educação serão aplicados prioritariamente na rede pública municipal, para garantia da educação básica obrigatória, da qualidade do ensino, da infraestrutura escolar, da valorização dos

profissionais da educação, da permanência dos estudantes e da redução das desigualdades educacionais.

§ 1º Cumpridas as exigências constitucionais e legais de atendimento da rede pública, recursos públicos poderão ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I – comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;
II – assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, em caso de encerramento de atividades;
III – demonstrem regularidade jurídica, fiscal, educacional e capacidade técnica;
IV – submetam-se a controle, fiscalização, metas, prestação de contas e transparência.

§ 2º A destinação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos não poderá substituir o dever prioritário do Município de expandir, manter e qualificar sua rede pública de ensino.

§ 3º Bolsas de estudo somente serão admitidas nas hipóteses constitucional e legalmente permitidas, mediante lei, critérios objetivos, insuficiência de vagas na rede pública, comprovação de necessidade, transparência, controle e vedação de favorecimento pessoal.

§ 4º A distribuição de recursos assegurará prioritariamente o atendimento das necessidades da educação básica obrigatória, nos termos da Constituição, da legislação nacional e do planejamento educacional.

Art. 160. O art. 139 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 139. O Município garantirá, no âmbito de sua competência, o pleno exercício dos direitos culturais, o acesso às fontes da cultura, a valorização da identidade local, a proteção do patrimônio cultural e o incentivo à produção, difusão e fruição das manifestações culturais.

§ 1º Constituem patrimônio cultural municipal os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória e à história da comunidade local.

§ 2º O Município poderá manter órgão, serviço, conselho, fundo, cadastro, inventário, arquivo, biblioteca, museu, centro cultural, programa ou instrumento de gestão, preservação, pesquisa e difusão cultural.

§ 3º A política cultural municipal poderá contemplar literatura, música, dança, teatro, artes visuais, audiovisual, cultura popular, memória local, patrimônio histórico, bibliotecas, feiras culturais, eventos comunitários, formação artística, economia criativa e proteção dos saberes tradicionais.

§ 4º A realização de feiras, festivais, eventos, editais, premiações, apoios financeiros, cessões de espaço ou incentivos culturais observará finalidade pública, critérios objetivos, transparência, acessibilidade, prestação de contas e vedação de promoção pessoal, partidária ou eleitoral.

§ 5º O Município poderá integrar-se ao Sistema Nacional de Cultura, a sistemas estaduais, consórcios e instrumentos de cooperação federativa voltados ao fomento, financiamento, gestão e preservação cultural.

Art. 161. O art. 140 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 140. É dever do Município fomentar práticas esportivas, paradesportivas, recreativas e de atividade física, em suas múltiplas manifestações, como direito de todos e instrumento de saúde, educação, lazer, inclusão social, convivência comunitária e desenvolvimento humano.

§ 1º A política municipal de esporte poderá compreender esporte educacional, esporte de participação, esporte comunitário, esporte de rendimento, paradesporto, lazer ativo, eventos, competições, formação de atletas, capacitação de profissionais e manutenção de espaços esportivos.

§ 2º O Município priorizará o acesso de crianças, adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, estudantes da rede pública, comunidades rurais, famílias em vulnerabilidade e demais grupos que demandem políticas inclusivas.

§ 3º O fomento esportivo poderá ocorrer por programas, projetos, parcerias, consórcios, termos de cooperação, cessão de espaços, aquisição de materiais, manutenção de equipamentos, eventos, bolsas, premiações ou apoios,

observadas lei, orçamento, critérios objetivos, transparência e prestação de contas.

§ 4º A utilização de ginásios, campos, quadras, equipamentos e espaços esportivos públicos observará regulamento, finalidade pública, isonomia, conservação, segurança, acessibilidade e vedação de uso personalista, partidário ou eleitoral.

§ 5º A política esportiva municipal deverá buscar integração com educação, saúde, assistência social, cultura, turismo, segurança comunitária e prevenção de violências.

Art. 162. Fica acrescido o art. 137-A à Lei Orgânica:

Art. 137-A. O Município manterá mecanismos de controle social da educação, especialmente quanto aos recursos vinculados, ao Fundeb, à alimentação escolar, ao transporte escolar, aos planos educacionais, à infraestrutura e à qualidade do ensino.

§ 1º Os conselhos municipais vinculados à educação exercerão suas atribuições nos termos da legislação aplicável, com autonomia funcional, acesso a informações, apoio administrativo e publicidade de seus pareceres, atas e deliberações.

§ 2º O Poder Executivo encaminhará aos conselhos competentes e disponibilizará à Câmara Municipal os documentos necessários à fiscalização dos recursos educacionais, observada a proteção de dados pessoais e o sigilo legal quando cabível.

§ 3º A omissão ou restrição indevida de acesso a documentos indispensáveis ao controle social poderá ensejar providências institucionais e de responsabilização, quando configurada hipótese prevista em lei.

Art. 163. Fica acrescido o art. 139-A à Lei Orgânica:

Art. 139-A. O Município poderá instituir política municipal de cultura, com plano, conselho, fundo, cadastro, sistema de informações, editais, instrumentos de fomento e mecanismos de preservação do patrimônio cultural.

§ 1º A política municipal de cultura observará participação social, diversidade cultural, descentralização, transparência, acessibilidade, proteção da memória local, valorização dos artistas e agentes culturais e integração com educação, turismo, esporte e desenvolvimento econômico.

§ 2º O financiamento público da cultura observará previsão orçamentária, critérios objetivos, chamamento público quando cabível, prestação de contas, avaliação de resultados e controle social.

§ 3º O Município poderá firmar cooperação com União, Estado, consórcios públicos, instituições culturais, escolas, universidades, entidades comunitárias e organizações da sociedade civil.

Art. 164. Fica acrescido o art. 140-A à Lei Orgânica:

Art. 140-A. O Município poderá instituir política municipal de esporte, lazer e atividade física, com plano, conselho, fundo, calendário de eventos, cadastro de espaços esportivos, programas de inclusão e mecanismos de fomento.

§ 1º O planejamento esportivo deverá considerar infraestrutura, manutenção dos espaços, acessibilidade, segurança, formação, calendário, participação comunitária, paradesporto, esporte educacional e uso racional dos recursos públicos.

§ 2º Apoios financeiros, materiais, cessões de espaços, transporte, premiações e parcerias esportivas dependerão de finalidade pública, critérios objetivos, transparência, prestação de contas e vedação de promoção pessoal, partidária ou eleitoral.

§ 3º O Município poderá integrar-se a sistemas, programas e políticas estaduais e nacionais de esporte, bem como celebrar parcerias e convênios para promoção de práticas esportivas e atividades físicas.

Art. 165. O art. 141 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 141. O Município incentivará o lazer como direito social, fator de promoção da saúde, convivência comunitária, inclusão social, cultura, esporte, turismo, desenvolvimento humano e melhoria da qualidade de vida.

§ 1º A política municipal de lazer poderá compreender praças, parques, espaços públicos, eventos comunitários, atividades culturais, esportivas, recreativas, intergeracionais, rurais, urbanas e inclusivas.

§ 2º O acesso ao lazer observará acessibilidade, segurança, conservação dos espaços públicos, proteção ambiental, participação comunitária, igualdade de acesso e prioridade a crianças, adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência e famílias em situação de vulnerabilidade.

§ 3º O Município poderá celebrar parcerias, convênios, termos de cooperação e instrumentos congêneres para promoção de atividades de lazer, observadas finalidade pública, transparência, critérios objetivos e prestação de contas.

§ 4º A utilização de espaços públicos para lazer observará regulamento, preservação do patrimônio público, compatibilidade de horários, segurança, limpeza, acessibilidade e vedação de uso personalista, partidário ou eleitoral.

Art. 166. O art. 142 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 142. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Município e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo, recuperá-lo e utilizá-lo de forma sustentável para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, compete ao Município, em cooperação com a União, o Estado, órgãos ambientais, consórcios públicos e a sociedade:

I – preservar, conservar e restaurar processos ecológicos essenciais, ecossistemas, áreas verdes, matas ciliares, nascentes, cursos d'água, solo, fauna, flora e biodiversidade;

II – exercer fiscalização ambiental, nos limites de sua competência, prevenindo, controlando e reprimindo poluição, degradação ambiental, descarte irregular de resíduos, queimadas ilegais, ocupação indevida de áreas de risco ou de preservação e uso inadequado dos recursos naturais;

III – exigir, na forma da legislação aplicável, estudo ambiental, licença, autorização ou manifestação do órgão competente para instalação, ampliação ou

funcionamento de obra, atividade ou empreendimento potencialmente causador de degradação ambiental;

IV – assegurar publicidade aos estudos ambientais, licenças, autorizações, audiências públicas e decisões relevantes, ressalvadas informações legalmente protegidas;

V – promover educação ambiental nas escolas municipais, nos serviços públicos, nas comunidades e nas ações de conscientização coletiva;

VI – proteger a fauna e a flora, vedadas práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem extinção de espécies ou submetam animais à crueldade;

VII – criar, manter e fiscalizar espaços territoriais especialmente protegidos, áreas verdes, unidades municipais de conservação, corredores ecológicos, parques, praças e áreas de interesse ambiental;

VIII – incentivar arborização urbana, recuperação de áreas degradadas, uso racional da água, eficiência energética, consumo sustentável, coleta seletiva, reciclagem e economia circular;

IX – integrar a política ambiental às políticas de saneamento, defesa civil, saúde, educação, planejamento urbano, habitação, agricultura, desenvolvimento econômico e obras públicas;

X – adotar medidas de prevenção, adaptação e resposta a eventos climáticos extremos, enchentes, erosões, estiagens, deslizamentos e outros riscos ambientais.

§ 2º As condutas e atividades lesivas ao meio ambiente sujeitarão os responsáveis às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, na forma da legislação competente, sem prejuízo da obrigação de reparar integralmente o dano causado.

§ 3º Pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais deverão observar licenciamento, autorização, controle, destinação adequada de resíduos, monitoramento, condicionantes e demais exigências legais.

§ 4º O Município poderá instituir conselho, fundo, plano, sistema de informações, cadastro ambiental, programa de educação ambiental, programa de arborização urbana e instrumentos de gestão ambiental, na forma da lei.

§ 5º A proteção ambiental observará desenvolvimento sustentável, função socioambiental da propriedade, participação social, transparência, prevenção, precaução, reparação, poluidor-pagador e usuário-pagador.

Art. 167. O art. 143 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 143. O Município promoverá, em cooperação com a União, o Estado, entidades regionais, consórcios públicos, prestadores de serviços e a sociedade, a política municipal de saneamento básico, com participação social, planejamento, regulação, fiscalização, transparência e controle.

§ 1º O saneamento básico compreende:

I – abastecimento de água potável;
II – esgotamento sanitário;
III – limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
IV – drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

§ 2º A política municipal de saneamento básico terá por objetivos a universalização progressiva do acesso, a promoção da saúde pública, a proteção ambiental, a redução de desigualdades, a segurança hídrica, a sustentabilidade econômico-financeira e a melhoria da qualidade de vida.

§ 3º O saneamento rural, o atendimento a comunidades vulneráveis, a proteção de mananciais, o controle de perdas de água, a destinação adequada de resíduos e a drenagem urbana deverão ser considerados no planejamento municipal.

§ 4º A prestação dos serviços poderá ocorrer diretamente, por concessão, por gestão associada, por prestação regionalizada, por consórcio público ou por outro arranjo juridicamente admitido, observadas a legislação nacional, a regulação e o controle social.

§ 5º O Município manterá ou observará plano municipal, regional ou intermunicipal de saneamento básico, com metas, diagnóstico, programas, investimentos, indicadores, fontes de financiamento, mecanismos de avaliação e revisão periódica.

Art. 168. O art. 144 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 144. O Município implantará, executará, acompanhará e revisará a política municipal de saneamento básico, observadas a competência estadual quando existente, a legislação nacional, os instrumentos de regionalização, os contratos, a regulação e os planos aplicáveis.

§ 1º O Município deverá manter informações atualizadas sobre cobertura, qualidade, continuidade, interrupções, investimentos, tarifas, subsídios, metas e indicadores dos serviços de saneamento básico.

§ 2º A limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos observarão redução, reutilização, reciclagem, compostagem, coleta seletiva, logística reversa, destinação ambientalmente adequada, inclusão socioeconômica de catadores quando cabível e erradicação de descarte irregular.

§ 3º A drenagem e o manejo das águas pluviais observarão planejamento urbano, controle de cheias, prevenção de alagamentos, manutenção de galerias, proteção de fundos de vale, redução de riscos e soluções baseadas na natureza quando viáveis.

§ 4º O Município poderá instituir ou atualizar Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Plano de Drenagem, programas de coleta seletiva, educação ambiental e mecanismos de fiscalização.

§ 5º A Câmara Municipal poderá solicitar relatórios, contratos, indicadores, informações tarifárias, metas, estudos, planos e documentos sobre a execução da política de saneamento.

Art. 169. O art. 145 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 145. A política habitacional do Município, integrada às políticas da União, do Estado, da região e do planejamento urbano municipal, terá por finalidade reduzir o déficit habitacional, promover moradia digna, regularização fundiária, urbanização de áreas precárias, acesso à infraestrutura e melhoria das condições de habitabilidade.

§ 1º A política habitacional observará, entre outros princípios e diretrizes:

I – prioridade às famílias de baixa renda e em situação de vulnerabilidade;
II – oferta de lotes urbanizados e unidades habitacionais, quando cabível;
III – regularização fundiária urbana de interesse social e específico;
IV – urbanização, infraestrutura, saneamento, mobilidade, equipamentos públicos e acessibilidade;
V – estímulo a cooperativas, associações, mutirões, autoconstrução assistida e outras formas comunitárias juridicamente admitidas;
VI – prevenção de ocupação de áreas de risco, áreas ambientalmente protegidas ou locais inadequados à moradia;
VII – integração com assistência social, saúde, educação, defesa civil, meio ambiente e desenvolvimento urbano;
VIII – transparência, critérios objetivos de seleção, cadastro habitacional, controle social e vedação de favorecimento pessoal, partidário ou eleitoral.

§ 2º Programas habitacionais municipais deverão ser precedidos de diagnóstico, cadastro ou estudo técnico, indicação de demanda, disponibilidade orçamentária, regularidade urbanística e ambiental, critérios de atendimento e mecanismos de acompanhamento.

§ 3º O Município poderá celebrar convênios, parcerias, consórcios, termos de cooperação e instrumentos congêneres para execução de políticas habitacionais, observada a legislação aplicável.

§ 4º A concessão, doação, cessão, subsídio, financiamento, auxílio, benefício ou apoio habitacional dependerá de lei ou programa específico, critérios objetivos, impessoalidade, fiscalização e prestação de contas quando cabível.

Art. 170. O art. 146 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 146. A política habitacional municipal contará, quando possível, com recursos orçamentários próprios, transferências voluntárias, fundos públicos, operações urbanísticas, convênios, parcerias, consórcios, financiamentos e demais fontes legalmente admitidas.

§ 1º O Município poderá instituir fundo, conselho, cadastro, plano, programa ou sistema municipal de habitação de interesse social, na forma da lei.

§ 2º Os recursos destinados à habitação serão aplicados conforme finalidade pública, planejamento, critérios objetivos, diagnóstico social, controle interno, controle social, transparência e prestação de contas.

§ 3º A seleção de beneficiários de programas habitacionais observará publicidade, cadastro, critérios impessoais, prioridade social, vedação de duplicidade indevida de benefício e possibilidade de revisão administrativa.

§ 4º A Câmara Municipal poderá acompanhar a execução da política habitacional por meio de requerimentos, relatórios, audiências públicas, diligências, análise orçamentária e fiscalização dos programas.

Art. 171. O art. 147 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 147. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Município, na forma da Constituição, desta Lei Orgânica e da legislação aplicável.

§ 1º A proteção à família será realizada por políticas públicas intersetoriais de saúde, assistência social, educação, habitação, segurança alimentar, cultura, esporte, lazer, trabalho, proteção contra violências e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

§ 2º O Município atuará com prioridade preventiva, acolhimento humanizado, proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade, respeito à dignidade humana, não discriminação, sigilo profissional, proteção de dados pessoais e atuação em rede.

§ 3º As políticas municipais observarão as diversas formas de organização familiar reconhecidas pela ordem jurídica, vedada discriminação incompatível com direitos fundamentais.

§ 4º A proteção da família não afastará a proteção individual de seus membros, especialmente crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência e pessoas em situação de violência ou vulnerabilidade.

Art. 172. O art. 148 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 148. O Município manterá, diretamente ou em cooperação com outros entes, órgãos públicos, conselhos, entidades e organizações da sociedade civil,

programas destinados à proteção, assistência, promoção e fortalecimento integral das famílias.

§ 1º Os programas poderão compreender:

I – acompanhamento socioassistencial de famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social;
II – serviços de prevenção, orientação, atendimento, encaminhamento e acompanhamento de situações de violência no âmbito familiar ou doméstico;
III – acolhimento provisório e proteção emergencial de pessoas e famílias em situação de ameaça, abandono, violência, calamidade, desabrigo ou violação de direitos;
IV – orientação psicossocial, jurídica, educacional e de acesso a direitos, conforme a estrutura municipal e as parcerias existentes;
V – programas de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
VI – integração com saúde, assistência social, educação, habitação, segurança alimentar, Conselho Tutelar, rede de proteção e órgãos competentes.

§ 2º O atendimento a situações de violência familiar observará acolhimento, sigilo, proteção da vítima, encaminhamento adequado, preservação de provas quando cabível, comunicação aos órgãos competentes e não revitimização.

§ 3º O acolhimento provisório ou institucional será medida excepcional, temporária, motivada e acompanhada por equipe ou órgão competente, na forma da legislação aplicável.

§ 4º A execução dos programas observará critérios técnicos, cadastro ou diagnóstico social, transparência, proteção de dados pessoais, controle e vedação de uso político, partidário ou eleitoral.

Art. 173. O art. 149 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 149. É dever da família, da sociedade e do Município assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, os direitos à vida, saúde, alimentação, educação, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária, profissionalização, cultura, esporte, lazer e proteção integral.

§ 1º Crianças e adolescentes serão colocados a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade, opressão e violação de direitos,

na forma da Constituição, do Estatuto da Criança e do Adolescente e da legislação aplicável.

§ 2º A prioridade absoluta compreende preferência na formulação e execução de políticas públicas, destinação privilegiada de recursos quando cabível, atendimento preferencial nos serviços públicos e proteção imediata em situações de risco.

§ 3º O Município atuará de forma integrada com Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública, escolas, serviços de saúde, assistência social, segurança pública e organizações da sociedade civil.

§ 4º A política municipal da criança e do adolescente observará plano municipal, conselho de direitos, fundo específico quando existente, diagnóstico territorial, indicadores, participação social, transparência e proteção de dados pessoais.

§ 5º Situações de suspeita ou confirmação de violação de direitos serão comunicadas aos órgãos competentes, observados os fluxos de proteção, o sigilo necessário, o atendimento humanizado e a legislação aplicável.

Art. 174. O art. 150 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 150. O Município poderá apoiar entidades privadas sem fins lucrativos que atuem na promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança, do adolescente, da pessoa idosa, da pessoa com deficiência e de outros grupos em situação de vulnerabilidade, desde que regularmente constituídas, registradas quando exigido e submetidas ao controle público.

§ 1º O apoio municipal poderá ocorrer por meio de parceria, termo de colaboração, termo de fomento, acordo de cooperação, convênio, subvenção, auxílio, cessão de uso, apoio técnico, capacitação ou outro instrumento juridicamente admitido.

§ 2º A concessão de apoio dependerá de interesse público, previsão orçamentária quando houver transferência de recursos, critérios objetivos, plano de trabalho, metas, capacidade técnica, regularidade jurídica, transparência, fiscalização e prestação de contas.

§ 3º O chamamento público será observado quando exigido pela legislação aplicável, ressalvadas as hipóteses legais de dispensa ou inexigibilidade devidamente motivadas.

§ 4º É vedado o apoio público a entidade que utilize recursos, bens, serviços ou espaços municipais para promoção pessoal, partidária, eleitoral, discriminação, desvio de finalidade ou finalidade incompatível com o interesse público.

§ 5º As entidades apoiadas deverão prestar contas dos recursos recebidos, permitir fiscalização do Município, da Câmara Municipal, dos conselhos competentes, do controle interno, do Tribunal de Contas e dos demais órgãos de controle.

Art. 175. Fica acrescido o art. 150-A à Lei Orgânica:

Art. 150-A. O Município promoverá política de proteção, promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa, destinada a assegurar envelhecimento digno, autonomia, participação social, saúde, assistência social, convivência familiar e comunitária, acessibilidade, segurança, cultura, esporte, lazer e proteção contra violências, negligência e discriminação.

§ 1º A política municipal da pessoa idosa poderá compreender serviços de convivência, atenção à saúde, cuidados, acessibilidade, inclusão digital, atividades culturais e esportivas, educação permanente, apoio à família cuidadora e atendimento em situações de vulnerabilidade.

§ 2º O Município poderá instituir conselho, fundo, plano, cadastro, programas e instrumentos de controle social voltados à pessoa idosa, na forma da lei.

§ 3º As entidades de atendimento à pessoa idosa deverão observar a legislação aplicável, registro quando exigido, qualidade do atendimento, fiscalização, respeito à dignidade, proteção de dados pessoais e prestação de contas quando receberem recursos públicos.

§ 4º A pessoa idosa terá prioridade no atendimento público municipal, observadas as prioridades legais específicas e a organização dos serviços.

Art. 176. Fica acrescido o art. 150-B à Lei Orgânica:

Art. 150-B. O Município promoverá política de inclusão, acessibilidade e proteção dos direitos da pessoa com deficiência, visando à igualdade de oportunidades, autonomia, participação social, mobilidade, educação inclusiva, saúde, assistência social, trabalho, cultura, esporte, lazer e eliminação de barreiras.

§ 1º A política municipal observará acessibilidade arquitetônica, urbanística, comunicacional, digital, atitudinal, tecnológica e nos transportes, na forma da legislação aplicável.

§ 2º O Município deverá considerar a acessibilidade e o desenho universal em obras públicas, prédios públicos, praças, vias, calçadas, transporte, comunicação institucional, serviços digitais, eventos e atendimento ao cidadão.

§ 3º Programas municipais destinados à pessoa com deficiência observarão diagnóstico, participação social, prioridade às pessoas em situação de vulnerabilidade, proteção de dados pessoais, integração com saúde, educação, assistência social, trabalho e habitação.

§ 4º O Município poderá instituir conselho, fundo, plano, cadastro, central de atendimento, programas de acessibilidade e mecanismos de fiscalização, na forma da lei.

§ 5º A terminologia oficial da legislação municipal deverá utilizar a expressão "pessoa com deficiência", substituindo expressões superadas ou inadequadas.

Art. 177. Fica acrescido o art. 150-C à Lei Orgânica:

Art. 150-C. Os conselhos municipais de direitos, fundos especiais, planos setoriais e instrumentos de controle social relativos à criança, ao adolescente, à pessoa idosa, à pessoa com deficiência, à assistência social, à habitação, ao meio ambiente e a outras políticas públicas atuarão nos limites de suas competências legais, com transparência, participação social, publicidade de atos e acesso às informações necessárias ao controle.

§ 1º Os conselhos municipais terão composição, mandato, competências, funcionamento, deliberações, registro de atas e apoio administrativo definidos em lei ou regulamento.

§ 2º Os fundos municipais observarão vinculação legal, unidade orçamentária ou contábil adequada, prestação de contas, transparência, controle interno, controle social e fiscalização pelos órgãos competentes.

§ 3º A atuação dos conselhos não substitui a competência dos Poderes Executivo e Legislativo, dos órgãos de controle ou das autoridades legalmente responsáveis pela execução e fiscalização das políticas públicas.

§ 4º O Município assegurará, dentro de sua capacidade administrativa e financeira, suporte mínimo para funcionamento regular dos conselhos legalmente instituídos.

Art. 178. O art. 151 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 151. O Município promoverá, no âmbito de sua competência e em cooperação com a União, o Estado, órgãos públicos, conselhos, entidades e sociedade civil, política municipal de promoção, proteção e defesa dos direitos das mulheres.

§ 1º A política municipal dos direitos das mulheres observará igualdade, dignidade humana, não discriminação, autonomia, participação social, proteção contra violências, acesso à saúde, educação, trabalho, renda, assistência social, cultura, esporte, lazer e participação na vida pública.

§ 2º O Município poderá instituir conselho, plano, fundo, programas, campanhas, rede de atendimento, protocolos intersetoriais, canais de orientação e mecanismos de proteção às mulheres, na forma da lei.

§ 3º As ações municipais poderão compreender:

I – atenção integral à saúde da mulher, inclusive pré-natal, puerpério, saúde mental, prevenção de doenças e promoção da saúde;
II – orientação sobre direitos, acesso à rede de proteção e encaminhamento aos órgãos competentes;
III – prevenção e enfrentamento da violência doméstica, familiar, institucional, política ou qualquer outra forma de violência contra a mulher;
IV – acolhimento, proteção, atendimento psicossocial, orientação jurídica e encaminhamento adequado às mulheres em situação de violência ou vulnerabilidade;

V – incentivo à autonomia econômica, capacitação profissional, empreendedorismo, inclusão produtiva e acesso ao trabalho;
VI – apoio às gestantes, mães, famílias cuidadoras e mulheres em situação de vulnerabilidade social;
VII – ações educativas para igualdade de direitos, prevenção da discriminação e promoção do respeito;
VIII – atenção às mulheres privadas de liberdade, egressas do sistema prisional ou em cumprimento de medidas judiciais, na forma da lei e em cooperação com os órgãos competentes.

§ 4º O atendimento às mulheres em situação de violência observará sigilo, proteção de dados pessoais, acolhimento humanizado, não revitimização, encaminhamento seguro, atuação em rede e comunicação aos órgãos competentes quando cabível.

§ 5º Os recursos públicos destinados à política dos direitos das mulheres serão aplicados com critérios objetivos, transparência, controle social e vedação de uso pessoal, partidário ou eleitoral.

Art. 179. O art. 152 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 152. O Município promoverá programas, serviços e ações integradas de proteção integral, saúde, assistência social, educação, inclusão e desenvolvimento de crianças e adolescentes, observados a Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a legislação aplicável.

§ 1º As ações municipais deverão priorizar prevenção, atendimento humanizado, proteção contra violências, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, inclusão escolar, acesso à saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, profissionalização protegida e proteção de dados pessoais.

§ 2º O Município manterá ou apoiará programas especializados para crianças e adolescentes com deficiência, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, sofrimento psíquico, doenças crônicas, vítimas ou testemunhas de violência, ou em situação de vulnerabilidade ou risco social.

§ 3º O atendimento a crianças e adolescentes com uso prejudicial de álcool ou outras drogas observará cuidado em saúde, assistência social, proteção integral,

não discriminação, acolhimento familiar e comunitário, atuação intersetorial e encaminhamento à rede especializada quando necessário.

§ 4º O Município atuará de forma articulada com Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, escolas, unidades de saúde, assistência social, Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública, segurança pública e organizações da sociedade civil.

§ 5º A participação de entidades privadas ou organizações da sociedade civil em programas voltados à criança e ao adolescente dependerá de regularidade jurídica, capacidade técnica, plano de trabalho, metas, fiscalização, prestação de contas e observância da legislação aplicável.

Art. 180. O art. 153 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 153. O Município assegurará, progressivamente, acessibilidade e desenho universal nos espaços, serviços, edificações, logradouros, vias públicas, calçadas, praças, parques, mobiliário urbano, transporte coletivo, comunicação institucional, sistemas digitais, eventos e atendimento ao cidadão.

§ 1º As normas municipais de obras, posturas, uso do solo, mobilidade, transporte, atendimento público, comunicação e tecnologia deverão observar acessibilidade, eliminação de barreiras e inclusão das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

§ 2º Projetos, obras, reformas, ampliações, aquisições, locações, eventos e serviços públicos municipais deverão considerar acessibilidade desde o planejamento, observadas as normas técnicas e a legislação aplicável.

§ 3º O Município promoverá fiscalização, orientação e adequação progressiva dos espaços públicos e de uso coletivo, priorizando escolas, unidades de saúde, assistência social, prédios públicos, vias de maior circulação, transporte e canais digitais de atendimento.

§ 4º O apoio às pessoas idosas e às pessoas com deficiência para acesso a benefícios, serviços, documentação, atendimento público e direitos sociais será prestado na forma da lei e das competências municipais.

§ 5º A legislação municipal deverá substituir expressões superadas por terminologia compatível com a ordem jurídica vigente, especialmente "pessoa com deficiência".

Art. 181. O art. 154 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 154. O Município poderá instituir ou apoiar programas de aprendizagem, estágio, iniciação profissional, qualificação, orientação para o trabalho e inclusão produtiva de adolescentes e jovens, especialmente aqueles vinculados a programas sociais, observadas a Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a legislação educacional, trabalhista e de estágio.

§ 1º Os programas deverão respeitar a idade mínima legal, a frequência e permanência escolar, a compatibilidade de jornada, a proteção integral, a segurança, a saúde, a acessibilidade, a orientação pedagógica e a vedação de atividades prejudiciais ao desenvolvimento físico, mental, moral, educacional ou social do adolescente.

§ 2º O estágio observará a legislação específica, a matrícula e frequência regular do estudante, termo de compromisso, plano de atividades, acompanhamento, seguro contra acidentes pessoais quando exigido e compatibilidade com a formação educacional.

§ 3º A aprendizagem profissional observará contrato ou instrumento próprio previsto em lei, formação técnico-profissional metódica, acompanhamento educacional e proteção trabalhista aplicável.

§ 4º O Município poderá celebrar parcerias com órgãos públicos, instituições de ensino, entidades qualificadoras, empresas, organizações da sociedade civil e consórcios públicos, observadas transparência, critérios objetivos, proteção de dados pessoais e vedação de favorecimento pessoal, partidário ou eleitoral.

§ 5º Programas de inclusão produtiva deverão priorizar adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, egressos de serviços de acolhimento, pessoas com deficiência, estudantes da rede pública e outros públicos definidos em lei ou programa específico.

Art. 182. O art. 155 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 155. O Município promoverá capacitação, assistência técnica, extensão rural, educação ambiental, inovação, boas práticas produtivas e formação continuada voltadas ao desenvolvimento rural sustentável.

§ 1º As ações poderão alcançar agricultores familiares, pequenos produtores, trabalhadores rurais, jovens rurais, mulheres rurais, cooperativas, associações, agroindústrias, empreendimentos familiares, técnicos, servidores e demais agentes ligados ao desenvolvimento rural.

§ 2º O Município poderá instituir centro, programa, unidade, parceria ou serviço de capacitação rural, presencial ou digital, destinado à formação técnica, gestão da propriedade, conservação do solo, uso racional da água, boas práticas agropecuárias, segurança alimentar, comercialização, cooperativismo, associativismo e agroindustrialização.

§ 3º As ações de capacitação e assistência técnica observarão critérios objetivos, transparência, sustentabilidade ambiental, inclusão produtiva, respeito à realidade local e prioridade aos pequenos produtores e agricultores familiares.

§ 4º O Município poderá atuar em cooperação com a União, o Estado, instituições de pesquisa, entidades de assistência técnica e extensão rural, escolas, universidades, consórcios públicos e organizações da sociedade civil.

Art. 183. O art. 156 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 156. Lei de iniciativa do Poder Executivo poderá instituir ou atualizar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, integrado às políticas agrícola, ambiental, econômica, social, sanitária, de infraestrutura, segurança alimentar, habitação rural, turismo rural e desenvolvimento regional.

§ 1º O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável deverá ser elaborado com participação de produtores rurais, agricultores familiares, trabalhadores rurais, cooperativas, associações, entidades representativas, órgãos técnicos, conselhos e demais segmentos interessados.

§ 2º O Plano poderá contemplar, entre outros eixos:

I – conservação, adequação e manutenção das estradas rurais;
II – transporte de pessoas, produção, insumos e alimentos;
III – conservação e manejo do solo e da água;

IV – proteção de nascentes, matas ciliares, áreas de preservação e recursos hídricos;
V – fomento à produção agropecuária, agroindustrial, florestal, aquícola e de agricultura familiar;
VI – organização do abastecimento alimentar e apoio à comercialização;
VII – assistência técnica, extensão rural, capacitação e inovação;
VIII – irrigação, drenagem, energia, conectividade, comunicação e infraestrutura rural;
IX – habitação rural, saneamento rural e melhoria da qualidade de vida no campo;
X – fiscalização sanitária, defesa agropecuária, uso do solo e regularidade ambiental;
XI – apoio ao cooperativismo, associativismo e organizações de produtores e trabalhadores rurais;
XII – beneficiamento, agroindustrialização, agregação de valor, turismo rural e economia local;
XIII – pesquisa, tecnologia, adaptação climática, mecanização, gestão da propriedade e sustentabilidade;
XIV – incentivo à sucessão rural, juventude rural e participação das mulheres no desenvolvimento rural.

§ 3º A execução do Plano observará orçamento, convênios, parcerias, consórcios, programas federais e estaduais, metas, indicadores, transparência, controle social e avaliação periódica.

§ 4º O apoio municipal a produtores, entidades, associações ou cooperativas dependerá de finalidade pública, critérios objetivos, motivação, controle, prestação de contas quando cabível e vedação de favorecimento pessoal, partidário ou eleitoral.

Art. 184. O art. 157 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 157. Esta Lei Orgânica, com suas emendas, constitui a norma institucional fundamental do Município de Ibema, devendo ser observada pelos Poderes Municipais, pela Administração Pública direta e indireta e por todos os agentes públicos municipais.

§ 1º As emendas à Lei Orgânica entrarão em vigor na data de sua publicação, salvo disposição expressa em contrário.

§ 2º Os dispositivos da legislação municipal incompatíveis com esta Lei Orgânica ou com suas emendas não serão aplicados, devendo ser revistos, adequados ou revogados pelo órgão competente.

§ 3º A Mesa Executiva da Câmara Municipal manterá versão consolidada, atualizada e acessível da Lei Orgânica em meio eletrônico oficial, com histórico de emendas e mecanismos de consulta pública.

§ 4º A consolidação da Lei Orgânica não poderá alterar o sentido normativo dos dispositivos aprovados, ressalvadas correções formais de técnica legislativa, ortografia, numeração, remissões e padronização, desde que sem modificação de mérito.

§ 5º O Regimento Interno da Câmara Municipal, as leis municipais, decretos, regulamentos e atos administrativos deverão ser interpretados em conformidade com esta Lei Orgânica.

Art. 185. Fica acrescido o art. 157-A à Lei Orgânica:

Art. 157-A. O Município promoverá revisão, consolidação e adequação progressiva de sua legislação municipal à Lei Orgânica, à Constituição Federal, à Constituição do Estado do Paraná, à legislação nacional aplicável e às normas de técnica legislativa.

§ 1º A revisão poderá priorizar legislação tributária, urbanística, administrativa, servidores, licitações e contratos, orçamento, transparência, proteção de dados, meio ambiente, saneamento, educação, saúde, assistência social e políticas públicas estruturantes.

§ 2º A Câmara Municipal poderá instituir programa permanente de consolidação normativa, revisão de leis obsoletas, revogação de normas incompatíveis e organização da legislação municipal por temas.

§ 3º A revisão normativa deverá observar segurança jurídica, participação dos órgãos técnicos, publicidade, respeito a direitos adquiridos e vedação de alteração de mérito sem processo legislativo próprio.

Art. 186. Fica acrescido o art. 157-B à Lei Orgânica:

Art. 157-B. O Regimento Interno da Câmara Municipal deverá ser interpretado e, quando necessário, adequado às alterações introduzidas nesta Lei Orgânica, especialmente quanto a processo legislativo, sistema eletrônico, publicidade, votação aberta, Comissões, fiscalização, requerimentos, indicações, emendas parlamentares, julgamento de contas e controle externo.

§ 1º A adequação regimental não prejudicará a validade dos atos regularmente praticados antes da entrada em vigor da emenda, observada a legislação aplicável.

§ 2º Enquanto não houver adequação expressa, aplicar-se-á a interpretação mais compatível com esta Lei Orgânica, com a Constituição e com a publicidade dos atos legislativos.

Art. 187. Fica acrescido o art. 157-C à Lei Orgânica:

Art. 157-C. Os órgãos e entidades municipais deverão adotar providências progressivas para adequação de procedimentos, sistemas, formulários, publicações, portais, fluxos administrativos, cadastros e atos internos às regras de transparência, governo digital, proteção de dados pessoais, controle interno, gestão de riscos e acessibilidade previstas nesta Lei Orgânica.

§ 1º A adequação observará capacidade administrativa e financeira, planejamento, priorização de serviços essenciais, segurança da informação e continuidade do atendimento ao cidadão.

§ 2º A ausência de regulamentação específica não impedirá a aplicação imediata das normas orgânicas dotadas de eficácia direta, especialmente as relativas a publicidade, motivação, impessoalidade, controle, dever de resposta e vedação de promoção pessoal.

Art. 188. Fica acrescido o art. 157-D à Lei Orgânica:

Art. 157-D. As expressões constantes da legislação municipal que utilizem terminologia superada, discriminatória ou incompatível com a ordem jurídica vigente deverão ser interpretadas conforme a Constituição e a legislação nacional de direitos humanos, inclusão e proteção social.

Parágrafo único. Nas revisões, consolidações e novas proposições legislativas, deverão ser adotadas terminologias atualizadas, especialmente "pessoa com

deficiência", "pessoa idosa", "criança e adolescente", "pessoa em situação de vulnerabilidade" e demais expressões compatíveis com a legislação vigente.

Art. 189. Fica acrescido o art. 157-E à Lei Orgânica:

Art. 157-E. Ficam recepcionados os atos normativos municipais anteriores compatíveis com esta Lei Orgânica, até que sejam expressamente alterados, consolidados ou revogados pelo órgão competente.

§ 1º A incompatibilidade material entre lei municipal anterior e esta Lei Orgânica será resolvida pela prevalência da Lei Orgânica, sem prejuízo de revisão legislativa formal.

§ 2º Atos administrativos, contratos, convênios, parcerias e procedimentos em curso serão adequados às novas regras quando juridicamente possível, preservados a segurança jurídica, o ato jurídico perfeito, o direito adquirido, a coisa julgada, a continuidade dos serviços públicos e o interesse público.

Art. 190. Fica acrescido os arts. 158 até 175 à Lei Orgânica:

Art. 158. A Lei Orgânica do Município de Ibema passa a vigorar com as alterações, substituições, acréscimos, renumerações, adequações terminológicas e disposições transitórias constantes desta Emenda.

Art. 159. Os dispositivos da Lei Orgânica alterados, acrescidos ou reformulados por esta Emenda serão consolidados e publicados pela Mesa Executiva da Câmara Municipal em texto integral e corrido, no prazo de até 30 (trinta) dias após a sua promulgação.

§ 1º A publicação do texto consolidado da Lei Orgânica far-se-á de forma inteiramente limpa, aplicando-se a numeração sequencial e contínua dos artigos, parágrafos, incisos e alíneas, ficando sumariamente vedada a manutenção de hachuras, sublinhados, destaques coloridos ou textos tachados originários da fase de tramitação legislativa.

§ 2º A consolidação autorizada no caput restringir-se-á a correções formais de técnica legislativa, ortografia, concordância, numeração de artigos, atualização de remissões internas e padronização terminológica, sendo vedada qualquer modificação do mérito deliberado pelo Plenário.

§ 3º A versão consolidada final indicará, em nota de rodapé ou em índice remissivo digital, o histórico e o número das emendas correspondentes, permanecendo disponível para consulta pública permanente em meio eletrônico oficial.

Art. 160. As expressões constantes da legislação municipal que utilizem terminologia superada, discriminatória ou incompatível com a ordem jurídica vigente deverão ser interpretadas conforme a Constituição Federal, a legislação nacional aplicável e esta Lei Orgânica.

Parágrafo único. Nas revisões e consolidações futuras, deverão ser adotadas, entre outras, as expressões "pessoa com deficiência", "pessoa idosa", "criança e adolescente", "pessoa em situação de vulnerabilidade" e "uso problemático de álcool e outras drogas", quando tecnicamente adequadas.

Art. 161. O Regimento Interno da Câmara Municipal deverá ser interpretado em conformidade com esta Emenda e, quando necessário, adequado às novas disposições da Lei Orgânica.

Art. 162. Permanecem válidos os atos legislativos, administrativos, orçamentários, contratuais e regulamentares regularmente praticados antes da entrada em vigor desta Emenda, desde que compatíveis com a Constituição, com a legislação aplicável e com a Lei Orgânica revisada.

Art. 163. A Câmara Municipal promoverá, no prazo sugerido de até 180 (cento e oitenta) dias, a adequação de seu Regimento Interno às alterações introduzidas por esta Emenda.

§ 1º A adequação regimental deverá contemplar, especialmente, processo legislativo, sistema eletrônico oficial, publicidade dos atos, votação aberta, Comissões, CPI, fiscalização, requerimentos, indicações, resposta do Executivo, julgamento de contas, emendas parlamentares, Mesa Executiva e funcionamento das sessões.

§ 2º Enquanto não houver adequação expressa, aplicar-se-á a interpretação mais compatível com a Lei Orgânica revisada, com a Constituição e com a publicidade dos atos legislativos.

Art. 164. As novas regras sobre composição, mandato, eleição, recondução e funcionamento da Mesa Executiva aplicar-se-ão à primeira eleição da Mesa realizada após a entrada em vigor desta Emenda, preservados os mandatos legitimamente constituídos até o respectivo termo.

Art. 165. O novo calendário da sessão legislativa ordinária aplicar-se-á a partir da sessão legislativa subsequente à promulgação desta Emenda, salvo deliberação expressa da Câmara para aplicação imediata, desde que não prejudique convocações, pautas, prazos e atos regularmente praticados.

Art. 166. A implantação integral do Sistema Eletrônico Oficial da Câmara poderá ocorrer de forma progressiva, conforme cronograma aprovado pela Mesa Executiva.

§ 1º Até a plena implantação, serão admitidos procedimentos físicos, híbridos ou eletrônicos parciais, desde que preservados autenticidade, publicidade, integridade, rastreabilidade e segurança dos atos.

§ 2º A ausência temporária de sistema eletrônico integral não prejudicará a validade dos atos praticados por meio físico ou eletrônico oficial disponível.

Art. 167. O prazo único de 10 (dez) dias úteis para resposta a requerimentos, indicações, diligências e solicitações oficiais da Câmara passará a ser exigível a partir da entrada em vigor desta Emenda.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá, em prazo razoável sugerido de até 90 (noventa) dias, adequar seus fluxos internos, protocolo, controle de prazos e canais de resposta, sem prejuízo da aplicação imediata do dever de responder de forma objetiva, completa e fundamentada.

Art. 168. As regras relativas às emendas parlamentares impositivas aplicar-se-ão ao primeiro projeto de Lei Orçamentária Anual encaminhado após a promulgação desta Emenda, desde que a respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias já esteja adequada ao novo regime.

§ 1º Enquanto não houver disciplina completa na Lei de Diretrizes Orçamentárias, aplicar-se-ão as regras constitucionais, legais e orgânicas compatíveis, especialmente quanto a limite, impedimento técnico, transparência, execução equitativa e responsabilidade fiscal.

§ 2º A execução obrigatória das emendas não afastará a observância da legislação eleitoral, fiscal, orçamentária, sanitária, educacional, ambiental, de licitações, contratos, convênios, parcerias e demais normas setoriais aplicáveis.

Art. 169. A previsão orgânica de décimo terceiro subsídio e terço constitucional de férias para agentes políticos dependerá de lei específica, observados os limites constitucionais, legais, fiscais e orçamentários.

Parágrafo único. Para Vereadores, eventual instituição, majoração ou alteração de parcela remuneratória observará a anterioridade da legislatura, salvo orientação vinculante superveniente em sentido diverso.

Art. 170. Os Poderes Executivo e Legislativo adotarão providências progressivas para adequação de portais, sistemas, cadastros, processos administrativos, publicações, formulários, fluxos internos, canais de atendimento, ouvidoria, SIC, proteção de dados pessoais, acessibilidade digital e segurança da informação.

§ 1º A adequação observará capacidade administrativa e financeira, planejamento, segurança da informação, continuidade do serviço público e prioridade aos serviços essenciais.

§ 2º A implantação progressiva não afasta a aplicação imediata dos deveres de publicidade, motivação, impessoalidade, proteção de dados, resposta institucional e vedação de promoção pessoal.

Art. 171. O Município promoverá revisão e consolidação progressiva de sua legislação, priorizando normas sobre administração pública, servidores, tributos, orçamento, licitações, contratos, transparência, proteção de dados, meio ambiente, saneamento, urbanismo, saúde, educação, assistência social e políticas públicas estruturantes.

§ 1º A revisão normativa deverá observar segurança jurídica, publicidade, técnica legislativa, participação dos órgãos técnicos e respeito ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada.

§ 2º A Câmara Municipal poderá instituir programa permanente de consolidação normativa, revogação de leis obsoletas e organização temática da legislação municipal.

Art. 172. As leis, decretos, regulamentos, resoluções, atos administrativos e demais normas municipais anteriores permanecerão em vigor naquilo que forem compatíveis com esta Emenda e com a Lei Orgânica revisada.

§ 1º Havendo incompatibilidade material, prevalecerá a Lei Orgânica, sem prejuízo de revisão legislativa formal.

§ 2º A incompatibilidade deverá ser enfrentada pelo órgão competente por interpretação conforme, revogação, alteração, consolidação ou edição de novo ato normativo.

Art. 173. A Mesa Executiva da Câmara Municipal providenciará a publicação desta Emenda e da versão consolidada da Lei Orgânica em meio oficial.

§ 1º A consolidação poderá corrigir numeração, remissões, grafia, pontuação, padronização terminológica e técnica legislativa, desde que sem alteração de mérito.

§ 2º A versão consolidada deverá indicar o histórico das emendas e permanecer disponível para consulta pública em meio eletrônico oficial.

Art. 174. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente aquelas incompatíveis com a redação dada por esta Emenda à Lei Orgânica.

Art. 175. Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Ibema, 20 de outubro de 2026.

Paulo Piraceli dos Passos
Presidente

Junior Cezar Padilha
Vice-presidente

Izaltino Rosa da Silva
1° Secretário

Matheus Francisco Piloti
2° vice-presidente

Nilson de Almeida Sotel
2° secretário